

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tiago Gabriel Tasca

**DA BOLÍVIA AO GOLFO DA GUINÉ: UM BINÔMIO GEOESTRATÉGICO À
(IN)SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA**

FLORIANÓPOLIS, 2015

TIAGO GABRIEL TASCA

**DA BOLÍVIA AO GOLFO DA GUINÉ: UM BINÔMIO GEOESTRATÉGICO À
(IN)SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA**

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari

FLORIANÓPOLIS, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) ao aluno Tiago Gabriel Tasca na disciplina CNM 7280 – Monografia pela apresentação do trabalho intitulado “Da Bolívia ao Golfo da Guiné: um Binômio Geoestratégico à (in)Segurança Energética Brasileira”.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Graciela De Conti Pagliari

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Aos meus pais, pelo porto seguro que me fortalece.

RESUMO

O trabalho tem como eixo temático a segurança energética brasileira *vis-à-vis* à redução da dependência do gás natural boliviano através do Gás Natural Liquefeito (GNL) importado do Golfo da Guiné. A pesquisa visa a apresentar uma análise quantitativa lançando mão do desafio contemporâneo do elo gasífero boliviano-brasileiro face à vulnerabilidade energética brasileira em depender do gás natural da Bolívia, sobretudo diante da encruzilhada energética pós-2006. Destarte, a análise busca compreender como o GNL importado do Golfo da Guiné se apresenta como alternativa à segurança energética brasileira, diante dos condicionantes geopolíticos brasileiros no Atlântico Sul. Adota-se, diante disso, a perspectiva estratégica de segurança energética, buscando-se traçar e articular a Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia via diversificação de parceiros energéticos do Brasil. O método utilizado será o hipotético-dedutivo, de caráter qualitativo. Como resultado, apresenta-se o binômio geoestratégico à (in)segurança energética brasileira: a Bolívia como fator de insegurança energética e o GNL importado do Golfo da Guiné como fator de segurança energética, tendo em vista o suprimento contínuo a preços razoáveis como base da segurança nacional energética e como condição *sine qua non* à Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia via diversificação de parceiros energéticos brasileiros.

Palavras-chave: Segurança Energética Brasileira. Estratégia de Segurança Energética. Golfo da Guiné. Bolívia. Atlântico Sul.

ABSTRACT

This work has as thematic axis the Brazilian energy security *vis-à-vis* to the reduction on the Bolivian natural gas dependence through Liquefied Natural Gas (LNG) imported from Gulf of Guinea. The research aims to present a qualitative analysis exploring the contemporary challenge of gas liaison between Brazil and Bolivia in the face of Brazilian energetic vulnerability in dependence on natural gas from Bolivia, mainly before the energetic crossroads happened after 2006. Therefore, the analysis aims to comprehend how the imported LNG from Gulf of Guinea is presented as an alternative to the Brazilian energy security, in the light of the Brazilian geopolitics constraints at South Atlantic. Accordingly, this work adopts the strategic perspective of energy security, seeking to trace and to articulate the Strategy of Enhance the Security of External Energy Supply by diversifying the Brazilian energetic partners. The method used is hypothetical-deductive of qualitative character. As a result, is presented the geostrategic binomial to the Brazilian energy (in) security: the Bolivia as a factor of energy insecurity and the LNG imported from the Gulf of Guinea as a factor of energy security, in the view of the continuous supply in reasonable prices as the base of the national energy security and as the *sine qua non* condition to the Strategy of Enhance the Security of External Energy Supply by diversifying the Brazilian energetic partners.

Keywords: Brazilian Energy Security. Energy Security Strategy. Gulf of Guinea. Bolivia. South Atlantic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Oferta Interna de Energia Elétrica por Fonte.....	29
Figura 2 - Bolívia no <i>heartland</i> da América do Sul	42
Figura 3 - Mapa da Divisão Política Boliviana	50
Figura 4 - Mapa do Golfo da Guiné	64
Figura 5 - Importações de GNL em Quantidade e por País.....	66
Figura 6 - Mapa do Oceano Atlântico Sul.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Oferta Total e Consumo Total de Gás Natural no Brasil.....	57
Gráfico 2- Oferta Total de Gás Natural ao Mercado Brasileiro	58
Gráfico 3 - Gás Natural na Matriz Energética Brasileira por Origem.....	59
Gráfico 4 - Oferta de Gás Natural ao Mercado Brasileiro por Origem	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Agência Internacional de Energia
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BP	British Petroleum
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Cooperação).
CASA	Comunidade Sul-americana de Nações
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESI	Estudos de Segurança Internacional
GASBOL	Gasoduto Brasil Bolívia
GASBEL	Gasoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul (Cooperação)
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MME	Ministério de Minas e Energia
ONA	Objetivos Nacionais Atuais
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
RI	Relações Internacionais
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DO INTERESSE NACIONAL À ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA: UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO	13
2.1 O INTERESSE NACIONAL: DA CONSTRUÇÃO À CONSECUÇÃO	13
2.2 SEGURANÇA ENERGÉTICA: A BUSCA DE UMA ESTRATÉGIA PRÓPRIA ...	22
2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	31
3 O PRIMEIRO FATOR DO BINÔMIO: A BOLÍVIA COMO VÉRTICE DE INSEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA?	34
3.1 DE PETRÓPOLIS AO GASBOL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA.....	34
3.2 A ENCRUZILHADA ENERGÉTICA DOS ANOS 2000.....	44
3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	51
4 O SEGUNDO FATOR DO BINÔMIO: UM HORIZONTE ENERGÉTICO NO ATLÂNTICO SUL?	54
4.1 DO GÁS NATURAL AO GÁS NATURAL LIQUEFEITO: O ESTADO DA ARTE NO BRASIL	54
4.2 O ATLÂNTICO SUL COMO PONTE ESTRATÉGICO-ENERGÉTICA RUMO AO GOLFO DA GUINÉ: DESENHANDO UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA	65
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 redimensiona os assuntos energéticos na pauta das Relações Internacionais, sobretudo após a crise do petróleo de 1973 – marco de um novo ordenamento energético mundial com ênfase na redução da dependência do petróleo. Diante disso, na década de 1970 ocorre a inserção do gás natural na matriz energética brasileira com a utilização das reservas descobertas na região nordeste. Isso é fortalecido, no mesmo período, com a aposta militar na diversificação da matriz energética brasileira com vistas à diminuição da dependência excessiva do petróleo.

Essa introdução fica mais evidente após a Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em 1992, na qual o gás natural apresenta-se como alternativa ao óleo combustível no setor industrial por ser menos poluente. O estímulo da utilização do gás natural na matriz energética brasileira veio, todavia, com o Plano Decenal de 1997 – 2006, elaborado pelo GCPS/Eletróbrás, visando à construção de termoeletricas, considerando que cerca de 72% delas seriam movidas a gás natural, segundo a Eletróbrás

Deste modo, a tentativa brasileira de garantir o suprimento de gás do Plano Decenal, portanto, foi encontrada na Bolívia, movendo-se pela ideia deste país ser o *heartland* da América do Sul e pela indisposição argentina em exportar gás natural ao Brasil, devido à demanda crescente na economia da Argentina. Dessa forma, o Itamaraty, em 1996, assina o Tratado de La Paz com a Bolívia e inaugura o Gasbol (Gasoduto Brasil-Bolívia) em 1999. Menos de uma década depois, em 2006, o concerto energético via Gasbol enfrentou dificuldades com a nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia, após a eleição de Evo Morales à presidência. Ademais, em 2008 o Gasbol é alvo de ataques pelos separatistas da região da Meia Lua. Esses dois eventos, por sua vez, caracterizam a “encruzilhada energética brasileira” que o Brasil teve que enfrentar no tangente ao suprimento de gás natural após 2006.

A ocupação do exército boliviano das instalações da Petrobras em 2006 na Bolívia, aliada às incertezas político-econômicas do fluxo gasífero decorrentes da afirmação constante da soberania boliviana sobre seus recursos energéticos desenha um cenário de vulnerabilidade e dependência brasileiras com relação ao fornecimento energético. Diante da vulnerabilidade, um dos cenários será explorado neste trabalho como via para garantir a segurança energética brasileira: o cenário do Atlântico Sul, geoestrategicamente relevante ao Brasil.

A costa marítima brasileira, de 7.408km de litoral, predominantemente debruçada sobre o Atlântico Sul; conduz o pensamento dos geopolitólogos brasileiros Golbery do Couto e Silva

e Meira Mattos permitindo observar que a realidade que o Brasil defronta hoje não é mais a da África longínqua, mas a de uma África próxima, com acesso mais fácil do que a fronteira amazônica com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Deste modo, uma vez reconhecida a importância estratégica do Atlântico Sul ao Brasil, verifica-se o Brasil e o Golfo da Guiné – grande reservatório energético africano – como vértices a serem ligados pela integração gasífera através do Atlântico Sul. Adota-se, portanto, como tema deste projeto de pesquisa, a segurança energética brasileira pós-encruzilhada energética boliviana *vis-à-vis* à inserção do Atlântico Sul como ponte estratégico-energética entre o Brasil e o Golfo da Guiné.

Em que pese a delimitação do tema, adota-se como delimitação empírica a segurança energética como a disponibilidade de um suprimento eficiente a preços razoáveis. O Golfo da Guiné, por sua vez, deve ser compreendido pela região geográfica que contém a Nigéria, ao norte; Angola, ao sul; Guiné Equatorial, Gabão e Congo-Brazzaville no intermédio.

O Atlântico Sul, por sua vez, revela um caminho energético para o Brasil, entretanto é necessário conhecer suas implicações e reflexos políticos, econômicos e estratégicos para o Estado brasileiro a fim de apresentar este oceano como entreposto ao fluxo seguro e contínuo de GNL e como pivô de uma Estratégia de Segurança Energética. Por fim, na busca de compreender os desafios e oportunidades que o Golfo da Guiné pode oferecer ao suprimento gasífero brasileiro, apresenta-se a seguinte pergunta de pesquisa: o que explica a operacionalização da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia no Atlântico Sul?

Para responder à pergunta de pesquisa, foram traçados três objetivos específicos e um geral. O objetivo geral busca apresentar a importação de GNL do Golfo da Guiné como pivô na consecução da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia após a encruzilhada energética dos anos 2000. Diante disso, três objetivos específicos se articulam para responder à pergunta: 1) configurar, epistemologicamente, o interesse nacional que guia a Estratégia Energética através da perspectiva teórica multifacetada da Geopolítica e das Relações Internacionais; 2) apresentar os meandros da construção do elo gasífero Brasil-Bolívia até a deflagração da encruzilhada energética dos anos 2000; 3) caracterizar o Atlântico Sul como entreposto estratégico-energético entre o Brasil e o Golfo da Guiné como passagem para o GNL na consecução de uma Estratégia Energética brasileira.

Desta forma, e conforme os objetivos esboçados, o primeiro capítulo versará sobre o diálogo epistemológico ao redor do conceito de interesse nacional, buscando concatenar as perspectivas da Geopolítica brasileira com as das teorias de Relações Internacionais. O

segundo capítulo trabalhará com a encruzilhada energética revelada pela Bolívia ao Brasil nos anos 2000, explorando os meandros históricos da relação gasífera entre os dois países. O terceiro capítulo busca operacionalizar a Estratégia de Segurança Energética com vistas ao Atlântico Sul e em direção ao Golfo da Guiné via importação de GNL.

O tratamento metodológico será via método hipotético-dedutivo de caráter qualitativo. Por método hipotético-dedutivo, entende-se que através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança-se um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais se está interessado; e a partir daí, deduz-se as consequências observáveis. Portanto, o método hipotético-dedutivo conta com a construção da verificação da hipótese partindo de um conceito totalizante (neste caso, a segurança energética brasileira) para comprovar a correspondência na hipótese (GNL do Golfo da Guiné, através do Atlântico Sul, na consecução da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia).

Para o trabalho metodológico de comprovação da hipótese, serão utilizadas variáveis. No que tange às variáveis, elas terão caráter nominal e serão dependente, independente e interveniente. A variável independente, cujas oscilações explicam as variações de outros elementos, será a instabilidade da Bolívia como parceira energética brasileira. A variável dependente, cujas variações dependem da variação de outros elementos, será a importação do GNL do Golfo da Guiné. Compreendendo a variável interveniente como a que se coloca entre a variável independente e a variável dependente com o intuito de anular, ampliar ou diminuir o impacto da variável independente sobre a dependente, adotar-se-á o Atlântico Sul como entreposto estratégico à passagem do GNL, a fim de explicar a introdução do Golfo da Guiné à Estratégia de Segurança Energética Brasileira. Diante do desenho metodológico, as próximas linhas buscarão desenvolver os objetivos propostos a fim de responder à pergunta de pesquisa.

2 DO INTERESSE NACIONAL À ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA: UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO

“Não fará boa Estratégia o Estado que não disponha, nos dias que correm, de um sismógrafo estratégico de maior sensibilidade” (SILVA, Golbery C., 1980, p. 159).

Busca-se, neste capítulo, apresentar um diálogo epistemológico partindo da ideia do interesse nacional a fim de compreender a Estratégia de Segurança Energética brasileira voltada para o Golfo da Guiné através dos matizes da Geopolítica¹. Deste modo, este capítulo se estrutura em uma compreensão teórico-analítica do interesse nacional dentro da epistemologia das Relações Internacionais (RI), conjugando a teoria das RI e a Geopolítica e, em uma apresentação da Segurança Energética, inserindo-a aos novos temas de Segurança Internacional, até desaguar na Estratégia de Segurança Energética.

2.1 O INTERESSE NACIONAL: DA CONSTRUÇÃO À CONSECUÇÃO

O poder, dentro das RI, desempenha um papel central na moldagem das relações entre os Estados. Neste sentido, o trabalho seminal de Hans Morgenthau (1948), em *Política Entre as Nações*, lança as primeiras linhas acerca de uma teoria Realista da política internacional. Uma vez reconhecida, pela ótica Realista, a política internacional como a luta pelo poder, Morgenthau articula os conceitos de interesse e poder²: aquele em função deste. Nesta abordagem, o interesse que vai determinar a ação política varia em um determinado período da história e também é dependente “do contexto político e cultural dentro do qual é formulada a política externa” (MORGENTHAU, 2003, p. 18).

Morgenthau (2003), dando sustentação às premissas do Realismo político, articula que os Estados perseguem o interesse nacional por políticas voltadas para a busca do poder e da

¹ “A geopolítica deve ser entendida como a ciência das relações entre o espaço e a política, que visa particularmente a mostrar como o conhecimento geográfico pode ser transformado em equipamento intelectual para o líder político” (COUTO E SILVA, 1981, p. 162). A necessidade do campo da Geopolítica, consoante seu criador, Rodolfo Kjellén, veio da necessidade de dar uma marca política e não mais predominantemente geográfica aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados (MATTOS, 2011). Isto posto, a necessidade de se utilizar o enfoque da Geopolítica neste trabalho advém da peculiaridade deste campo do conhecimento, dado que ela “apresenta a peculiaridade de utilizar-se de métodos e ferramentas analíticas oriundos de diferentes Ciências, como a Geografia, a Ciência Política e, por vezes, das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos” (OLIVEIRA, 2012, p. 78).

² Deve-se compreender o poder, sob a ótica Realista Clássica, como: “O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra” (MORGENTHAU, 2003, p. 18).

sobrevivência do Estado. Neste contexto, ele separa as *high politics* (questões estratégico-militares) das *low politics* (decisões econômicas), enquadrando o interesse nacional à primeira categoria.

A concepção Estatacêntrica do pensamento Realista das RI aponta a sobrevivência do Estado como pedra basilar do interesse nacional. Esta perspectiva realça a anarquia como causa permissiva de conflitos, permitindo dois comportamentos possíveis neste ambiente: a competição, redimensionando a balança de poder, e a emulação das práticas de sucesso dos Estados (WALTZ, 1979). Ao considerar a competição no cerne das abordagens Realista e Neorealista das RI, Aron desenvolve os Estados

como se fossem organismos vivos que obedecem aos ditames da natureza da competição e disputas, os Estados lutam pela sua sobrevivência em um ambiente hostil que às vezes aceita intervalos de paz porque em uma situação de violência crônica os Estados pereceriam sem essas lacunas (ARON, 1986, p. 128).

Através da caracterização do comportamento estatal como auto-interessado e submerso em um ambiente anárquico, premissas do Realismo, é que se alinha a contribuição de Stephen Krasner. No mesmo fio condutor do Realismo político, Stephen Krasner (1978) traz importante tratamento epistemológico para a concepção do interesse nacional. Tomando como base a perspectiva de Morgenthau (2003) de diferenciação entre o “dever oficial” e o “desejo pessoal” (p. 9), Krasner aponta que:

para serem chamadas de interesse nacional, [as decisões e ações do Estado] devem estar relacionadas com objetivos gerais do país, e não com as preferências ou necessidades de algum grupo ou classe social, nem com as idiossincrasias, os caprichos e os impulsos individuais de poder das autoridades. [Ademais], a ordem dessas preferências deve ser persistente ao longo do tempo (KRASNER, 1978 apud FUSER, 2008, p. 60).

Hedley Bull, representante da Escola Inglesa das RI, também fornece ferramenta conceitual-analítica para a construção do interesse nacional. Segundo o autor, a escassez de recursos naturais ou econômicos faz com que os Estados não abram mão de arranjos de poder em assuntos no qual o mote é a conservação de seus interesses em seu significado mais largo, o interesse nacional. Neste sentido, Bull (2002) afirma que o Estado elege quais são os pontos pertinentes a serem integrados em projetos formados por itens de segurança, bem-estar, estabilidade política ou econômica.

Diante do exposto, partindo da ideia seminal de interesse nacional por Morgenthau até lograr uma perspectiva Realista embasada na obra de Stephen Krasner, perpassando por Hedley Bull para qualificar o interesse nacional, tem-se um conjunto da abordagem positivista dentro das teorias de RI. Todavia, tendo em vista a construção de um diálogo epistemológico

neste capítulo, busca-se articular o interesse nacional sob a ótica Construtivista, à luz da interação entre as concepções positivistas e pós-positivistas das RI.

Alexander Wendt, na obra *Social Theory of International Politics* (1999), busca redimensionar o debate ontológico entre o agente e a estrutura dentro das RI. Adotando premissas do Neorrealismo, como a estrutura sistêmica e distribuição das capacidades, Wendt enfatiza o papel das ideias e da distribuição de interesses no sistema internacional. Nessa caracterização das ideias, identidades e interesses, o autor contribui com o arranjo conceitual do interesse nacional.

Na literatura de Wendt (1999), o interesse nacional configura-se pelo compartilhamento de propriedades essenciais em virtude da sua identidade como corporação, gerando assim um interesse nacional universal. Essa identidade está assentada na ideia do *self* e do *other*, ou seja, como o Estado se percebe e se diferencia dos outros. Partindo da concepção de desejo (o que o Estado quer) e crença (o que o Estado é), os interesses e identidades dão força à atuação internacional dos Estados: sem identidade, os interesses não têm direção; sem interesse, as identidades não têm força motivacional (WENDT, 1999).

Isto posto, Wendt aborda quatro interesses nacionais, que estão no cerne da caracterização do agente estatal, a saber: sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva (WENDT, 1999). Enquanto o Neorrealismo, sobretudo em Waltz (1979), assume a sobrevivência física do Estado como único interesse nacional, o pensamento Construtivista enquadra a dinâmica da sobrevivência física como um dos prismas do interesse nacional. Esse elemento diz respeito a assegurar a unidade territorial e a preservação do Estado como ente soberano no concerto anárquico³ internacional.

A autonomia é ditada pelo teórico construtivista alemão como a habilidade de um complexo Estado-sociedade exercer controle sobre sua alocação de recurso e escolha de governo, revelando liberdade de ação. O bem-estar econômico é a manutenção do modo de produção em uma sociedade e dos recursos naturais do Estado, ao passo que a autoestima coletiva traduz a necessidade do grupo se sentir bem consigo mesmo, seja por responsabilidade ou por *status* (WENDT, 1999).

³ Wendt (1992), em *Anarchy is what States make of it*, lança mão da auto-ajuda não como uma característica essencial do sistema, como propõe Waltz (1979), mas como construída socialmente pelos Estados, fruto dos interesses e crenças intersubjetivas. Além disso, a anarquia é abordada pelas teorias de RI como a ausência de instituição supranacional capaz de garantir a ordem e a quem os Estados podem recorrer em caso de risco de sua própria sobrevivência.

As concepções da teoria ideacional de Wendt têm relação com a concepção de interesse nacional da literatura geopolítica brasileira⁴. A construção do interesse nacional, infere o geopolitólogo brasileiro, resulta de um “[...] processo histórico através do qual o grupo adquire e plasma uma consciência nacional” (COUTO E SILVA, 1981, p. 252) e encontra terreno fértil na perspectiva Construtivista nas RI. Essa correlação é desenhada pelo mesmo autor:

o que dá, pois, a cada Geopolítica Nacional, como a cada Geoestratégia, um colorido particular, características próprias, um *tonus* mais ou menos alerta, um dinamismo mais ou menos potente, é o complexo hierarquizado de ideias e valores, aspirações e interesses específicos da comunidade considerada, no período histórico que atravessa (COUTO E SILVA, 1981, p. 169. Grifo no original).

Portanto, considerando que as crenças intersubjetivas e o desejo do Estado de garantir a sua sobrevivência, o interesse nacional ganha forma neste debate epistemológico ao levar em conta a concepção sistêmico-estrutural, dominante nas RI hoje, com a alternativa Construtivista que, segundo Nizar e Messari (2005), busca pavimentar uma ponte entre o positivismo e o pós-positivismo nas RI.

A partir da configuração do interesse nacional para o pensamento teórico das RI, articula-se a perspectiva geopolítica, uma vez que o Estado somente terá vantagens positivas do ambiente geográfico a partir da definição dos seus objetivos e interesse nacionais. Desta forma, o intuito deste diálogo entre o ambiente teórico das RI e a Geopolítica brasileira pretende não negligenciar fatores clássicos pertinentes à manutenção do Estado nacional diante de um ambiente de intensa disputa pelo poder no qual os fatores geográficos (sobretudo os energéticos) têm relevante função estratégico-política.

No intuito de tracejar a preocupação com a posição geoestratégica brasileira, Golbery do Couto e Silva (1981), em *Geopolítica do Brasil*, oferece uma ferramenta epistemológica que concatena a perspectiva do interesse nacional dentro das RI com o panorama da geopolítica brasileira. Couto e Silva (1981) apresenta o conceito de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP),

[como] os interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua sobrevivência como grupo, isto é, asseguradas as três condições básicas de

⁴ O pensamento geopolítico brasileiro é norteador por expoentes como Alexandre de Gusmão, José Bonifácio, Joaquim Caetano da Silva, Ramos de Queiroz, Cândido Mariano Rondon, Pandiá Calógeras, Mário Travassos, Everaldo Backheuser, Golbery de Couto e Silva e Meira Mattos. Entre os anos 1960 e 1970, os estudos geopolíticos foram hegemônicos por militares como Golbery de Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, sendo que a partir dos anos 1970, Therezinha de Castro se destacou entre as poucas pensadoras civis a desenvolver estudos geopolíticos. A partir dos anos 1980-1990 o campo da Geopolítica floresceu na academia brasileira, envolvendo professores e pesquisadores da Geografia, Ciência Política e Estudos Estratégicos como Bertha Becker, Milton Santos, Clóvis Brigagão, Shighenoli Miyamoto, Luiz Alberto Moniz Bandeira, entre outros (OLIVEIRA, 2012). Para uma revisão bibliográfica ver MATTOS, 1980, parte 2, cap. 5 e OLIVEIRA, 2012, p. 78-80.

autodeterminação, integração crescente e prosperidade, dentro do quadro espacial, seja imposto pela tradição histórica, seja requerido por condições julgadas essenciais àquela mesma sobrevivência (p. 252).

Além dos ONP, o mesmo autor (1981) trabalha com Objetivos Nacionais Atuais (ONA), que representam “a cristalização [das aspirações e interesses nacionais], à luz das limitações impostas pelas possibilidades e circunstâncias do momento [...]” (p. 155). Esses ONA “são de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da Conjuntura, sobre os próprios ONP” (p. 255). Destarte, os ONA são a consolidação dos interesses nacionais *em um dado momento* e estão em função dos ONP, sendo estes objetivos políticos e os ONA de caráter estratégico, conclui Couto e Silva (1981). Entende-se, portanto, os ONA como desdobramentos dos ONP e alimentados por uma perspectiva conjuntural-estratégica. Diante disso, ao setor energético ficou premente sua posição aos ONA, sobretudo após a crise de 1973.

À luz dos desafios conjunturais que as crises energéticas apresentam, Vizentini (2004) e Paulo Neto (2007) expõem a aposta estratégica militar brasileira nos anos 1970 de diversificação da matriz energética brasileira visando à autossuficiência energética. É nesta seara que a segurança energética e a consecução dos ONA se comunicam de forma mais íntima e estimulam a realização desta pesquisa.

Os ONP, articulados por Couto e Silva, dialogam de forma mais íntima com a ideia de interesse nacional da perspectiva Realista das RI, uma vez que evocam a sobrevivência, soberania e bem-estar, todos presentes nas obras seminais de Morgenthau (2003), Aron (1986) e Waltz (1979), neste último conjugados com a natureza anárquico-estrutural do sistema internacional. Todavia, os mesmos ONP sugerem uma análise de construção do interesse nacional – pincelados pelo próprio Couto e Silva (1981), tangenciando ao papel das ideias, das identidades (como o nacionalismo, por exemplo) e dos próprios interesses dos Estados, elementos presentes na análise Construtivista das RI.

Visando a estabelecer a conexão entre o interesse nacional e a Geoestratégica, marco epistemológico deste trabalho, Couto e Silva (1981) incorpora a Geoestratégia ao campo da Geopolítica, sugerindo que a Política vai comandar sempre a Estratégia quanto a Geopolítica: “a esta como colaboradora de suas próprias formulações, àquela como subordinada sua, com missões definidas a cumprir num âmbito operacional mais reduzido” (p. 102).

Uma vez estabelecido o interesse nacional – ou os ONP, em termos geopolíticos – delinea-se a Estratégia. Carl von Clausewitz expõe que a Estratégia é um arcabouço teórico e moral que motiva o Estado a edificar o seu projeto de consecução de poder na escala mundial (CLAUSEWITZ, 1979). No prefácio do mesmo livro, Anatole Rapoport (1979, p. 20)

apresenta que a Estratégia é a “capacidade de tirar proveitos dos conhecimentos humanos, culturais e materiais de um determinado Estado”. Para Raymond Aron, “tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, a concepção de que a coletividade, ou aqueles que assumirem responsabilidades pela vida coletiva, fazem do interesse nacional” (1986, p. 72).

Por sua vez, Hage (2006) trabalha a Estratégia como uma ferramenta do planejamento de Poder Nacional, considerando este poder como a capacidade de fazer valer a vontade da unidade política mais bem preparada *vis-à-vis* a seus pares que disputam os mesmos objetivos e desejam as mesmas vantagens escassas. Além disso, o mesmo autor afirma que a Estratégia não se limita apenas ao teatro da guerra (HAGE, 2006), ou seja, ela está presente tanto em tempos de guerra como de paz a fim de assegurar a estabilidade nacional. À luz dos condicionantes políticos, Hage conceitua Estratégia como:

por estratégia entendemos o planejamento do poder político, do Estado, para que faça levantamentos das condições políticas e econômicas tanto na esfera internacional quanto na doméstica e, daí, montar cenários que indiquem os caminhos que o país pode percorrer sem sofrer percalços e desgastes necessários (HAGE, 2008, p. 171).

Na busca de caracterizar a Estratégia, Couto e Silva (1981) propõe o Poder Nacional como instrumento de ação da Estratégia, já que ele concatena os “recursos de toda ordem – políticos, econômicos, psicossociais e militares – de que cada nação dispõe para promover a consecução e a salvaguarda das aspirações e interesses de um povo, consubstanciados em Objetivos Nacionais” (p. 153). Portanto, a Estratégia é a arte de aplicar e fortalecer o Poder Nacional⁵ diante dos antagonismos internos e externos que afrontam o interesse nacional, garantindo a segurança indispensável para a consecução deste interesse. De forma precisa e conglomerando as ideias supracitadas de Estratégia, o conceito de Couto e Silva dá forma à abordagem da Estratégia, sob a ótica da Geopolítica:

a Estratégia Nacional poderia definir-se como a orientação e direção tanto do desenvolvimento e reforço dos recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos existentes ou presumíveis (COUTO E SILVA, 1981, p. 155).

Nesta mesma esteira conceitual, Oliveira (2012) propõe uma definição de Estratégia que dialoga intimamente com o componente político. Ao seu entender, a Estratégia é

o conjunto de processos de planejamento, tomada de decisão, implementação de políticas e ações de políticas que um Estado realiza ao longo do tempo para atingir objetivos politicamente delimitados, que envolvam garantir sua sobrevivência frente à competição política e militar interestatal no Sistema Internacional. [Este conceito

⁵ “Avanços em ciência e tecnologia, industrialização, estabilidade política, militar e outros contribuem para a fundamentação do poder nacional quando coordenado pela estratégia” (HAGE, 2008, p. 175).

de Estratégia] descreve, portanto, o conjunto de processos de planejamento e ação política de um Estado objetivando segurança e/ou acumulação de poder no Sistema Internacional (OLIVEIRA, 2012, p. 68-69).

Ao fazer uma ponte epistemológica entre a narrativa da Geopolítica e a do Realismo Clássico das RI, Hage (2006) menciona que “[...] a estratégia, o planejamento estratégico, [é] algo inerente às manifestações do poder nacional, dos Estados que instituem maneiras de assegurar sua existência e seus objetivos permanentes em um sistema internacional tradicionalmente desigual” (p. 34). Diante disso, os Estados nacionais guardam interesses geopolíticos, independentemente da configuração do sistema internacional ou do período histórico em que os atores fazem parte. Em adição, o mesmo autor escreve que “o planejamento estratégico, a geopolítica e a segurança são os fatores essenciais para compreender a situação do país em um nível em que a energia⁶ se qualifica como elemento relevante à consecução do poder do Estado” (HAGE, 2006, p. 24).

No que respeita à energia e a definição de um planejamento estratégico em obediência aos objetivos nacionais, os Estados nacionais são centrais na adoção de políticas energéticas. Isso se deve porque a garantia de suprimento energético é responsabilidade essencial de qualquer Estado, sendo peça fundamental à sobrevivência deste. É em decorrência disso que “o estudo da dimensão energética das relações internacionais atribui importância decisiva aos atores estatais” (FUSER, 2013, p. 45). Essa importância decisiva diz respeito à soberania dos Estados em impor políticas energéticas a fim de cumprir com suas responsabilidades neste setor. Em diversos casos, os instrumentos estatais são acionados para arcar com as responsabilidades energéticas, esses instrumentos geralmente são as empresas estatais de hidrocarbonetos, como a Aramco (Arábia Saudita), Gazprom (Rússia) e a Petrobras⁷ (Brasil).

A partir das ideias de Estratégia e Objetivos Nacionais, busca-se articular um vértice analítico importante para este trabalho: a Geoestratégia. Ao considerar o planejamento geopolítico como um planejamento de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos, o holandês John Spykman contribui com a análise de Henning, de que a Geopolítica pretende ser a consciência geográfica do Estado. Deste modo, Couto e Silva (1981) conjuga essas duas perspectivas ao inferir uma ideia preliminar da Geoestratégia como a “fundamentação geográfica de uma diretriz estratégica” (p. 166).

⁶ A energia, esboçada conceitualmente, deve ser entendida para as Ciências Humanas, como sugere Oliveira (2012), como “[...] o conjunto dos recursos naturais energéticos, dos meios e mecanismos de transformação e consumo de forças físicas, que em algum momento podem substituir a força de trabalho humano” (p. 22). Outrossim, três aspectos (recursos naturais, infraestrutura logística e conjunto de conhecimentos e tecnologias) dão forma ao conceito de energia, segundo Oliveira (2012).

⁷ “Com a participação também de capital privado a partir da década de 1990” (FUSER, 2013, p. 45)

No campo da Geoestratégia, os fatores geográficos condicionam, em maior ou menor grau, todos os elementos e fundamentos do Poder Nacional, sejam eles políticos, econômicos, psicossociais ou militares e, portanto, “proporcionam uma fundamentação e a proposição de diretrizes a qualquer das componentes admitidas da Estratégia Geral” (COUTO E SILVA, 1981, p. 167). Ademais, em que pese a íntima correlação entre Poder Nacional e Geopolítica, Luigi Bonanate indica que “o Poder Nacional e a geopolítica são termos pares e inseparáveis para melhor posição da unidade política no sistema internacional, considerado altamente conflituoso, independente de sua configuração que se evidencia” (BONANATE, 1997, p. 432).

A adequação do Poder Nacional aos interesses nacionais são conjugados também na forma de uma Política de Consecução, isto é, a maneira pela qual se contemplarão os Objetivos Nacionais diante do seu respectivo condicionamento espaço-temporal. É a Política de Consecução a manobra a conduzir no campo da Estratégia Nacional. Nas palavras de Couto e Silva: “Através da [Política de Consecução] se estabelecem, como orientação geral bem definido a seguir, as bases do comportamento governamental com vistas à consecução dos Objetivos predeterminados” (COUTO E SILVA, 1981, p. 257). No campo energético, objeto deste trabalho, a Política de Consecução será revelada em termos de Estratégia de Segurança Energética traduzida em uma política energética nacional de diversificação.

No prisma energético, a Geopolítica tem uma dinâmica própria revelada pela Geopolítica Energética. Esse campo começa a ser discutido a partir do crescimento exponencial das necessidades de energia importada dos grandes países industrializados, desde a decisão estratégica de Churchill de substituir o carvão pelo petróleo importado como combustível da marinha britânica, na seara da Primeira Guerra Mundial (CONANT; GOLD, 1981). Diante disso, Oliveira (2012) argumenta e conceitua a Geopolítica Energética como:

a Geopolítica da Energia pode ser entendida como a análise do conjunto dos elementos geopolíticos e estratégicos que influenciam a exploração, a infraestrutura, o transporte e o uso final dos recursos energéticos. Esta modalidade de análise leva em consideração a distribuição geográfica das principais reservas de recursos energéticos e dos grandes centros consumidores, ou ainda, dos países exportadores e importadores de certos tipos de recursos energéticos (p. 77).

Os autores de *Geopolítica Energética*, Conant e Gold (1981), destacam que os fatores de localização geográfica devem ser observados toda vez que forem analisadas as questões de acesso às matérias-primas ou recursos energéticos primários como o petróleo e gás natural, por exemplo. Dentro dessa ótica, Oliveira (2012, p. 81) enfatiza que “para a geopolítica

energética, um problema central enfrentado pelos Estados importadores de energia é o acesso a fontes de suprimento externas, cuja capacidade de controle ou segurança são reduzidos”⁸.

Nesta abordagem da Geopolítica Energética observada como passível de ser combustível para um conflito, é necessário fazer um paralelo ao pensamento Realista das Relações Internacionais. Morgenthau (1948), por exemplo, não enxerga a política internacional, em todo o século XX, separada do petróleo e a dependência que os Estados industrializados passaram a ter em relação a essa matéria-prima. Além de Morgenthau (1948), Michael Klare (2002), nas obras seminais de Segurança Energética adotadas nesta pesquisa, também desenha um mundo desconcertado energeticamente ao traduzir a nova geografia do conflito, de escopo eminentemente energético.

A Geopolítica Energética, como supramencionado, não implica ausência de conflitos, uma vez que opera no palco anárquico do sistema internacional, portanto “a localização geográfica, a dimensão territorial da unidade política, a grande escala demográfica, a infraestrutura e recursos naturais são categorias clássicas⁹ da política internacional, e da geopolítica, que ainda têm o poder de impulsionar conflitos entre as unidades políticas” (HAGE, 2006, p. 50).

De acordo com Oliveira (2012), “pode-se afirmar que uma variável determinante para compreender a Geopolítica Energética, especialmente a estratégia e a atuação política das principais potências consumidoras de energia importada, tem sido a busca por segurança no acesso às fontes externas de energia ou a busca por segurança energética” (2012, p. 81).

Destarte, na busca do bem-estar, sobrevivência e soberania brasileiros – ou seja, na busca dos ONP – em meio a um cenário energético incerto, sobretudo após os anos 1970, é que o componente geográfico dos recursos energéticos desperta atenção na elaboração de uma estratégia energética brasileira, aproveitando-se *geoestrategicamente* do Atlântico Sul. É

⁸ É neste ponto que a segurança energética brasileira enfrenta um dilema após as questões domésticas de conflito na Bolívia, considerando o aumento das tensões internas bolivianas, que levaram ao rompimento de abastecimento de 50% do volume diário, em 2008. Ademais, “O recrudescimento da crise entre o governo Evo Morales e a oposição tem potencial para provocar um desabastecimento de gás sem precedentes no Brasil. [...] Naquele dia [da crise política boliviana em 2008], 15 milhões de metros cúbicos de gás deixaram de ser enviados ao território nacional devido ao bloqueio de um trecho do gasoduto na Bolívia. [...] Atualmente, o Brasil importa 31 milhões de metros cúbicos de gás do país vizinho por dia, o que corresponde a 50% de seu consumo” (VILLAMÉA, 2008, p. 1). Ou seja, a explosão derivada do ataque separatista em 2008 bloqueou 50% da quantidade diária de gás natural boliviano enviada ao Brasil.

⁹ Sardenberg aponta alguns fatores clássicos de poder nacional que contribuem à formulação do conceito estratégico: “posição geográfica, grande massa demográfica e territorial, costas marítimas, matérias disponíveis, energéticos, qualidade da inserção internacional. Portanto, um relacionamento de paz com a vizinhança, saídas e contatos exteriores diversificados são pontos primordiais a Estados das dimensões brasileiras” (SARDENBERG apud HAGE, 2006, p. 37).

neste momento que este trabalho se volta ao trabalho teórico de Estratégia de Segurança Energética.

2.2 SEGURANÇA ENERGÉTICA: A BUSCA DE UMA ESTRATÉGIA PRÓPRIA

Esta seção busca trabalhar a evolução dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) *vis-à-vis* à inserção da temática de Segurança Energética. Uma vez compreendida a introdução da energia aos novos temas aos ESI, buscar-se-á dotá-la de compreensão estratégica em conexão com o interesse nacional, derivando-se daí a Estratégia de Segurança Energética, que é o eixo da narrativa proposta neste trabalho.

Os Estudos de Segurança Internacional focaram, por muito tempo, em temas concernentes à sobrevivência do Estado no sistema internacional, cujo escopo era dado por questões de cunho militar – sobretudo durante as duas guerras mundiais e Guerra Fria (BUZAN; HANSEN, 2012). Contudo, o acender de luzes da década de 1980 apresenta o debate para a ampliação dos ESI, sendo consolidado ao término da Guerra Fria, abarcando novos atores e novas ameaças, dentre elas a questão da energia (BALDWIN, 2007, p. 99). Outrossim, essa ampliação revela uma dimensão analítica, pois “o que é central à análise de segurança é entender o processo pelo qual as ameaças se manifestam como problemas de segurança na agenda política” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 34).

Desta forma, há três questões dentro da evolução dos ESI que envolvem teoricamente este trabalho: 1) inclusão tanto de ameaças externas quanto internas; 2) expandir a segurança para além do setor militar e uso da força (não excluindo, todavia, a capacidade material); 3) observar a segurança como intimamente ligada à dinâmica de ameaças, perigos e urgência (BUZAN; HANSEN, 2009).

Nesta nova seara de temas de segurança, a Escola de Copenhague – com uma concepção discursiva – traz à tona uma alternativa às concepções objetivas (ausência/presença de ameaças concretas) e subjetivas (sentimento de estar sendo ameaçado) dos ESI. Segundo esse enfoque epistemológico, “[...] ao se falar “segurança”, um representante do Estado declara uma condição de emergência, clamando pelo direito de usar quaisquer meios necessários para bloquear o desenvolvimento de uma ameaça” (BUZAN et al., 1998, p. 21). Portanto, a Escola de Copenhague oferece uma ampliação das ameaças e objetos de referência, com maior

atenção ao nível regional com foco na securitização¹⁰ a fim de oferecer “[...] uma contrapartida Construtivista à análise materialista de ameaça dos Estudos Estratégicos tradicionais” (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 36).

À luz da evolução dos temas de Segurança Internacional no pós Guerra Fria, e consequente inserção da temática da Segurança Energética, Klare (2006) verifica, por exemplo, que as questões de recursos reassumiram o seu papel central no planejamento militar dos EUA. Assim como sugeriu Bill Clinton, em 1999: “Prosperidade doméstica depende da estabilidade em regiões chave com as quais comercializamos ou com as quais importamos *commodities* sensíveis, como o petróleo e o gás natural” (KLARE, 2006, p. 9. Tradução livre¹¹).

Gradualmente, as questões concernentes aos energéticos vêm demandando atenção no debate da Segurança Internacional. Destarte, ao fazer a ponte entre Segurança Nacional e energia, Santos (2003) denota que a unidade política poderá sofrer problemas maiores pela falta de segurança energética, cuja manifestação dar-se-á pela irregularidade de fornecimento e oscilação do preço do energético, começando pelo óleo combustível. Santos (2003) finaliza apontando que os países que têm importante economia industrial e apresentam dependência dos importados não poderão suportar, no longo prazo, a falta desses energéticos.

Demais disso, Klare (2001) cimenta a ligação entre energia e Segurança Nacional, arquitetando a necessidade de uma estratégia para lidar com a insegurança energética. Segundo este autor,

em alguns casos, os materiais em disputa serão vistos como tão essenciais à sobrevivência nacional ou bem-estar econômico que um acordo é impensável, [...] nessas situações, as considerações sobre segurança nacional vão sempre prevalecer sobre acordos negociados, que podem ser percebidos como implicações ao rendimento dos interesses nacionais vitais (KLARE, 2001, p. 23. Tradução livre¹²)

Fuser (2013), em *Energia e Relações Internacionais*, lembra que “a segurança energética passou, [desde o choque do petróleo da década de 1970], a ocupar um lugar central nos cálculos dos países mais ricos, que encaram o acesso a recursos de energia a preços aceitáveis

¹⁰ “[...] processo social pelo qual grupos constroem algo como ameaça [...]” (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 36). Além disso, Fierke (2007) verifica que “a securitização de determinado tema – como meio ambiente, narcotráfico, migrações e energia – ocorre quando um Estado decide encará-lo como uma questão que põe em jogo a sobrevivência e/ou outros interesses vitais do país. Quando um tema é “securitizado”, os atores estatais passam a abordá-lo sob o prisma da segurança nacional, o que justifica a ameaça ou o uso da força militar para atingir os objetivos a ele relacionados” (FIERKE, 2007, p. 102-104)

¹¹ “*Prosperity at home depends on stability in key regions with which we trade or which we import critical commodities, such as oil and natural gas*”.

¹² “In some cases, the materials at stake will be viewed as so essential to national survival or economic well-being that compromise is unthinkable. In such situations, national security considerations will always prevail over negotiated settlements that could be perceived as entailing the surrender of vital national interests”

como uma prioridade estratégica” (FUSER, 2013, p. 147). Nesta questão, Yergin verifica a importância da questão energética na contemporaneidade:

a preocupação com segurança energética pode parecer algo abstrato – importante, com certeza, mas vago, de difícil definição. Mas ruptura e tumulto – e os riscos evidentes – demonstram tanto sua tangibilidade quanto seu caráter fundamental para a vida moderna. Sem petróleo, praticamente não existe mobilidade, e sem eletricidade – e energia para gerá-la – não haveria a era da internet (YERGIN, 2011, p. 522).

Demais disso, a partir dos anos 2000, a energia volta no topo das preocupações estratégicas globais, isso porque se começa a perceber a dissonância entre o crescimento acelerado do consumo energético global e o ritmo lento da expansão da oferta dos energéticos, sobretudo o petróleo. Além disso, uma série de desafios às questões energéticas emergiram na América Latina no alvorecer dos anos 2000: ressurgimento do nacionalismo energético, o fracasso da integração energética hemisférica através da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o fortalecimento das empresas estatais de energia na América do Sul (YPFB na Bolívia, por exemplo) (FUSER, 2013).

Além disso, Klare atribui essa crescente importância dos recursos à adoção de uma política de segurança econocêntrica. Esta postura quase sempre leva a uma ênfase crescente de proteção de recursos, sobretudo por aqueles Estados que dependem da importação de matérias-primas para o seu desempenho industrial (KLARE, 2001). Ademais, o mesmo autor (2006) aponta três dinamos do debate atual sobre energia: o crescente consumo dos países em via de desenvolvimento, geopolítica centrada na energia (sobretudo na Eurásia¹³) e o pessimismo acerca do futuro da energia (KLARE, 2006).

Em que pese a dimensão epistemológica da segurança energética, Yergin trabalha com a abordagem multidimensional deste conceito, escalonando quatro dimensões. Primeiro, a dimensão da segurança física, que abarca a proteção dos ativos, da infraestrutura, das redes de abastecimento e das rotas comerciais, criando provisões para substituições rápidas quando necessário. Segundo, o acesso físico, contratual e comercial à energia, enfatizando a capacidade de produzir e adquirir. Terceiro, a segurança energética como sistema composto por políticas nacionais e instituições internacionais destinadas a responder de maneira coordenada a interrupções e deslocamentos do abastecimento energético. Quarto, os investimentos, a segurança energética exige políticas e um clima comercial que promovam o

¹³ O Mar Cáspio apresenta importância estratégica por ter grandes jazidas ainda não exploradas (ou não completamente exploradas) e também por ser um ponto vital aos três competidores: China, EUA e Rússia. Essa região (Rússia, Golfo Pérsico e Cáspio) representa mais de 70% das reservas mundiais, portanto se define como estratégia. A Rússia, por sua vez, controla o transporte na Eurásia, mas está suscetível aos ataques terroristas e conflitos étnicos e isso preocupa os jogadores sino-estadunidenses (KLARE, 2006).

investimento e o desenvolvimento de modo a garantir a existência de suprimentos e infraestrutura¹⁴ adequados em qualquer momento no futuro (YERGIN, 2011).

Daniel Yergin (2011), sobretudo no livro *A Busca*, articula que buscar segurança energética não implica apenas combater a enorme variedade de ameaças existentes ao fluxo contínuo a preços razoáveis de energéticos, mas dialoga intimamente com as relações entre os países, “como eles interagem entre si e qual é o impacto da energia na segurança nacional como um todo” (YERGIN, 2011, p. 523). Destarte, o autor esboça a importância da energia no campo da segurança nacional, o qual será trabalhado sob o escopo da Estratégia de Segurança Energética nas linhas abaixo.

Inicialmente, faz-se mister compreender um eixo basilar da segurança energética: a dependência. A narrativa de Conant e Gold (1981) ajuda a compreensão de como qualificar a dependência energética. Conant e Gold (1981) apresentam a possível dependência de recurso energético como reveladora de uma preocupação de o País entrar em delicada situação político-econômica, se algumas medidas esperadas não forem realizadas a contento (CONANT; GOLD, 1981). É neste intuito que os autores desenvolvem uma caracterização da dependência, ou seja, algumas medidas que podem complicar a vida nacional da unidade política. Essa caracterização está ancorada em três pontos, que serão vistos a seguir.

Inicialmente, Conant e Gold discutem que o suprimento da energia importada deve ser suficiente para regular as atividades do Estado, não sendo inferior a um nível estabelecido pela segurança. Nesta primeira ideia que caracteriza a dependência, é possível questionar se a Bolívia estará apta, tendo em vista o volume dos reservatórios de gás natural, a renovar o Tratado de La Paz em 2019¹⁵.

Outrossim, infere-se como necessário que existam programas de bom entendimento diplomático entre o país consumidor e o fornecedor de energia, sendo este o segundo argumento dos autores na caracterização da dependência. Destarte, os canais diplomáticos são vias de resolução de crises sem que seja necessário o uso da força física. Além disso, o bom entendimento diplomático entre o consumidor e o fornecedor de energéticos evita cortes abruptos de energia, estreitando canais de negociação. Nesta questão, o Brasil tem buscado

¹⁴ “A segurança energética precisa ser pensada não apenas em termos do provisionamento de energia isoladamente, mas também em termos de proteção da cadeia inteira por meio da qual o produto sai da produção inicial e chega ao consumidor final” (YERGIN, 2011, p. 555).

¹⁵ O capítulo 2 versará sobre o debate travado entre o Ministério das Relações Exteriores e a Petrobras acerca da temática de insuficiência dos volumes de gás natural já posta em dúvida na negociação do Tratado de La Paz, na década de 1990.

um maior diálogo diplomático em termos de energia com o vizinho boliviano, sobretudo após a nacionalização de 2006, e com o Paraguai, após a ânsia revisionista paraguaia sobre Itaipu¹⁶.

O terceiro elemento apresentado por Conant e Gold (1981) refere-se ao preço: o preço do combustível importado não deve sofrer alterações que possam comprometer o fornecimento e o equilíbrio econômico do consumidor, deve sim fazer justiça aos esforços de trabalho ao país exportador. Neste item, a principal reivindicação dos parceiros energéticos brasileiros, sobretudo o Paraguai, refere-se à soberania energética, ou seja,

[...] a capacidade de uma comunidade política para exercer o controle e a autoridade e para regular de maneira racional e sustentável a exploração dos recursos energéticos, conservando uma margem de manobra e uma liberdade de ação que lhe permitam minimizar os custos associados às pressões externas dos atores estratégicos que rivalizam pela obtenção desses recursos (LAHOUD, 2005, p. 7).

A partir da introdução do debate da soberania energética e da Segurança Energética, Fuser (2013) lembra que é a partir desses dois conceitos que o debate em torno da energia, seu acesso e divisão de riquezas, fundamenta-se. Enquanto os países importadores de energia se valem do conceito da Segurança Energética para angariar seus objetivos, os países detentores de excedentes exportáveis de energia mostram-se inclinados a formular políticas de acordo com o conceito de soberania energética¹⁷. Ambos, segundo Fuser (2013), são conceitos políticos por ter um papel instrumental na defesa dos interesses dos atores que os utilizam.

De acordo com a perspectiva de Conant e Gold (1981), Oliveira (2012) indica que nas condições ideais de Segurança Energética devem ser incluídas a garantia da integridade e segurança da infraestrutura energética (geração, consumo e distribuição), a fim de sustentar a logística nacional e a soberania do Estado, bem como a disponibilidade de recursos energéticos para a logística militar, esta para a defesa nacional. Além disso, torna-se essencial a adoção de estratégias no campo da energia para rodar a engrenagem econômica nacional. Neste sentido,

¹⁶ “O aumento do preço cobrado pelo Paraguai à sua parcela comercializável de energia para o Brasil bem como os riscos de suprimento, desestabilizam o interesse brasileiro que estava na gênese da cooperação bilateral: a sua segurança energética” (TASCA; SCHWETHER, 2015, p. 3). Diante disso, “A principal questão levantada no tangente à segurança energética brasileira face ao Paraguai concerne à política doméstica paraguaia e suas oscilações, as quais aumentam a instabilidade brasileira no seu futuro energético. A literatura de Oscar Medeiros Filho (2007) deixa claro o enfoque nos problemas internos dos Estados como principal dinamizador das relações de defesa e de segurança regionais no Cone Sul. Posto isso, uma estratégia em níveis de energia deve ser pensada a fim de continuar a sustentar o desenvolvimento brasileiro sem ônus à sociedade” (Op. Cit., p. 17)

¹⁷ “Na perspectiva dos países desenvolvidos que importam petróleo e gás, como os Estados Unidos, o Japão e os mais prósperos entre os integrantes da União Europeia, segurança energética é definida como “o aporte confiável, amplo e diversificado e a preços acessíveis de suprimentos de petróleo e gás. [...] Já os países detentores de excedentes exportáveis de energia – quase todos sociedades que superaram sua condição colonial ou neocolonial ao longo do século XX – mostram-se inclinados a formular suas políticas com base em um conceito alternativo, o da soberania energética [...], com a intenção de atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social, definidos a partir do Estado” (FUSER, 2013, p. 146).

a urgência da segurança energética força os Estados a tomarem medidas autocentradas, unitárias, para diminuir o grau de danos nacionais que podem ser advindos da falta de combustíveis. E falta de segurança energética é [sic] justamente a falta dos insumos básicos necessários para regular o transporte, a atividade econômica e os *instrumentos do poder nacional* (HAGE, 2008, p. 175. Grifo nosso).

Através do panorama esboçado sobre Segurança Energética e Estratégia Nacional, buscase, a partir de agora, estabelecer as linhas de uma Estratégia de Segurança Energética, as quais nortearão este trabalho na indicação do Golfo da Guiné como alvo de uma estratégia desta natureza a partir da relação energética brasileiro-boliviana e seus impactos negativos à segurança energética nacional. Inicialmente, o conceito de Oliveira apresenta-se como guia no entendimento da Estratégia de Segurança Energética. Segundo ele,

o conjunto de ações políticas, envolvendo desde o planejamento, os processos de tomada de decisão, a implementação das políticas específicas planejadas, até a avaliação dos resultados obtidos na busca pela ampliação da Segurança Energética de um Estado, pode ser entendido como sendo uma Estratégia de Segurança Energética ou Estratégia Energética (OLIVEIRA, 2012, p. 82).

Diante desta definição, cada Estado pode adotar uma Estratégia Energética diferente, desde que atenda aos seus objetivos nacionais. Além disso, a adoção de uma determinada Estratégia Energética “pode ter resultados muito claros para a capacidade destes Estados de acumular riqueza e poder” (OLIVEIRA, 2012, p. 85). De maneira simplificada, a literatura especializada classifica esse tipo de Estratégia em três grandes categorias, cuja diferenciação se dá pela forma como são operacionalizadas.

A primeira Estratégia é a Estratégia da Integração Energética Regional¹⁸, a qual abarca a integração da infraestrutura e de cadeias produtivas de energia em uma dada região ou continente. Geralmente, essa estratégia vem permeada de iniciativas de integração regional (OLIVEIRA, 2012). A UNASUL, por exemplo, tem como um de seus pilares a questão energética, buscando espaço para a cooperação e integração energética regional através da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o que dá forma a essa Estratégia de Integração Regional Energética (PECEQUILO, 2012)¹⁹.

A segunda alternativa estratégica é a Estratégia da Autossuficiência Energética. Embora essa opção de busca por autonomia energética possa minimizar o problema dos países que são muito dependentes de energia importada, considera-se que ela seja virtualmente inviável de ser a principal estratégia de segurança energética para grandes potências (KLARE, 2008).

¹⁸ O Ministério das Relações Exteriores aponta “promover a integração energética regional segundo os princípios do desenvolvimento sustentável” (MRE, 2015) como elemento da política externa brasileira na área de energia renováveis.

¹⁹ Para uma revisão aprofundada sobre Estratégia de Integração Regional Energética ver: ZANELLA, Cristine K. **Energia e Integração: oportunidade e potencialidades da integração gasífera da América do Sul**. Ed. Unijuí: Ijuí.

Essa estratégia pode ser operacionalizada em: diversificação da matriz energética²⁰, descentralização da infraestrutura de geração e distribuição de energia, inovação energética²¹ e a eficiência energética (ganhos de eficiência estruturais).

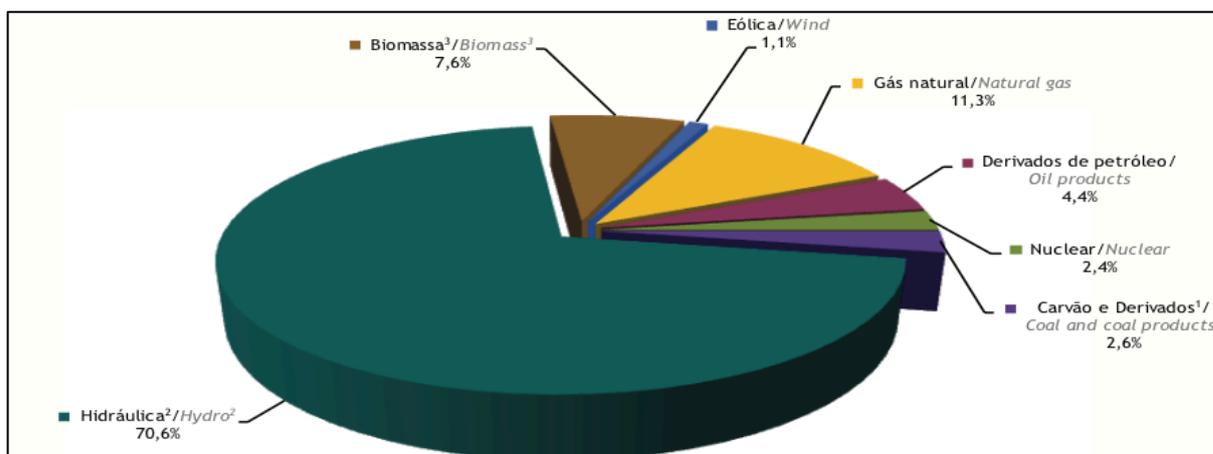
Segundo Klare (2006), a autonomia dessa estratégia se refere ao fato de ter margem de manobra em termos de liberdade de ação, além de integridade, no que tange ao cumprimento dos valores nacionais ao tomar decisões de política energética, tendo em conta ainda os interesses a longo prazo. Para levar a cabo essa estratégia, explica o autor, é necessário: 1) estabelecer a separação entre as aquisições de energia e os compromissos de segurança com o estrangeiro; 2) diminuir a dependência com relação ao energético importado (praticando a autolimitação e eficiência energéticas) e 3) preparar o caminho para a inevitável transição a uma economia, sobretudo, pós-petróleo (KLARE, 2006). O autor finaliza observando que “o aumento da cooperação internacional vai ser um fenômeno crítico e indispensável da estratégia de autonomia e integridade” (KLARE, 2006, p. 297).

Diante da busca da autossuficiência energética, propõe-se a análise da matriz energética brasileira. A Figura 1 evidencia a grande dependência brasileira em uma única fonte geradora de energia elétrica, que é a hidroeletricidade. Diante deste quadro, observa-se que apenas uma das demais fontes de energia elétrica elencadas no Balanço Energético Nacional hoje ultrapassa 10% da produção de eletricidade do país – o gás natural –, o que representa um baixo índice de diversificação energética brasileira (EPE, 2014). Apesar do baixo custo de geração da hidroeletricidade e ao potencial hídrico brasileiro, a recente crise hídrica tem promovido um novo debate acerca do planejamento energético.

²⁰ “Envolve o planejamento da matriz energética de forma que tenha o maior número possível de fontes de energia, priorizando sempre as de menor custo ambiental, social e econômico. Considera-se que a diversificação é a estratégia mais importante para evitar possíveis colapsos ou os efeitos da escassez de uma fonte de energia específica” (OLIVEIRA, 2012, p. 83).

²¹ “[...] geralmente pautada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de geração, distribuição e consumo de energia, podendo incluir desde melhorias tecnológicas pontuais até tecnologias completamente novas de geração, transmissão e consumo de energia, assim como novos combustíveis” (Idem, p. 83)

Figura 1 - Oferta Interna de Energia Elétrica por Fonte



Fonte: EPE, 2014

Ao abordar a Estratégia da Autossuficiência Energética para o Brasil, Pimentel (2011), critica a autarquia energética brasileira defendida pelo Plano Nacional de Energia 2030, enfatizando que o Brasil deve apostar em uma integração energética regional face à autarquia energética, uma vez que, caso opte pela autarquia, arcará com as externalidades regionais advindas de um *Peak Oil*²², por exemplo. Demais disso, a busca da autonomia energética deve levar em conta o planejamento energético a longo prazo, caso contrário, tornar-se-ão problemáticas.

A terceira estratégia abordada neste trabalho é a Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia. Essa alternativa tem duas formas de operacionalização: 1) através da diversificação dos fornecedores externos e 2) por meio da militarização do controle de recursos energéticos no exterior. Esta última forma implica a tentativa de controlar diretamente as fontes de recursos energéticos no exterior, muitas vezes através da securitização e militarização da Segurança Energética, diversas vezes envolve disputas entre países importadores e exportadores de energia, envolvendo guerras pelo controle de jazidas petrolíferas²³ (OLIVEIRA, 2012).

Ao tratar da iminência de um conflito energético no célebre *Resource Wars*, Klare (2001) revela que “claramente, todos esses três fatores – política de segurança de petróleo, a

²² O *Peak Oil*, ou *Hubbert's Peak*, permite observar que o ritmo de produção de um recurso escasso acelera-se a partir da sua descoberta e, ao passo que os recursos de extração mais fácil ou barata são explorados, atinge-se um ápice na extração que é seguido de declínio que tende a zero. Ao lograr esse acme, a extração diária de recursos apresentará caráter declinante, uma vez que esse momento configure-se como o zênite na produção mundial de petróleo (PIMENTEL, 2011).

²³ A Guerra do Golfo, na década de 1990, evidencia uma tentativa de controle externo de fonte de energia: a invasão do Iraque, coordenada por Saddam Hussein, buscou o controle de jazidas petrolíferas do Kuwait (KLARE, 2000)

dinâmica da oferta e demanda de petróleo, e os constrangimentos da geografia – vão ter um papel significativo em determinar a probabilidade e local do conflito futuro pelo petróleo” (p. 49)²⁴. Nesta questão, Hage corrobora que “[...] os hidrocarbonetos, finitos à primeira vista, são elementos passíveis de disputas que podem migrar de simples embates diplomáticos em busca de mercados até guerras” (HAGE, 2008, p. 170).

Deste modo, a primeira forma de operacionalização desta última estratégia é obtida através de acordos comerciais, por meio de influência político-diplomática ou até mesmo por simples mecanismos de mercado. É esta estratégia que se busca abordar nas próximas linhas, sugerindo que é através de acordos comerciais e mecanismos de mercado que o Golfo da Guiné se apresenta como pivô de uma Estratégia de Segurança Energética brasileira, escalonando a necessidade de diversificação de parcerias gasíferas a curto e a longo prazos.

A alternativa de diversificação dos fornecedores externos de energia é apontada pela narrativa de Yergin verificando que: “a diversificação permanecerá como o princípio fundamental da segurança energética tanto para o petróleo quanto para o gás” (2006, p. 82. Tradução livre)²⁵. Além disso, a história mostra que a diversificação de parcerias e de fontes energéticas datam da Primeira Guerra Mundial, a partir da decisão de Churchill de importar petróleo para substituir o carvão como energético, que movia a marinha britânica (PIMENTEL, 2011; KLARE, 2000; YERGIN, 2008). Nas palavras de Yergin (2006), ao tratar a diversificação como central na Segurança Energética,

Churchill deu uma resposta que se tornaria a pedra fundamental da segurança energética: a diversificação da oferta. “Não devemos depender da qualidade de ninguém, do processo de ninguém, do país de ninguém, da rota de ninguém e do campo de ninguém”, disse ele ao Parlamento em julho de 1913. “Segurança e certeza em petróleo estão na variedade, e na variedade apenas” (YERGIN, 2011, p. 525).

De acordo com a decisão de Churchill, exortada há um século, a diversificação de oferta é condição *sine qua non* à segurança energética. Segundo essa perspectiva, ao multiplicar as fontes energéticas, reduz-se o impacto de uma interrupção, pelo simples fato de haver mais de uma alternativa. Além disso, isso serve aos interesses dos consumidores e dos produtores, estes últimos para quem os mercados estáveis são uma preocupação no longo prazo (YERGIN, 2011).

²⁴ Klare, ao trabalhar com a iminência do conflito por energia, acrescenta: “*Thus, while market forces and globalization can help avert violence in many instances of resource scarcity, there are situations in which are likely to fail. When this occurs, disputes over access to critical (or extremely valuable) resources may lead to armed conflict*” (KLARE, 2006, p. 25). Segundo Klare, as guerras por recursos ou seriam “[...] *conflicts that revolve, to a significant degree, over the pursuit of possession of a critical materials*” (Idem).

²⁵ “*Diversification will remain the fundamental starting principle of energy security for both oil and gas*”.

Destarte, para se consolidar a segurança energética como questão da segurança nacional é necessário evidenciar uma fragilidade do equilíbrio energético de um país dependente de energia importada. Deste modo, uma vez que a matriz energética se torna diversificada, reduz-se a influência política individual dos fornecedores de recursos energéticos, isto é, através da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia via diversificação é que se minimiza o problema energético como questão de Segurança Nacional.

Diante da redução da influência política dos fornecedores de recursos energéticos, Oliveira exemplifica esta situação: “[...] ao reduzir a dependência dos fornecedores de petróleo do Oriente Médio, os países da AIE [(Agência Internacional de Energia)], como EUA, Europa Ocidental e Japão, conseguem reduzir a influência da OPEP no mercado global de petróleo” (OLIVEIRA, 2012, p. 98).

Outrossim, em que pese a influência político-diplomática necessária para se lograr acordos de cooperação energética, Yergin (2006, p. 82) afirma que: “em um mundo de crescente interdependência, a segurança energética vai depender muito de como os países administram suas relações com outros, tanto bilateralmente, ou no panorama multilateral” (Tradução livre)²⁶. Na observância dessas questões, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através do instrumental da cooperação Sul-Sul, busca “[...] soluções criativas que atendam às necessidades locais e específicas dos países para ampliar o acesso a [sic] energia em prol do desenvolvimento socioeconômico” (MRE, 2015). É neste sentido que a busca da segurança energética brasileira dialoga estrategicamente com os objetivos nacionais de cooperação Sul-Sul – com a África e a partir do Atlântico Sul – e de sobrevivência no teatro das nações.

2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A primeira parte deste capítulo buscou construir um diálogo epistemológico sobre o interesse nacional a partir da literatura das RI, visando a conjugar esse conceito com a perspectiva da Geopolítica brasileira. Partindo-se da visão do Realismo político das RI e da concepção Construtivista desta área, percebe-se essas duas perspectivas como complementares, no que tange à epistemologia do interesse nacional.

²⁶ “*In a world of increasing interdependence, energy security will depend much on how countries manage their relations with one another, whether bilaterally or within multilateral frameworks*”.

Uma vez partes da ponte que edifica o diálogo epistemológico dentro das RI sobre interesse nacional, a abordagem da Geopolítica sobre Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais mostra-se como instrumental valioso para colorir este trabalho com os matizes da Geopolítica *vis-à-vis* aos matizes da linha teórica das RI. Esta ponte interdisciplinar, cujo amálgama é a epistemologia, apresentou-se como fundamental para compreender a concepção da Geopolítica Energética a partir da narrativa teórica das RI.

A relação de complementaridade entre a Geopolítica brasileira e a teoria das RI, em termos epistemológicos, é observada ao colocar em evidência as concepções de Estratégia e Geoestratégia, ambas frutos do interesse nacional. Por sua vez, o interesse nacional é central, tanto na abordagem das RI quanto na da Geopolítica, pois é a partir dele que os Estados buscarão a consecução do Poder Nacional através da Estratégia – e da sua vertente geográfica: a Geoestratégia.

Em seguida, na busca de ajustar os estudos de Segurança Energética à agenda dos estudos de Segurança Internacional, observou-se a evolução da temática no pós-Guerra Fria *pari passu* à concepção discursiva de manifestação de novas ameaças. Essa concepção é trabalhada pela Escola de Copenhague, dentro dos ESI, e observa o tema da energia como latente e pertencente ao novo rol das ameaças do mundo pós-bipolaridade.

Nesta mesma esteira de observação da energia como elemento pivô de debates contemporâneos, Daniel Yergin, Michael Klare, Lucas Oliveira e Igor Fuser observam, cada um da sua forma e com seu instrumental analítico, a crescente importância das questões energéticas para as RI. Sobretudo a partir dos choques do petróleo da década de 1970 até recentes manifestações bolivianas dos anos 2000 é que se desenha a narrativa teórica da temática energética para as RI.

Na análise da segurança energética nacional, Conant e Gold (1980) oferecem ferramenta importante para o diálogo conceitual da dependência energética. Este instrumental, por sua vez, enriquece a perspectiva de soberania e segurança energética, ambos conceitos políticos que são trabalhados por diferentes Estados, simultaneamente, no tabuleiro internacional desigual.

Pari passu às concepções dos autores da Segurança Energética e da Estratégia, molda-se uma tipologia referente a Estratégias de Segurança Energética. Nas linhas acima, foram abordadas três estratégias: 1) a Estratégia de Integração Energética Regional; 2) a Estratégia de Autossuficiência Energética e a 3) Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia.

Destarte, a partir da terceira estratégia – Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia – é que se articula a diversificação dos parceiros energéticos brasileiros como peça estratégica fundamental à garantia da segurança energética nacional. Todavia, antes de se dedicar à estratégia brasileira da diversificação energética encontrada no Atlântico Sul sob a forma de GNL, busca-se caracterizar a dependência brasileira do gás natural boliviano, partindo de uma perspectiva histórica dos acordos do início do século XX até os acontecimentos de 2006 e 2008. É para essa caracterização da dependência gasífera que este trabalho se volta a partir de agora.

3 O PRIMEIRO FATOR DO BINÔMIO: A BOLÍVIA COMO VÉRTICE DE INSEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA?

“As importações de gás boliviano devem ser encaradas dentro de uma ótica geopolítica que ultrapassa os interesses puramente energéticos” (BARUFI et al., 2006, p. 193).

Na busca da caracterização do primeiro fator do binômio geoestratégico à (in)segurança energética brasileira, será trabalhado neste capítulo o elo gasífero entre Brasil e Bolívia. Neste capítulo, objetiva-se revelar os meandros históricos deste relacionamento, a saber: Tratado de Roboré de 1938, as Notas Reversais do Acordo de Roboré (1958) e os acordos sobre gás (1993), desaguando no Tratado de La Paz (1996) até os acontecimentos recentes – mais especificamente em 2006, 2008 e 2015 –, sugerindo que a dependência brasileira exclusiva do gás natural boliviano é elemento de insegurança na equação energética brasileira.

3.1 DE PETRÓPOLIS AO GASBOL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA

O século XIX descortina as primeiras nuances do relacionamento bilateral entre o Brasil e a Bolívia no tangente às questões energético-diplomáticas. A questão do Acre serve como pano de fundo da assinatura dos primeiros acordos entre os dois países, uma vez que a política externa brasileira nos anos iniciais da República Brasileira tinha como diretriz a consolidação das fronteiras (BUENO; CERVO, 2002).

Inicialmente, o Tratado de Ayacucho (1867) reconhecia o Acre como pertencente à Bolívia, todavia as explorações de borracha deram força à ambição brasileira de buscar seus interesses na região do Acre. Junto com isso, o crescimento demográfico de brasileiros na região, em decorrência da exploração da borracha, foi o principal argumento do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores à época, para a anexação do Acre pelo território brasileiro (PAULO NETO, 2007). Adveio daí o Tratado de Petrópolis, instrumental efetivo na consolidação dos laços entre os dois países (GOSMANN, 2011).

Assinado em 1903 e ratificado em 1904, o Tratado de Petrópolis sugere “[...] que o Brasil indenizaria a Bolívia com dois milhões de libras esterlinas em troca de um território que incorporaria não somente o Acre inferior, como o Acre superior, rico em florestas e reservas de seringais” (PAULO NETO, 2007, p. 20). Em contrapartida, o Brasil deu acesso ao rio

Amazonas (via Madeira-Mamoré), acesso ao rio Paraguai (cessão do território próximo a Corumbá), além de dois milhões de libras esterlinas. (Idem).

No fio histórico que conduz o relacionamento entre os dois países, encontra-se a Guerra do Chaco, uma primeira faísca dos conflitos por energia na América do Sul já nos anos 1920 - 1930. Após a perda de território para o Chile, na Guerra do Pacífico (1879 – 1883), a Bolívia buscou outra rota para o Atlântico pelo rio Paraguai. Esta rota localizava-se pela região do Chaco, cujo interesse de explorar petróleo na área levou o Paraguai e a Bolívia à guerra (PAULO NETO, 2007).

Neste ínterim, o Brasil passava por situação delicada (depressão de 1929, Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista de 1932) e, portanto, a Argentina atuou como liderança regional à época do conflito. Essa postura de liderança foi vista com desconfiança por Getúlio Vargas, presidente brasileiro à época, uma vez que o Brasil tinha interesse no petróleo da região do Chaco²⁷. Em síntese, a diplomacia brasileira empenhava-se em impedir que a Bolívia virasse área de influência argentina (PAULO NETO, 2007)²⁸.

Ao passo que a diplomacia brasileira buscava angariar benefícios com a Bolívia, durante a Guerra do Chaco, ocorre a primeira nacionalização das companhias petrolíferas americanas operantes na Bolívia, no governo do General David Toro. Funda-se, portanto, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), com a proibição das companhias americanas de operarem no mercado boliviano (PAULO NETO, 2007). A partir desta nacionalização, “[...] todas as concessões petrolíferas caducariam em março de 1937, quando os ativos das petroleiras (diga-se Standard) passariam para a estatal YPFB em troca de uma indenização de US\$ 1,7 milhão” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 2).

Após a primeira nacionalização dos hidrocarbonetos, na década de 1930, a diplomacia brasileira lança mão da primeira estratégia contratual sobre hidrocarbonetos com a Bolívia: o Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano. Este acordo, firmado depois da Guerra do Chaco, tinha, *inter alia*, o intuito de harmonizar a Bolívia à América do Sul (GOSMANN, 2011).

²⁷ À época de 1930, Vargas assume o Executivo e, segundo Paulo Neto (2007), a política de substituição de importações levava Vargas a estreitar as relações econômicas com seus vizinhos, sobretudo por causa do fornecimento de matéria-prima energética e esta, por sua vez, sustentaria o desenvolvimento econômico brasileiro.

²⁸ “A política pendular do governo militar da Bolívia, após a Guerra do Chaco, visava atrair tanto [a]os interesses brasileiros como os argentinos, mediante a visão de que ambos [Brasil e Argentina] disputavam a hegemonia no continente” (PAULO NETO, 2007, p. 35). Além disso, “percebe-se que as ações dos políticos brasileiros encontravam respaldo no pensamento geopolítico de Mário Travassos, segundo o qual a Bolívia não poderia cair sob influência argentina” (MEIRA, 2009, p. 25).

O tratado em questão foi firmado em 1938 e tinha cinco vértices: 1) avaliação do real potencial energético da região; 2) prioridade do território brasileiro de exportar o gás natural excedente, desde que o mercado boliviano estivesse atendido (cláusula fundamental sobre segurança energética); 3) cláusula sobre passagem do duto; 4) aproveitamento do petróleo boliviano no Brasil para o mercado brasileiro; 5) imunidade tributária ao petróleo e seus derivados de origem boliviana (GOSMANN, 2011; BONÉ et al., 2008)²⁹.

Apesar da importância estratégica desta questão para o Brasil, a Segunda Guerra Mundial fez com que as relações bilaterais fossem deixadas em segundo plano. Ademais, a morte de Getúlio Vargas e a presidência de Café Filho, contrário ao monopólio estatal do petróleo, dotaram de letargia as negociações dos acordos de 1938. Alia-se a isso a falta de investimentos boliviano-brasileiros e a estagnação das pesquisas da Comissão Mista entre Brasil e Bolívia, fundada para estudar as potencialidades do petróleo boliviano (PAULO NETO, 2007).

A falta de investimentos brasileiros para a operacionalização das pesquisas sobre hidrocarbonetos na Bolívia e a falta de exploração da área boliviana concedida ao Brasil motivaram a proposição de revisão dos Tratados de 1938 por parte da Bolívia (PAULO NETO, 2007). Sob uma perspectiva geopolítica, os Tratados de 1938 contribuíram para conter o avanço argentino na região oriental da Bolívia, além de garantir a segurança energética brasileira. Portanto, a garantia desse mecanismo jurídico era vital para os interesses nacionais brasileiros.

Destarte, a pressão boliviana foi latente para revisar os Tratados de 1938, mas o governo brasileiro mostrava-se indisposto a esta revisão. Todavia, a partir do Plano de Metas, levado a cabo por Juscelino Kubitschek, as relações energéticas entre o Brasil e a Bolívia retomaram sua trajetória (GOSMANN, 2011). JK retoma as conversas com a Bolívia a fim de consolidar o projeto modernizador brasileiro, cujo sustentáculo eram os recursos energéticos³⁰.

Buscando sanar as dificuldades de investimento na exploração de hidrocarbonetos na Bolívia, o governo brasileiro sugere a “Fórmula Petrobras”, acordo entre a YPFB e a Petrobras. Porém, a pressão das grandes companhias petrolíferas internacionais obstou a consolidação do projeto, uma vez que a Bolívia era resistente em aceitar a ingerência de um Estado estrangeiro nos negócios bolivianos (PAULO NETO, 2007). É diante dessas dificuldades que,

²⁹ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1938/b_4/

³⁰ Paulo Neto (2007) lembra que, à época, o Brasil contava apenas com o petróleo do Recôncavo Baiano.

em fevereiro de 1958, o Brasil retomaria as negociações com a Bolívia, movido pelos interesses referentes à política sul-americana, pela necessidade de abastecimento de petróleo por uma fonte alternativa, bem como pela possibilidade de desenvolver o Oeste brasileiro (PAULO NETO, 2007, p. 67).

As negociações de 1958 foram consolidadas em Notas Reversais, batizadas de Acordos de Roboré³¹, as quais reduziram a área destinada à exploração petrolífera conjunta. Nestes mesmos acordos foi estabelecida a construção de um oleoduto e de um gasoduto financiados pelo Brasil, ambos pertenceriam à YPFB (GOSMANN, 2011). Apesar de ampla insatisfação de setores nacionais acerca dos Acordos de Roboré, o Itamaraty levou a cabo a ratificação deste tratado, dotado de intenções geopolíticas brasileiras, uma vez que

nos planos da geopolítica brasileira, a Bolívia chamaria a atenção da estratégia brasileira por sua localização. Como zona intermediária e ponto de aglutinação entre duas grandes bacias hidrográficas – a platina e a amazônica – o vizinho andino representaria também uma área de transição que poderia oferecer ao Brasil uma saída ao Oceano Pacífico (HAGE, 2008, p. 5).

A busca da liderança brasileira na América do Sul, na década de 1970, era uma pedra basilar dos interesses e objetivos brasileiros, que visavam ao alcance de status de grande potência, mas mantendo um bom relacionamento com os Estados Unidos (VIDIGAL, 2007). Neste mesmo período, o Brasil buscava expandir sua presença em países como Paraguai, Bolívia, Colômbia e Uruguai, ampliando o comércio e a cooperação. Os Tratados de 1973, referentes à Itaipu com o Paraguai, e a Ata de Cooperação assinada com a Bolívia são exemplos da atuação brasileira à época (Idem).

No que respeita à Bolívia, o pensamento geopolítico e estratégico brasileiro tece duas considerações: a presença brasileira na Bolívia era fruto natural da “marcha para o Oeste” engendrada pelo Brasil; e que o mercado boliviano tinha grande potencial aos produtos brasileiros, além de ser uma fonte de matérias-primas para as indústrias nacionais – sobretudo energéticas -, sendo potencialmente atrativa para os investimentos brasileiros (VIDIGAL, 2007; UDAETA, 2002).

Apesar dos interesses brasileiros na Bolívia, a década de 1970 é marco importante no cenário energético global dada a crise do petróleo de 1973³². Diante do cenário de crise energética, no final dos anos 1960, ocorre a descoberta de gás natural no Nordeste brasileiro (PAULO NETO, 2007). Com essa descoberta de gás, o Brasil interessa-se mais no gás boliviano como complementar às descobertas brasileiras e acende o interesse em instalar uma

³¹ Dentre outras coisas, os Acordos de Roboré, formados por uma série de Notas Reversais, versava sobre: facilidade de trânsito, zonas francas, cooperação bancária e comercial, intercâmbios culturais, limites e, principalmente, petróleo.

³² “O Choque do Petróleo foi uma retaliação ao “Ocidente”, principalmente aos EUA, pelos países membros da OPEP, por seu apoio a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. A medida consistiu em um embargo a EUA e Europa, o que gerou um aumento excessivo nos preços” (MOREIRA, 2014, p. 19).

usina siderúrgica na zona de fronteira com a Bolívia³³. Alia-se a isso o fato de a Argentina diminuir o interesse no gás boliviano, pois havia descoberto uma quantidade significativa de gás em seu território.

A partir disso, os desafios geopolíticos que obstavam a ligação energética brasileiro-boliviana foram, naquele momento, amenizados, já que a estratégia política passava a ser uma necessidade econômica depois da crise de 1973. De acordo com Nogueira (2007), a crise energética da década de 1970 foi o catalisador da relação gasífera entre Brasil e Bolívia, fazendo com que os acordos políticos saíssem do papel para responder à crescente demanda energética brasileira em ascensão naquele momento.

Anos antes do primeiro choque do petróleo (1973), ocorre a descoberta de gás natural no nordeste brasileiro, em 1968. Neste sentido, Vizentini (2004) verifica a intensificação do programa de substituição de importações no Brasil justaposto com o auge da ditadura militar. Diante deste cenário, o Brasil buscou se tornar autossuficiente em campos como o da energia. Portanto, opta-se, no governo Geisel, pela diversificação das fontes de energia³⁴.

No lado boliviano e em meio ao golpe de Estado que leva o coronel Hugo Bánzer Suárez ao poder, a Bolívia busca uma aproximação com o Brasil no começo dos anos 1970. Deste modo, “com o início do Governo Geisel, a Bolívia revelou maior confiança na política exterior brasileira, pois os dois países firmaram o Tratado de Cochabamba, em encontro de Geisel e Bánzer, no mês de maio de 1974” (VIDIGAL, 2007, p. 15).

No que tange à gênese do Tratado de Cochabamba³⁵, de vocação eminentemente petroquímica (LAMPREIA, 2006) para a construção de um elo energético entre os países, não tardaram a aparecer dificuldades na negociação. Com esse Tratado, o Brasil pretendia lograr

³³ O relatório final, da Comissão para o Aproveitamento do Gás Natural, “redimensionava a meta de participação do insumo na matriz energética nacional para 9,8% no ano 2000 e 12% [no] ano 2010, mediante o incremento de sua utilização nas frotas de ônibus e frotas cativas de carga, em substituição ao óleo diesel; no setor industrial, com o objetivo de aumentar a eficiência energética e a modernização do setor produtivo; nos segmentos residencial e comercial; e na geração de energia elétrica, inclusive nas modalidades de cogeração e autoprodução, nas quais a participação do setor privado deveria contribuir para reduzir as necessidades de investimentos por parte do governo” (HOLANDA, 2001, p. 93 - 94).

³⁴ “Naquela época, o sentimento de insegurança energética veio acompanhado de estratégias com forte conteúdo nacionalista. [...] O Brasil voltou-se para políticas que privilegiaram a autossuficiência energética, incluindo: (i) o crescimento da exploração e produção de petróleo doméstico; (ii) a construção de grandes hidroelétricas, com sua integração através de um sistema interligado de transmissão cobrindo as principais regiões do país; (iii) o programa nuclear (que visava à construção de grandes termelétricas operando na base); e (iv) o programa do álcool combustível” (BARUFI et al., 2006, p. 186)

³⁵ Nas palavras de Lampreia: “Não creio que haja precedentes na história do Brasil de um acordo tão atraente, tão vantajoso, para um país amigo quanto era o Tratado de Cochabamba. O General Bánzer era um ditador poderoso, controlando o exército solidamente e um homem extremamente próximo do Brasil, convicto da importância da relação conosco. Conversei com ele pouco antes de sua morte e ele já completamente calvo, com câncer de pulmão, disse-me: “Sempre foi a opção da minha vida essa aliança com o Brasil, embaixador” (LAMPREIA, 2007, p. 70).

dois interesses não necessariamente complementares: de um lado fortalecer a presença econômica brasileira na Bolívia como sustentáculo da projeção brasileira e consecução do projeto Brasil grande potência consubstanciado pelas forças armadas e, do outro lado, a perspectiva do Itamaraty de fomentar a integração econômica com os países vizinhos a fim de atender às necessidades dos desenvolvimentos nacional e regional (VIDIGAL, 2007)³⁶.

Apesar da assinatura, em 1974, apareceram reações contrárias ao acordo – sobretudo em decorrência das exigências do governo boliviano – e novas negociações se seguiram, permanecendo uma principal dificuldade: a do custo da construção do gasoduto que ligaria o Brasil e a Bolívia³⁷. Além disso, Vidigal (2007) verifica que a decisão boliviana decorreu de três fatores: 1) a crise política interna à época, corroborando a visão histórica de país explorado³⁸; 2) indefinição boliviana diante do jogo geopolítico regional, uma vez que era pressionada pelo Brasil e Argentina, além do contencioso da saída pelo Pacífico com o Chile; 3) o Brasil, convicto das vantagens com o acordo, não conseguiu convencer o vizinho boliviano quanto às vantagens do acordo³⁹. Eis que ocorre um congelamento nas relações energéticas entre Brasil e Bolívia, que perduraria até os anos 1980.

Na seara dos anos 1980 ocorre o retorno dos regimes democráticos na Bolívia (1982) e no Brasil (1985), fato que catalisa para a alteração da visão geopolítica das relações regionais por uma percepção geoeconômica (PAULO NETO, 2007), uma vez que, *inter alia*, o que obstava essa integração eram “as ‘forças profundas’⁴⁰ das relações internacionais sul-

³⁶ “A proposta brasileira para a exploração do gás boliviano objetivava o abastecimento de indústrias brasileiras e teria como contrapartida a construção de um complexo industrial na zona fronteiriça, uma usina siderúrgica no lado boliviano e investimentos de risco por parte da Petrobrás” (VIDIGAL, 2007, p. 28).

³⁷ “O custo da obra sempre foi excessivo e naquele momento era proibitivo para as possibilidades brasileiras, como também eram excessivos os investimentos previstos no desenvolvimento do Oriente boliviano” (Idem, p. 21)

³⁸ É neste período de crise interna que Bánzer buscou se aproximar dos setores populares e nacionalistas, a fim de se manter no poder. Para lograr a aproximação, exigia-se a defesa dos recursos naturais do país. Destarte, a nacionalização dos bens das empresas Gulf e Phillips, além do fortalecimento da YPFB fazem parte da esteira de medidas nacionalistas de Bánzer para garantir a permanência deste na presidência boliviana. (VIDIGAL, 2007). Ademais, “alegava-se que o país [Bolívia] não poderia alienar riquezas consideradas indispensáveis à futura industrialização nacional e que o polo de desenvolvimento estaria voltado para beneficiar mais o Brasil do que a Bolívia” (PAULO NETO, 2007, p. 85).

³⁹ Na época, [...] o General Banzer não conseguiu conter a minoria de extrema esquerda boliviana que obstaculizou a implementação do acordo; obstaculizou administrativa e burocraticamente; obstaculizou, impondo tais e tais resistências, que após, cerca de dois anos, o governo brasileiro se deu conta que o acordo tinha entrado em colapso e não iria ser implementado. Talvez tenha havido da nossa parte uma reavaliação do Tratado, porque já em 76 tinha ocorrido o choque do petróleo e as condições eram outras. [...] Mas, houve uma reorientação e fomos buscar os nossos suprimentos em outros lugares e pusemos a opção pela Bolívia no congelador nesse momento”(LAMPREIA, 2007, p. 71).

⁴⁰ “As ‘forças profundas’ atuam sobre os componentes das relações internacionais, os homens de estado [*sic*], doravante considerados como estados monolíticos. Estes estados possuem determinados objetivos presentes em seu sistema de finalidades, objetivos os quais não nos importa o mecanismo pelo qual foram estabelecidos. Esta interação entre os estados, o sistema de causalidade e o sistema de finalidade, produz os movimentos da vida internacional – caracterizado por suas ondas criativas; por relações pacíficas ou conflituosas, e, finalmente, pela

americanas, [que] apontavam para a permanência de visões negativas em relação aos vizinhos, com base em determinada interpretação da história da região e em problemas de ordem geopolítica” (CHILD; KELLY, 1990, p. 164).

Neste momento de abertura política, portanto,

novas comissões de negociação foram destacadas, em 1984, pelos presidentes Hernán Siles Suazo e João Figueiredo, para retomar o debate da cooperação energética de hidrocarbonetos. As negociações desta ocasião resgatavam o Acordo de Cochabamba de 1974 e a Declaração Conjunta de 1978, e estendiam agora a previsão de construção do gasoduto até o estado de São Paulo (GIMENEZ, 2015, p. 5).

Uma vez flexibilizadas as relações entre Brasil e Bolívia, estudos foram feitos no final dos anos 1980 com o compromisso de José Sarney, do lado brasileiro, e Paz Estenssoro, do lado boliviano; “[...] de compra e venda de gás natural [boliviano] em um volume mínimo inicial de 3 milhões de metros cúbicos diários por um período de 25 anos [...]” (PAULO NETO, 2007, p. 90). Esta decisão é conjugada com a transformação da matriz energética brasileira, no limiar dos anos 1990, dando preferência às energias alternativas e menos poluentes (como o gás natural)⁴¹.

No começo dos anos 1990, firma-se um novo acordo entre Brasil e Bolívia a fim de estabelecer a compra de gás natural para o Brasil. O Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção de Comércio entre Brasil e Bolívia (YPFB – Petrobras) foi firmado em 1993 para fins de liberalização de barreiras ao fluxo de gás entre os dois países⁴². Contudo, foi só após o Tratado de La Paz, de 1996, e com o esquema de financiamento já equacionado, que começa a operacionalização do Gasoduto Brasil-Bolívia, o Gasbol⁴³ (BONÉ et al., 2007).

Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Petrobras e a YPFB definem os termos finais do contrato que previa o fornecimento de gás natural boliviano por vinte anos e em um volume máximo de trinta milhões de metros cúbicos por dia. Outrossim,

guerra (DUROSELLE, 2000). Estas ‘forças profundas’ são de diversos tipos e Renouvin as enumera na primeira parte da obra “Introdução à História das Relações Internacionais” (1967) como: geográficas; demográficas; econômicas; da mentalidade coletiva; e correntes sentimentais [...]” (CANESIN, 2008, p. 132).

⁴¹ A preocupação ambiental veio da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, em que o gás natural foi oferecido como alternativa ao óleo combustível no setor industrial (GOSMANN, 2011).

⁴² “O contrato de compra do gás boliviano, assinado pelos presidentes da Petrobras e da YPFB, em 17 de fevereiro de 1993, em Santa Cruz de la Sierra, foi a resultante desse esforço inicial de criação das condições para a incorporação do insumo na escala pretendida pelo governo, no nível de 2% da matriz energética no início dos anos 1990, para 12% em 2012” (HOLANDA, 2001, p. 95).

⁴³ O Gasbol tem uma extensão de 3.150 quilômetros, contando com uma capacidade de transporte de até 30 milhões de m³ de gás por dia. O gasoduto, fruto de um investimento de US\$ 2 bilhões, entrou em operação comercial em 1999 (BARUFI et al., 2006). “A base do projeto do gasoduto é o contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobras, no qual a YPFB se compromete a vender, e a Petrobras, a comprar, em regime de *take-or-pay*. Ainda no contrato, a YPFB concede à Petrobras uma opção de compra, com preferência sobre terceiros, de quantidades adicionais de gás provenientes, ou não, de novas descobertas bolivianas, desde que tais quantidades estejam disponíveis e não sejam necessárias para atender à demanda do mercado doméstico boliviano” (BONÉ et al., 2008, p. 90).

ficou estabelecida a construção de um gasoduto de 3.150km entre os dois países (sendo, 557km do lado boliviano e 2.593km do lado brasileiro), com um custo total de US\$ 2.154 bilhões (CEPIK; CARRA, 2006).

Segundo a Petrobras (1999), os 135 municípios nos cinco estados brasileiros atravessados pelo duto concentravam 82% da produção industrial nacional, 75% do PIB e 71% do consumo de energia elétrica do país, o que revela a dimensão estratégica do Gasbol. Além disso, Nogueira (2007) argumenta três finalidades para a construção do elo gasífero: 1) diversificar o suprimento energético brasileiro; 2) assegurar a liderança brasileira no continente sul-americano; 3) acoplar a matriz energética brasileira a um combustível mais limpo.

O projeto do gasoduto pode ser interpretado como uma estratégia política capitaneada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que via na integração energética com a Bolívia um caminho para aumentar a competitividade da indústria nacional e criar maior interdependência entre as nações sul-americanas a fim de fortalecer o bloco regional diante do fenômeno da internacionalização. Neste intuito, movido pela ideia da Bolívia ser o *heartland* da América do Sul e pela indisposição argentina em exportar gás natural ao Brasil, Itamaraty leva adiante as negociações. Conforme esta perspectiva mackinderiana, “o país está localizado na *heartland* [sic] da América do Sul e, por isso, tem vocação natural para ser o principal centro de integração energética com os vizinhos” (GOSMANN, 2011, p. 45)⁴⁴. O mapa abaixo busca elucidar esta perspectiva geopolítica:

⁴⁴ “Formulando uma geoestratégia global para salvaguardar os interesses de longo prazo do poder marítimo britânico, o geógrafo e diplomata Halford Mackinder elaborou o conceito de *heartland* (“coração da terra”) para decifrar os movimentos possíveis no interior da enorme massa continental representada pela Eurásia. O argumento de Mackinder era que o país ou aliança que transformasse em poder econômico as riquezas das vastas extensões de terras das planícies eurasiáticas poderia lançar-se ao mar e representar um poder militar capaz de disputar a hegemonia mundial com a Inglaterra” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 150). “Este conceito foi trasladado pelo geopolítico militar brasileiro Mário Travassos ao contexto sul-americano, visando a articular as redes de transporte continentais, especialmente entre as regiões industrializadas do Sudeste brasileiro e o *heartland* continental, e assim garantir ao país a exploração dos recursos minerais e energéticos do “coração das terras” sul-americanas” (Idem, p. 157). “Dentre as visões geopolíticas clássicas que podem ser interpretadas num contexto boliviano, segundo Mário Travassos (1947 apud FREITAS, 2004, p. 17 – 19), exatamente no território da Bolívia ocorria uma série de “antagonismos geográficos com resultantes geopolíticos” relacionados com a sua localização em relação aos três grandes acidentes geológicos da América do Sul: a Cordilheira dos Andes, que divide o continente a leste e a oeste, e as Bacias Amazônicas e do Prata, que condicionam uma divisão norte-sul. De acordo com essa visão, é no território boliviano que se unem as “vertentes” do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico e que se tocam as duas principais bacias hidrográficas da região. A Bolívia seria, portanto, o único país da América do Sul, a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos esses quatro espaços. As tensões sobre o território boliviano estavam concentradas na área situada entre as cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre” (RODRIGUES, 2013, p. 42).

Figura 2 - Bolívia no *heartland* da América do Sul



Fonte: OLIVEIRA, 2012

Demais disso, “na década de 1990, o Brasil enfrentou dificuldades de geração de energia, que culminaram com o apagão de 1999 e o racionamento em 2001. O acesso ao gás natural, do qual a Bolívia era um grande reservatório, foi apontado como uma alternativa para evitar a crise” (NOGUEIRA, 2007, p. 125). Além disso, a década de 1990 é significativa ao revelar a importância do gás natural na matriz energética brasileira. Outrossim, “pode-se sugerir que essa mudança de comportamento do Brasil em relação ao gás possa ser explicada pela ameaça de crise de suprimento de petróleo que o país experimentou durante a primeira guerra do Golfo Pérsico em 1990/91” (BARUFI et al., 2006, p. 186).

Também, quase no apagar das luzes dos anos 1990, a Eletrobrás apresenta o Plano Decenal de 1997 – 2006, o qual incluía a construção de usinas térmicas com potencial gerador de 7.123MW (MegaWatts), sendo que 5.146 MW seriam gerados a partir do gás natural (NOGUEIRA, 2007). A escolha do fornecedor ficou entre a Bolívia (produção modesta, mas consumo modesto) e Argentina (alta produção, mas alto consumo interno). Destarte, a compra e venda de gás natural foi uma decisão política prioritária para o processo de integração entre Brasil e Bolívia com vistas para o crescimento econômico de ambos os países.

Apesar da assinatura, o acordo foi alvo de polêmicas entre setores brasileiros. A polêmica se deveu, em grande medida, porque naquela época ainda não se conhecia o tamanho real das reservas de gás bolivianas. Até então “eram calculadas em 800 bilhões de m³ e estimadas em 1,27 trilhão de m³, sendo que, conforme a Petrobras, 368 bilhões de m³ eram necessários para cobrir os compromissos assumidos” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 3). Este debate será reacendido nas negociações da renovação do acordo em 2019 e será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

A partir da construção do Gasbol, os dois países ficariam ligados umbilicalmente por meio de um empreendimento que criou laços de interdependência de longo prazo. Do lado brasileiro, o gás alimenta a indústria e o mercado interno. Do lado boliviano, a venda do gás incrementa a composição do PIB do país (cerca de 30% do PIB boliviano vêm da venda do gás ao Brasil⁴⁵) (GOSMANN, 2011). Além disso, o planejamento de curto prazo era o mote no final dos anos 1990, por isso “o governo brasileiro tinha urgência na construção do gasoduto, pois temia que a obra não ficasse pronta a tempo de ativar o projeto termoeletrico, [prevendo] um colapso no sistema elétrico” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 5).

Demais disso, na década de 1980, o gás natural passou a ser vislumbrado como elemento imprescindível para a superação da crise de energia elétrica brasileira. Isso se deveu, em grande medida, porque os investimentos em termelétricas eram vistos “como mais compensadores financeiramente, pois seu tempo de construção e maturação era, em média, de três anos, enquanto uma planta hidroelétrica necessitava de mais de cinco anos para sua conclusão e os recursos necessários eram vultuosos em comparação com a primeira” (HAGE, 2008, p. 8).

Não obstante a encruzilhada energética enfrentada pelo Brasil em 2006 e 2008 devido aos eventos na Bolívia – matéria do próximo subcapítulo –, Batista da Silva (2007) sintetiza as principais motivações do elo gasífero cimentado pelo Brasil e pela Bolívia. Segundo este autor,

na ótica do governo brasileiro, a política de integração em torno do gás com a Bolívia visava à concretização dos seguintes objetivos: 1) contribuir para assegurar o abastecimento do mercado energético nacional [(segurança energética)]; 2) compatibilizar o uso do gás com os objetivos de promoção da eficiência energética e de preservação do meio ambiente; 3) criar condições para que o abastecimento de gás via Bolívia beneficiasse o consumidor e fosse útil para a execução dos objetivos domésticos de desenvolvimento; 4) estimular a atração de capitais privados para o setor de gás, no intuito de possibilitar o direcionamento dos recursos

⁴⁵ Segundo a revista Valor Econômico (2013): “O gás corresponde a quase metade das exportações totais da Bolívia, e o Mercado brasileiro é responsável pela absorção de quase 75% do combustível. O país não tem infraestrutura nem demanda suficientes para absorver a própria produção, além de carecer de mercados alternativos no Brasil”.

governamentais para a aplicação em atividades inerentes ao Estado, como saúde, educação e saneamento básico; 5) tornar o processo de integração por meio do gás num instrumento da política brasileira de cooperação regional na América do Sul (BATISTA DA SILVA, 1997, p. 81).

A partir deste arrazoado histórico que permeou as relações entre Brasil e Bolívia até a operacionalização do Gasbol, busca-se apresentar agora os condicionantes que dotaram de insegurança o suprimento energético boliviano. O próximo subcapítulo versará sobre a encruzilhada energética enfrentada pelo Brasil na primeira década dos anos 2000, visando a mostrar que depender exclusivamente do suprimento gasífero da Bolívia, “um parceiro turbulento”, conforme Lampreia (2006); pode colocar em xeque a segurança energética brasileira em termos gasíferos.

3.2 A ENCRUZILHADA ENERGÉTICA DOS ANOS 2000

“Como todos sabem a primeira característica da Bolívia é ser uma nação profundamente dividida” (LAMPREIA, 2007, p. 67). A prudência no tocante às relações com a Bolívia já era notada desde a década de 1960, época em que o General Ernesto Geisel, que era Secretário do Conselho de Segurança Nacional, “[...] fez um estudo e chegou a conclusão que não se justificava que o Brasil se ligasse tanto a Bolívia assim, porque a instabilidade boliviana era um fator de risco excessivo” (LAMPREIA, 2007, p. 68).

Diante do verificado por Lampreia (2007), observa-se, a partir dos anos 2000, que a busca da soberania dos recursos naturais da Bolívia entrou nas pautas política e social deste país, constatando-se que “antes das eleições presidenciais de 18 de dezembro de 2005, a promessa de tomar atitudes no sentido de nacionalizar o setor de hidrocarbonetos fazia parte da plataforma de todos os candidatos, mas foi capitalizada sobretudo por Evo Morales” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 6). Deste modo, de um lado evidencia-se a demanda boliviana pela soberania energética como motor para lograr o desenvolvimento nacional; de outro lado, a segurança energética brasileira começa a receber os primeiros sinais das demandas político-energéticas bolivianas, que ficariam mais claras a partir de 2006.

Em 2005, o então pastor de lhamas, dirigente cocalero e, depois, líder do partido Movimento para o Socialismo (MAS), Evo Morales, é eleito presidente da Bolívia. O seu vice, Garcia Linera, era um homem de extrema-esquerda, revolucionário, ex-guerrilheiro e assumiu o papel de estrategista na gestão de Morales. Diante da caracterização dos personagens políticos da história presidencial da Bolívia, verifica-se que

o Governo Evo Morales começa, na verdade, com o golpe de teatro: a nacionalização dos hidrocarbonetos. Sem nenhuma forma de aviso prévio, depois de uma condução em moldes verdadeiramente revolucionários com a invasão dos campos de gás da Petrobras de San Antonio e San Alberto, na província de Tarija no Sul da Bolívia. Com a comprovada e documentada participação da Venezuela, há o anúncio do decreto supremo, de primeiro de maio, que nacionaliza e transfere para o YPFB, todo o poder de explorar, comercializar, produzir, no ritmo que achar oportuno o gás natural (LAMPREIA, 2007, p. 78).

A nacionalização já vinha sendo arquitetada anos antes. Em 2005, por exemplo, aumentam-se de 18% para 50% os *royalties* cobrados pelos hidrocarbonetos bolivianos. Em 2006, por seu turno, elege-se Evo Morales e coloca em vigor, via Decreto Supremo N° 28.701, a nacionalização do setor de hidrocarbonetos⁴⁶. O Decreto previa, entre outras questões: 1) que todas as empresas que produzem petróleo e gás na Bolívia deveriam transferir seus ativos para a estatal boliviana YPFB; 2) somente poderão operar no país as empresas que concordarem com o presente Decreto; 3) o Estado toma o controle e a direção da produção, transporte, refino, armazenamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos do país; 4) controle acionário por parte da YPFB. Brasil foi afetado, uma vez que se nacionalizou um trecho interno de gasoduto pelo qual o Brasil é abastecido (GOSMANN, 2011; CEPIK; CARRA, 2006; BARUFI et al., 2006).

Deste modo, o Decreto Supremo N° 28.701⁴⁷ forçou as empresas proprietárias das reservas, por meio de contratos, “a se transformar em meras empregadas do governo boliviano, sem nenhuma capacidade de decisão, apenas com a obrigação de prestar os serviços que o governo boliviano ordenasse” (LAMPREIA, 2007, p. 78). O mesmo autor observa que o cerne deste Decreto Supremo é a prevalência da visão aimará, ou seja, “de que o que está embaixo da terra é de quem tem a terra e, portanto, a Bolívia tem direito a essas nacionalizações” (Idem, p. 78) e “de quem aquele que está na terra é dono da terra [*sic*], é dono do subsolo; é uma propriedade inalienável dele; de que a mãe-terra pertence ao seu povo” (Idem, p. 75).

⁴⁶ Antes do contencioso da nacionalização do gás natural, Evo Morales já pressionava outros setores na busca de uma maior soberania boliviana sobre os recursos naturais. Destarte, verifica-se que “uma companhia inglesa tinha ganho um contrato de privatização no Governo Sánchez de Lozada. Este tinha feito um contrato de privatização do sistema de fornecimento de água da zona de Cochabamba. E houve, então, uma revolta, onde já surge Evo Morales como um dos primeiros líderes dessa agitação e propaganda, que se montou na Bolívia, e denuncia aquele contrato da água como sendo uma exploração do povo boliviano” (LAMPREIA, 2007, p. 75).

⁴⁷ O texto do Decreto N° 28.701, de 1° de maio de 2006, assim como o da Lei dos Hidrocarbonetos, de 2005, podem ser acessados no sítio: <http://bolivia.infoleyes.com>

Na articulação do Decreto Supremo, também chamado de “Heroes del Chaco”, o exército boliviano foi chamado para ocupar as duas refinarias da Petrobras⁴⁸, além dos 56 blocos de exploração pertencentes às outras companhias (CEPIK; CARRA, 2006). Em síntese e de acordo com a Constituição boliviana, os hidrocarbonetos são considerados um patrimônio inalienável do Estado, fato que catalisou a formulação e promulgação do Decreto Supremo de primeiro de maio de 2006.

Algumas razões para a nacionalização são verificadas pela literatura que versa sobre o tema. Primeiramente, a eleição de Morales envolvia uma forte expectativa de reverter políticas neoliberais mal sucedidas e que não cumpriam com suas promessas de estabilidade e prosperidade. Uma segunda razão concerne ao alinhamento de Morales com Hugo Chávez, presidente da Venezuela à época, para a consolidação da Alternativa Bolivariana por las Americas (ALBA), buscando efetivar a nacionalização logo depois de Morales voltar de Havana a fim de fortalecer a aproximação entre Cuba, Venezuela e Bolívia, obstando o processo de construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (CEPIK; CARRA, 2006).

Estava, ademais, na pauta da nacionalização o reajuste do preço pago pelo Brasil pelo gás natural boliviano. Três justificativas foram apresentadas pelo governo boliviano no período da nacionalização, a saber: 1) o aumento do preço do gás deveria acompanhar o aumento do preço do petróleo⁴⁹, considerando que este já havia aumentado em proporções maiores que o preço do gás natural pago pelo Brasil à Bolívia; 2) considerando que o Brasil compra o gás natural a um preço médio de US\$ 3,80 por cada 28,31 m³ e vende ao consumidor final a US\$ 5,50 por cada 28,31 m³ e que a Petrobras cobra entre US\$ 7,00 e US\$ 7,50 pelo combustível que produz no Brasil, a Bolívia clamava por uma renegociação dada a disparidade de preços; 3) o preço do gás que chega ao consumidor final nos EUA, um dos países que serve de parâmetro aos preços internacionais do gás natural, está entre US\$ 7,00 e US\$ 7,50 por cada 28,31m³ (CEPIK; CARRA, 2006; HUSAR; MAIHOLD, 2005).

Em que pese a Petrobras, protagonista nos investimentos energéticos na Bolívia, a tônica consistia em ser inaceitável tornar-se uma mera prestadora de serviço, uma mera empregada do governo boliviano, sem capacidade decisória na quantidade de produção, nem volume, nem ritmo, nem na tecnologia e nem nas condições de comercialização. Apesar do receio dos

⁴⁸ “Refinarias, campos e outras instalações petrolíferas foram ocupadas pelo exército boliviano. Na maioria delas, foram fixadas faixas com o texto “Nacionalizado. Propriedade da YPFB – Povo da Bolívia” (BARUFI et al., 2006, p. 194).

⁴⁹ “Entre 1998 e 2006, o preço do petróleo elevou-se de cerca de US\$ 10 para mais de US\$ 70 por barril, ou seja, um crescimento superior a 85% ao ano em um período no qual a inflação em dólares não superou os 2% ao ano” (BARUFI et al., 2006, p. 184).

industriais brasileiros que dependem do gás natural, “a nacionalização na Bolívia não causou interrupções no fornecimento de gás para o Brasil” (BARUFI et al., 2006, p. 195). Todavia, o Brasil continuaria sensível e vulnerável ao gás natural vindo da Bolívia, portanto, era necessário repensar a estratégia a ser tomada face à decisão boliviana⁵⁰.

Na busca de amenizar os prejuízos sofridos pela Petrobras objetivando um acordo benéfico para a empresa brasileira, foi feito um contrato para rentabilizar o investimento feito por esta companhia na Bolívia, assegurando também o fornecimento para o Brasil. Os acordos feitos visaram à redução da tributação sobre a Petrobras, em cerca de 50% – haja vista que era de 82% pela Lei dos Hidrocarbonetos de 2006 – fato que levou a empresa a assinar o acordo (LAMPREIA, 2007)⁵¹.

Diante da nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006, na Bolívia, o gás boliviano tornou-se, “aos olhos de muitos brasileiros, a principal fonte de insegurança energética do país, exigindo-se mudanças de comportamento da Petrobras em relação ao suprimento de gás” (BARUFI et al., 2006, p. 190). Essa fonte de insegurança é explicada pelos mesmos autores: reconhecido o rápido crescimento do mercado brasileiro de gás, o gás boliviano responde por uma fatia significativa desse mercado em ascensão e com preocupações a curto prazo que limitam as opções estratégicas de planejamento (BARUFI et al., 2006). Portanto, o “parceiro turbulento”, consoante Lampreia (2006), desperta preocupações do rumo energético brasileiro. O argumento central de Lampreia (2006)

é o de que a Bolívia constituiu-se historicamente em “um parceiro turbulento” devido à divisão interna do país, em termos econômicos, geográficos, políticos e sociais: divisão caracterizada pela polarização entre o altiplano, onde se situa La Paz, e o Oriente, com a forte presença da cidade de Santa Cruz⁵² (VIDIGAL, C., 2007, p. 10).

Apesar das motivações bolivianas para a nacionalização, há alguns elementos que devem ser levados em conta na estratégia brasileira nas negociações futuras sobre gás natural com a

⁵⁰ “[...] o governo brasileiro se surpreendeu não com a nacionalização em si, mas com a forma histriônica com a qual Morales a determinou, com apoio militar, acusando, inclusive, a Petrobras de explorar recursos bolivianos na ilegalidade e de auferir lucros abusivos” (MEIRA, 2009, p. 11).

⁵¹ Cepik e Carra (2006) lembram que: “desde a privatização em 1996 até 2004, as petrolíferas pagavam um imposto de 18% sobre a produção” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 5). A reivindicação de se aumentar de 18% para 50% foi das organizações populares compostas por setores camponeses, indígenas e urbanos reunidos sob uma plataforma comum chamada de “Pacto de Unidad”, buscando o enfrentamento direto com as transnacionais (Idem).

⁵² “[...] a Bolívia foi dominada desde sua independência por minorias oligárquicas brancas e predatórias, que rivalizavam entre si pelo poder enquanto exploravam a população indígena e os recursos do país para seus próprios fins, legando um sistema político caracterizado por uma revolução nacional inacabada e uma marcante instabilidade política” (CEPIK; CARRA, 2006, p. 2). Ademais, “não bastasse o título de mais pobre, o país é também o mais instável politicamente entre as nações sul-americanas. Desde a sua independência, em 1825, foram mais de 200 golpes ou trocas de governo com o uso da força” (HOFMEISTER, 2004, p. 271).

Bolívia. Primeiramente, o mercado gasífero da Bolívia depende de um único mercado consumidor, que é o Brasil, o qual absorve 60% da produção boliviana⁵³.

Em seguida, o Brasil não é apenas o maior cliente boliviano, mas também é o único mercado potencialmente grande a que a Bolívia tem acesso no curto prazo, já que a Argentina, além de pagar menos pelo gás, importa em volume muito menor. Um terceiro ponto é que a construção de outro gasoduto envolvendo a Bolívia e Venezuela, por exemplo, não seria uma solução a curto prazo. Ademais, a exportação além-mar é problemática, porque a Bolívia ainda não tem saída para o mar, além de ser mais caro, o que tornaria o gás boliviano menos competitivo no mercado global (CEPIK; CARRA, 2006).

Em contrapartida, há elementos favoráveis à Bolívia na negociação. A nacionalização promovida em 2006 foi feita por um presidente eleito democraticamente, diferente das outras nacionalizações, e, portanto, goza de legitimidade política. Outra vantagem boliviana nas negociações é que, nesta última nacionalização de 2006, o governo de Morales conta com assistência técnica e financeira da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.), além de uma posição não agressiva dos governos do Brasil e da Argentina (UDAETA, 2002; CEPIK; CARRA, 2006).

Apesar da medida adotada por Morales para buscar o desenvolvimento econômico boliviano, o ambiente de negócios na Bolívia após a nacionalização de 2006 e as alternativas do país para monetizar suas reservas de gás pioraram muito. Quando o ambiente de negócios é desfavorável, no caso boliviano, fica difícil um banco internacional aprovar algum projeto. Diante disso, resta ao Estado aplicar recursos próprios. O número de poços exploratórios perfurados caiu desde a chegada de Evo Morales à Presidência. “As piores consequências [da falta de investimento nas perfurações dada à instabilidade política pós nacionalização] ainda estão por vir na medida em que a falta de atividade exploratória continuada acarretará no rápido declínio das reservas bolivianas, levando à queda nos níveis de produção e à impossibilidade de cumprir todos os contratos” (GOSMANN, 2011, p. 44).

Além das dificuldades de financiamento, outro acontecimento, em 2007, despertou atenção dos tomadores de decisão face ao abastecimento de gás natural boliviano. Após a

⁵³ “Sob um olhar boliviano, pode-se acompanhar a evolução da participação do gás natural nas exportações da Bolívia para o Brasil. Em 1999, essa participação foi de apenas 3,6%. No ano seguinte, essa participação subiu para 13%, tendo atingido os 23,5%, em 2001, e 31%, em 2003. Em 2005, as exportações para o Brasil já representavam cerca de 40% do total das exportações bolivianas, sendo que quase 81% desse total correspondia ao gás natural, enquanto o petróleo representava o segundo produto da pauta de exportações. Sabendo-se que quase um terço do PIB da Bolívia é proveniente das exportações e que o gás natural responde por 36% deste valor pode-se concluir sobre a importância do Brasil para a economia boliviana e o financiamento do seu futuro desenvolvimento, já que este compra 84% do gás exportado pela Bolívia” (BARUFI et al., 2006, p. 203). Informações adicionais do Instituto Nacional de Estatística – Bolívia (<http://ine.gov.bo>).

nacionalização em 2006, o Brasil manteve sua posição firme quanto à manutenção do volume acordado de abastecimento de gás natural a fim de impedir que uma fatia importante da produção boliviana de gás fosse desviada para a Argentina. Esta preocupação decorreu porque “em outubro de 2007, a usina termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá (MT), sofreu um forte desabastecimento, em decorrência da não-entrega do gás boliviano. Esse fato levou a termelétrica a operar com óleo diesel oriundo da usina de Paulínia (SP)” (BONÉ et al., 2008, p. 94).

O ano de 2008 representa o último elemento na construção da encruzilhada energética dos anos 2000. Em 2008, o Gasbol é alvo de ataques pelos separatistas da região da “Meia Lua” (CARMO, 2008 apud OLIVEIRA, 2009)⁵⁴. Esses ataques tiveram sua fonte no recrudescimento da crise entre o governo Evo Morales e a oposição. À época da crise política boliviana, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anunciou que o Brasil estocaria gás para não ser prejudicado, caso houvesse algum corte por parte da Bolívia (VILLAMÉA, 2008).

O acontecimento de 2008 tem suas raízes na crise política entre apoiadores e opositores de Morales. Deste modo, “a origem da crise boliviana está na existência de duas posições antagônicas, aparentemente irreconciliáveis. De um lado, há o programa de Evo Morales, estatizante e indigenista. Do outro, os projetos autonomistas das elites políticas e econômicas da oposição” (VILLAMÉA, 2008, online). Destarte, Hage (2008) verifica que

a fissura política e cultural boliviana é um dado de conflito na história desse país. Sem conseguir obter meios de integrar as massas indígenas ao núcleo principal do Estado, a Bolívia tem de administrar duas faces sempre em iminente conflito: os agrupamentos indígenas e o branco – sem falar da grande dificuldade de cimentar geograficamente o Estado, como no caso de Santa Cruz de la Sierra, área produtora de gás natural e opositora aos projetos de La Paz, visto que a divisão geográfica faz-se acompanhar de diferenças sociais e culturais (HAGE, 2008, p. 13).

A emergência dos separatistas da região da Meia Lua apresenta novos matizes um ano antes, em novembro de 2007, mês em que os governadores de cinco departamentos dessa região – a mais rica da Bolívia – se reuniram para negar a nova Constituição boliviana, que foi aprovada em primeira instância sem a participação da oposição. Destarte, esses governadores anunciaram uma Carta Autônoma Constitucional, “uma espécie de Constituição paralela, imposta de forma unilateral e que põe a região a um passo de formalizar a independência” (GAZETA DO POVO, 2007, online). Outrossim,

⁵⁴ Em dezembro de 2007, Evo Morales, que foi eleito em 2005, propôs um referendo para confirmar ou revogar seu mandato. Caso fosse rejeitado no referendo, ele renunciaria o poder na Bolívia. O referendo aconteceu em agosto de 2008, um mês antes dos ataques ao Gasbol pelos separatistas, e Evo Morales teve o mandato ratificado com 67% dos votos. Todavia, “os governadores da oposição, que também tiveram seus mandatos ratificados, se negam a aceitar as regras do jogo democrático e decidiram radicalizar” (VILLAMÉA, 2008, online).

apoiados pelos empresários locais, os governadores da Meia Lua defendem autonomia dos departamentos para poderem administrar os recursos provenientes da exploração dos hidrocarbonetos e demais riquezas minerais. O território formado pelos departamentos da região representa cerca de 70% da Bolívia, gera a maior parte da riqueza do país e tem os melhores indicadores sociais de um dos Estados mais pobres do continente (GAZETA DO POVO, 2007, *online*).

Segundo a mídia brasileira, no dia 15/09/2008 cerca de 15 milhões de metros cúbicos de gás deixaram de ser enviados ao território brasileiro devido ao bloqueio de um trecho do gasoduto na Bolívia causado pelos opositores de Evo Morales. Além disso, na véspera, manifestantes contrários a Morales provocaram uma explosão em outro trecho, implicando a redução do fluxo de gás enviado ao Brasil em três milhões de metros cúbicos (VILLAMÉA, 2008). Durante a crise política boliviana, o Brasil deixou de receber, naquele dia, cerca de 15 milhões de metros cúbicos de gás, ou seja, 50% do consumo brasileiro⁵⁵ diário. O mapa abaixo representa geograficamente a divisão política que se projeta na Bolívia, revelando aspectos da explosão em 2008.

Figura 3 - Mapa da Divisão Política Boliviana



Fonte: VILLAMÉA, 2008

Apesar do contencioso político que impediu o fluxo de gás natural em 2008 ao Brasil, “a oposição autonomista da Meia-Lua perdeu espaço em razão de uma série de erros políticos e de uma perseguição promovida pelo governo. Além disso, houve uma ruptura na base social de apoio a Evo, e o discurso autonomista não contempla as necessidades dessa base” (ESTADÃO, 2011, *online*).

Não obstante a estabilidade política e redução do separatismo que mídia boliviana apresenta sobre seu país, em 2015 novas faíscas desse debate vêm à tona. Como trabalhado acima, entre 2006 e 2008 a autonomia foi a principal arma de desestabilização da oposição

⁵⁵ “Ocorrem, porém, variações de estado para estado. Em São Paulo, maior polo industrial do País, 70% do gás consumido vem da Bolívia. Essa proporção sobe para 100% em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (VILLAMÉA, 2008, *online*).

boliviana. É como este intuito que foi chamado um referendo para tratar da questão autonômica boliviana em setembro de 2015 em cinco dos novos departamentos do país (Cochabamba, La Paz, Oruro, Potosí e Chuquisaca) (HISPANTV, 2015a).

Deste modo, com um total de 65,86%, vence o rechaço aos estatutos autonômicos propostos nos cinco dos nove departamentos bolivianos, ou seja, dá-se mais força ao governo de Morales com a diminuição da questão autonômica e revela um repúdio à oposição do país (HISPANTV, 2015b). Porém, de acordo com a Lei de Autonomias boliviana, será proposta uma nova votação sobre os estatutos, afirmou o Ministro de Autonomia, Hugo Siles, já que a desinformação permeou o eleitorado, isto é, muitos bolivianos não tinham pleno conhecimento sobre o que estavam votando (HISPANTV, 2015c).

Em síntese, a principal questão é levantada pela analista Ilya Fortún de que uma parte do eleitorado votou sem saber o conteúdo e sentido dos estatutos (HISPANTV, 2015c), haja vista que o tema da autonomia é vinculado na Bolívia com o governo de direita: “durante a presidência dos neoliberais se falava muito pouco do tema da autonomia, sem embargo, quando os movimentos sociais da Bolívia recuperaram o Governo, a direita começou a apresentar a autonomia” (HISPANTV, 2015b, *online*).

A encruzilhada energética aqui adotada como os acontecimentos entre 2006 e 2008 alertaram os tomadores de decisão em segurança energética brasileira, trazendo novos condicionantes para se pensar o planejamento energético nacional, sobretudo em termos de gás natural. Apesar de divisão de opiniões – de integração energética regional, por parte do Itamaraty, e de segurança e planejamento energéticos, do lado da Petrobras – é necessário atuar em duas frentes: equilibrar a instabilidade política boliviana com a diversificação de parceiros gasíferos a fim de não ficar refém de um país cuja situação política ainda não se encontra estabilizada.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

À guisa de conclusão, a relação bilateral entre Brasil e Bolívia na temática dos hidrocarbonetos pode ser dividida, segundo Gimenez (2015) em quatro fases principais. A primeira fase, de 1930 a 1960, é compreendida entre as negociações de paz entre Bolívia e Paraguai ao fim da Guerra do Chaco (1935), que foram mediadas pelo Brasil, e o final da década de 1960, quando ambos os países sofreram ditaduras. Nesta primeira fase, coincide o longo período de industrialização brasileira e desenvolvimentismo regional.

A segunda fase, 1960 – 1980, com negociações entre os governos ditatoriais até o contexto da abertura política com os primeiros passos do elo gasífero. Neste período ocorre a diversificação na matriz energética brasileira e intensificação do gás natural nela. A terceira fase corresponde à década de 1990, década do regionalismo aberto, com a consolidação dos acordos entre Brasil e Bolívia no setor gasífero e tem, quase no apagar das luzes dos anos 1990, a entrada em operação do Gasbol (GIMENEZ, 2015).

A última fase sugerida pela autora (2015) é entre 2000 – 2010, período que se consolida a noção de América do Sul e da União das Nações Sul-americanas, para qual a integração energética é central, descortinando-se a nacionalização dos hidrocarbonetos (2006), ataques bolivianos a um trecho do Gasbol (2008) e incertezas quanto à questão autonômica boliviana (2015), elementos que despertam atenção da segurança energética brasileira e a impulsionam a buscar solapar esses desafios.

De uma maneira geral, o histórico da exploração de petróleo e gás natural na Bolívia apresenta uma íntima relação com o sistema político do país e suas diversas crises ao longo dos anos. Ao buscar sintetizar essa relação estreita que foi esboçada neste capítulo, nota-se que,

a cada regime adotado, a regulamentação das atividades petrolíferas também é alterada: em 1936, durante o período nacionalista de David Toro, nacionalizou-se a Standard Oil. Com tantos problemas políticos, econômicos e sociais e junto com a onda neoliberal dos anos 90 que varreu a América Latina, a privatização das empresas estatais e seus recursos naturais fez com que a Bolívia entrasse no foco das atividades de exploração de gás natural em todo o mundo. Diante da pressão social e das contínuas crises econômicas e políticas, o regime neoliberal mostrava-se falho, e o povo boliviano, com ampla maioria, elegeu o nacionalista Evo Morales como Presidente de seu país, sendo uma nova legislação implantada: renacionalização dos recursos naturais, assim como das propriedades das empresas que lá atuam (BONÉ et al., 2008, p. 95).

Este capítulo buscou, em linhas gerais, esboçar os desafios e dificuldades que os ambientes político e energético bolivianos revelam ao Brasil. Por conseguinte, a ocupação do exército boliviano às instalações da Petrobras em 2006 na Bolívia, aliada às incertezas político-econômicas do fluxo gasífero decorrentes da afirmação constante da soberania boliviana sobre seus recursos energéticos desenham um cenário de vulnerabilidade e dependência brasileiras em relação ao fornecimento energético. Todavia, não é intenção brasileira, sobretudo do Itamaraty, abandonar o projeto do Gasbol, uma vez que a Bolívia é vista por esta instituição como pivô de integração regional. Desta maneira, somente com estabilidade política e regulatória os projetos de *adensamento* de investimentos na relação

energética bilateral Brasil-Bolívia têm alguma chance de se concretizar (GOSMANN, 2011. Grifo nosso).

Uma vez reconhecidos os desafios que a segurança energética brasileira enfrenta diante do vizinho boliviano, é necessário, sob a ótica da geopolítica energética, pensar uma estratégia de segurança energética que não deixe as regiões de grande desenvolvimento industrial do Brasil reféns de um único supridor de gás natural. Dessarte, o presente capítulo destinou-se a apresentar os avanços e recuos da negociação energética entre Bolívia e Brasil, desde 1903 até a operacionalização do Gasbol (1999), buscando mostrar os pontos de inflexão que este gasoduto enfrenta e os desafios que apresenta ao pensamento estratégico-energético brasileiro.

A partir da configuração da Bolívia como um parceiro duvidoso acerca do seu futuro político, de insegurança acerca de investimentos feitos pela Petrobras e do futuro como supridor energético, buscar-se-á, no capítulo seguinte, arquitetar as linhas para o desenvolvimento da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia via diversificação de parceiros. Em tempo, este capítulo não sugere a desintegração do gás natural boliviano da matriz energética brasileira, e sim mostra a necessidade de se ter alternativas *complementares* ao “parceiro turbulento” brasileiro.

Desta maneira, *vis-à-vis* à estratégia de segurança energética nacional é que se adicionam os matizes da geopolítica e geoestratégia, visando à busca de parcerias energéticas brasileiras no Golfo da Guiné através do GNL, aproveitando-se da projeção estratégica brasileira no Atlântico Sul. É para esta dimensão que o trabalho se destinará a partir de agora.

4 O SEGUNDO FATOR DO BINÔMIO: UM HORIZONTE ENERGÉTICO NO ATLÂNTICO SUL?

“O Atlântico tem sido e ainda é nossa principal artéria econômica. Por isto, talvez por tanto tempo, esquecemo-nos de que éramos um subcontinente, e que precisávamos também desenvolver as forças de nossa continentalidade. Combinando o aproveitamento pleno de nossas potencialidades marítimas e continentais é que alcançaremos a pujança de nosso destino geopolítico” (MEIRA MATTOS, 1984, p. 131).

A partir do olhar estratégico da matriz energética brasileira, observa-se a dependência desta em relação ao gás natural boliviano. Todavia, esta dependência tem alertado os tomadores de decisão energética brasileiros, destacando a necessidade da busca de parceiros complementares ao gás natural boliviano. Por conseguinte, este capítulo tem como objetivo apresentar o estado da arte do GNL importado a fim de complementar a demanda gasífera brasileira. Outrossim, busca-se apresentar elementos que corroborem o aproveitamento brasileiro da ponte estratégico-energética no Atlântico Sul, na busca de GNL no Golfo da Guiné, como Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia.

4.1 DO GÁS NATURAL AO GÁS NATURAL LIQUEFEITO: O ESTADO DA ARTE NO BRASIL

Conforme o esboçado no capítulo anterior e segundo Pires (2008), “houve um erro de planejamento no Brasil ao se estabelecer um único fornecedor de gás para o País. O mais grave é que esse fornecedor é a Bolívia, país conhecido pela instabilidade política” (VILLAMÉA, 2008, *online*). Portanto, a marca da instabilidade política boliviana aliada às potencialidades geoestratégicas do Atlântico Sul estimulam a política energética brasileira rumo à diversificação de energética – e, deste modo, de gás natural –, diversificação que já vem ocorrendo desde 2006 com base no GNL.

Inicialmente, no que tange aos benefícios do gás natural, Moutinho dos Santos (2007) ensina que “o gás natural deve ser a fonte de energia de transição entre um mundo energético dominado pelo carvão e o petróleo e outro de maior diversificação das fontes de energia e dominação crescente de fontes renováveis” (p. 75). Além disso, esse energético tem vantagens, se comparado com outras fontes, como a possibilidade de utilização direta, sem

necessidade de ser refinado ou de sofrer transformações importantes, como é o caso do petróleo; tampouco tem custos com armazenamento, já que seu uso é imediato (FUSER, 2013)⁵⁶. Além disso, no que tange ao GNL, conforme Hurst (2009),

o atributo mais importante do GNL é a criação de relações comerciais e alianças políticas que a geografia não permitiu. Países que antes não tinham relações energéticas agora estão se tornando crescentemente dependentes entre si graças à habilidade deles de comercializar GNL. A maior parte dessas relações não é mutuamente benéfica, mas elas criam interdependências econômicas positivas que contribuem para a estabilidade global, prosperidade e segurança (HURST, 2009, p. 279. Tradução livre).

A despeito dos pontos positivos deste energético, uma unidade de energia na forma de gás natural ocupa um volume mil vezes superior ao que o petróleo preenche para fornecer a mesma energia, além de que o envio de gás natural a grandes distâncias é caro e exige altos investimentos em infraestrutura (FUSER, 2013). Ademais, o alto custo de se estocar o gás natural inviabiliza a formação de estoques estratégicos, aumentando assim a sensação de vulnerabilidade (Idem). O transporte do gás natural ocorre, na grande maioria dos casos, via dutos – os gasodutos, todavia “[...] os custos de montagem e desapropriação [...] representam de 50% a 60% dos custos totais, e não variam significativamente com o volume do gás transportado, mas apenas com a distância” (PINTO JÚNIOR, 2007, p. 238).

Observa-se, portanto, que a distância é um complicador da construção de gasodutos, haja vista o custo elevado. Desta forma, “quando a distância se mostra tão longa a ponto de inviabilizar um gasoduto (sobretudo no caso de remessas intercontinentais), existe a opção de recorrer ao gás natural sob a forma de GNL. “De acordo com estudos do *Institute of Gas Technology*, o custo de transporte do gás natural através do GNL torna-se menor que por gasoduto quando as distâncias superam 4.000 km” (DUARTE, 2007, p. 2).

Por sua vez, o GNL é o gás natural resfriado sob alta pressão até se tornar líquido, reduzindo seu volume a 1/600 da sua forma gasosa (HURST, 2009), sendo bombeado a um navio metaneiro e, posteriormente, enviado a longas distâncias para ser armazenado ou voltar ao seu estado gasoso via regaseificação (YERGIN, 2011). Todavia, “o conjunto dessas atividades consome cerca de 20% da energia contida no gás originalmente processado, o que torna o GNL uma fonte de energia menos eficiente que o gás natural, e particularmente mais cara” (FUSER, 2013, p. 125).

⁵⁶ De uma forma geral, “o GNL oferece um método alternativo de entregar mais gás natural demandado ao redor do mundo, transformando a indústria de um mercado regional em um mercado global. Em 2006, o GNL foi responsável por 7% do consumo total de gás natural. Esse mercado espera crescer para 12% em 2030” (HURST, 2009, p. 271).

Não obstante a evidência de Fuser (2013), o GNL vem ganhando espaço em função da redução dos custos das tecnologias de liquefação, transporte e regaseificação de gás, redução das limitações político-econômicas do transporte intercontinental a longas distâncias (COSTAMILAN, 2009), além da redução do preço do barril do petróleo (âncora do preço do GNL). Deste modo, outro elemento é peça fundamental para entender a inserção do GNL à matriz energética de um país: sua complementariedade ao gás natural vindo de gasodutos.

Muito embora o GNL seja comercializado no mercado internacional há cerca de 40 anos, a necessidade de altos investimentos freou uma maior difusão desse energético⁵⁷. Entretanto, nos últimos anos se observa um forte crescimento da negociação de GNL no mercado e mudança nos preços do gás natural⁵⁸. Além disso, Yergin (2011) expõe que os volumes adicionais de GNL competiriam com o futuro do gás transportado via dutos, reduzindo o preço do gás e colocando em xeque a economicidade dos novos projetos de gasodutos.

Alguns fatores são apontados para o crescimento da indústria do GNL, a saber:

em primeiro lugar, o caráter de *flexibilidade* do GNL torna-o uma opção de diversificar as fontes de suprimento e reduzir a dependência dos fornecedores via dutos [como a Bolívia]. Este caráter é fundamental no período atual, [em que] as negociações comerciais são crescentemente intrincadas e envolvem fortes interesses geopolíticos. Além disso, o desenvolvimento tecnológico proporcionou sensível *redução dos custos na cadeia do GNL*. Estas se devem às melhorias nas plantas de liquefação e regaseificação. [...] [Outrossim], menor prazo para implementação, quando comparada ao maior tempo exigido para a exploração das reservas de gás recentemente descobertas na costa brasileira. Aumento na *segurança no suprimento*, mitigando o risco de falta de gás devido a anormalidades na produção, a atrasos em novos desenvolvimentos ou picos de demanda (DUARTE, 2007, p. 2 - 6. Grifo no original).

Diante disso, Ghirardi (2008) argumenta que o GNL fornece uma vantagem em termos de segurança energética, haja vista que se evita a dependência de somente um fornecedor, como geralmente ocorre nos gasodutos. Além disso, em oposição aos gasodutos, que “geram, inevitavelmente, uma situação de forte interdependência entre os países exportadores e os importadores, com evidentes implicações geopolíticas” (FUSER, 2013, p. 127), o GNL arrefece as condições contratuais que fortalecem e cimentam a interdependência energética.

Outro elemento que catalisa a operacionalização do GNL na matriz energética brasileira é a incerteza quanto às negociações de renovação do acordo entre Brasil e a Bolívia, que vence

⁵⁷ No mundo, o GNL tem se difundido rapidamente: “em 2006, o Japão construiu 26 terminais de regaseificação de GNL e outros seis estavam sendo planejados. Em 2005, 11% das importações de gás da Europa vinham sob a forma de GNL, a maioria da Argélia e Nigéria. Só na Itália, 14 terminais de regaseificação de GNL estavam em construção no começo dos anos 2000. Na China, o primeiro terminal de regaseificação de GNL veio à tona em 2006, na província de Guangdong” (HURST, 2009, p. 272).

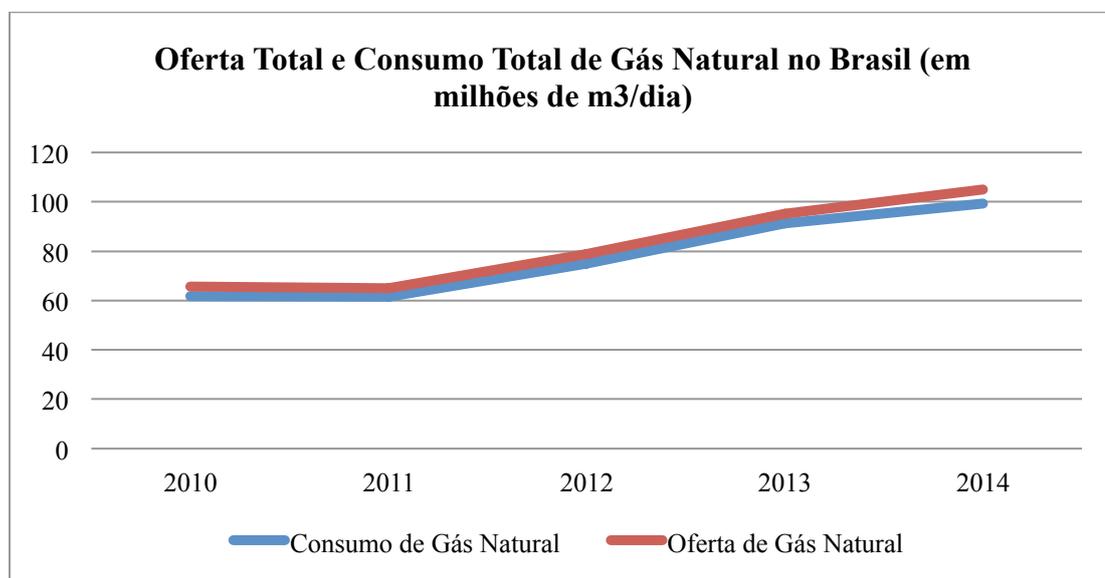
⁵⁸ Devido às longas distâncias do gás ao centro de consumo, construíram-se vários gasodutos ao redor do mundo. Essas interconexões criaram mercados regionalizados (três grandes mercados: europeu, americano e asiático), com lógica própria de funcionamento e de precificação. Com o GNL essa dinâmica tem mudado em virtude da maior ligação intercontinental dos centros produtores de consumidores de GNL (GOSMANN, 2011).

em 2019. No que tange a este acordo e sua renovação em 2019, o cenário é complicado, havendo grande possibilidade de o Brasil entrar em desgaste diplomático com a Bolívia, porque o vizinho quer justamente propor que o Brasil aceite a redução do envio de gás. Atualmente, o volume negociado está na faixa de 30 milhões de m³ diários, contudo, La Paz propõe enviar em torno de 27 milhões de m³ diários, para também atender a Argentina, que também consome o gás boliviano (HAGE, 2008). Diante disso,

a resposta do corpo diplomático brasileiro e dos executivos da Petrobras tem sido negativa ao pedido boliviano exposto acima, porque não se trata mais de colaborações inocentes sem consequências relevantes, mas, sim, da segurança energética brasileira, que pode comprometer-se e correr riscos irreversíveis. [Ademais], a Bolívia não consegue explorar mais gás por causa de falta de capital e pessoal treinado, transferindo um pouco do ônus a seus compradores argentinos e brasileiros (HAGE, 2008, p. 17; 21).

A fim de trabalhar a inserção do GNL na matriz energética brasileira, o Gráfico 1, abaixo, busca mostrar que, da mesma forma que ocorreu um aumento da oferta total de gás natural no mercado brasileiro, houve um aumento da demanda do mercado brasileiro por gás natural. Por conseguinte, a demanda gasífera brasileira está muito próxima a sua oferta, implicando maior planejamento energético a longo prazo, com maior diversificação de parceiros, que contará com maior consumo de gás natural.

Gráfico 1 - Oferta Total e Consumo Total de Gás Natural no Brasil



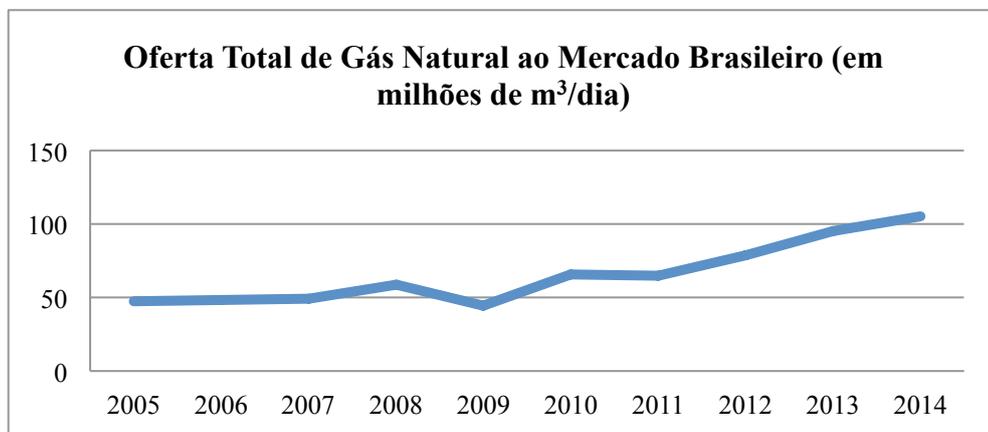
Fonte: do autor (2015), com base nos dados do Ministério de Minas e Energia

De acordo com os dados do MME, em 2014 a oferta total de gás natural ao mercado brasileiro foi de 52,93 milhões de m³ por dia, todavia a previsão para 2020 é de 142 milhões de m³ por dia, considerando as descobertas do Pré-Sal (TOLMASQUIM, 2012):

desse total, cerca de 69 milhões de m³/dia referem-se a recursos contingentes, e 32 milhões de m³/dia, a novas descobertas. Essa oferta interna, acrescida das importações de 30 milhões de m³/dia de gás boliviano e de 21 milhões de m³/dia de GNL, amplia a oferta total de cerca de 109 milhões de m³/dia em 2011 para 193 milhões de m³/dia em 2020. As projeções de demanda de gás natural [...] passam de um total de 58 milhões de m³/dia em 2011 para 114 milhões de m³/dia em 2020. Quando incluído o atendimento do parque de térmicas a gás e bicombustível do país em sua capacidade máxima, esses valores passam de cerca de 98 milhões de m³/dia em 2011 para 169 milhões de m³/dia em 2020 (TOLMASQUIM, 2012, p. 256. Grifo nosso).

A partir do Gráfico 2, pode-se observar um aumento da oferta interna total de gás natural. Essa oferta total, como abordado por Tolmasquim (2012), será suprida pela produção doméstica de gás e pela quantidade importada da Bolívia, além da quantidade importada de GNL. No que respeita à importação de GNL, observa-se que ela começou a ser evidenciada em 2009⁵⁹ e, em escala ascendente, tem uma tendência a chegar próximo à quantidade de gás natural importada da Bolívia em um futuro próximo, conforme o Gráfico 3.

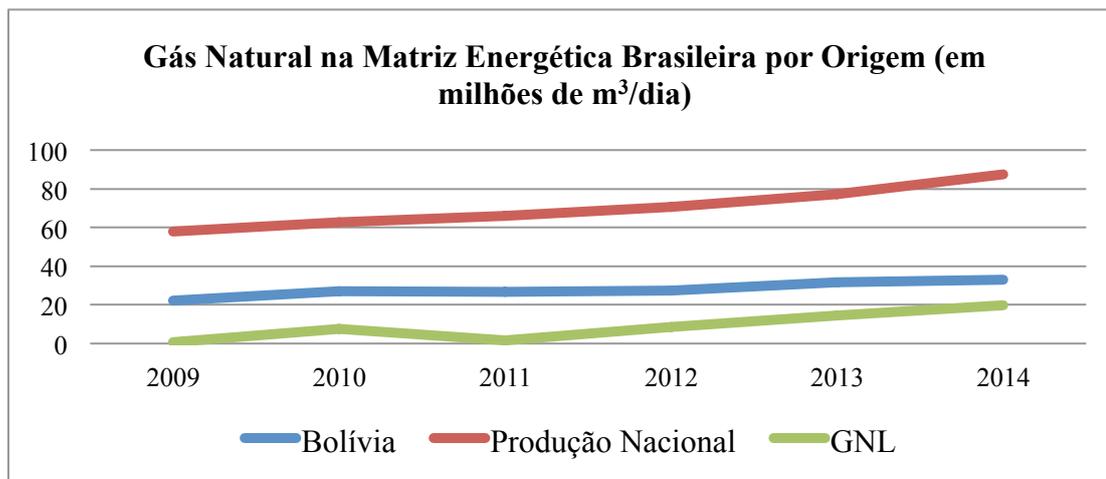
Gráfico 2- Oferta Total de Gás Natural ao Mercado Brasileiro



Fonte: do autor (2015), com base nos dados do Ministério de Minas e Energia

⁵⁹ Todavia, “vale lembrar que, apesar do ineditismo característico destes projetos, a primeira experiência brasileira com a comercialização de GNL ocorreu em 2005, com a implementação do Projeto Gemini, desenvolvido pelas empresas White Martins Gases Industriais Ltda., Petrobras e GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda” (ANP, 2010, p. 20).

Gráfico 3 - Gás Natural na Matriz Energética Brasileira por Origem

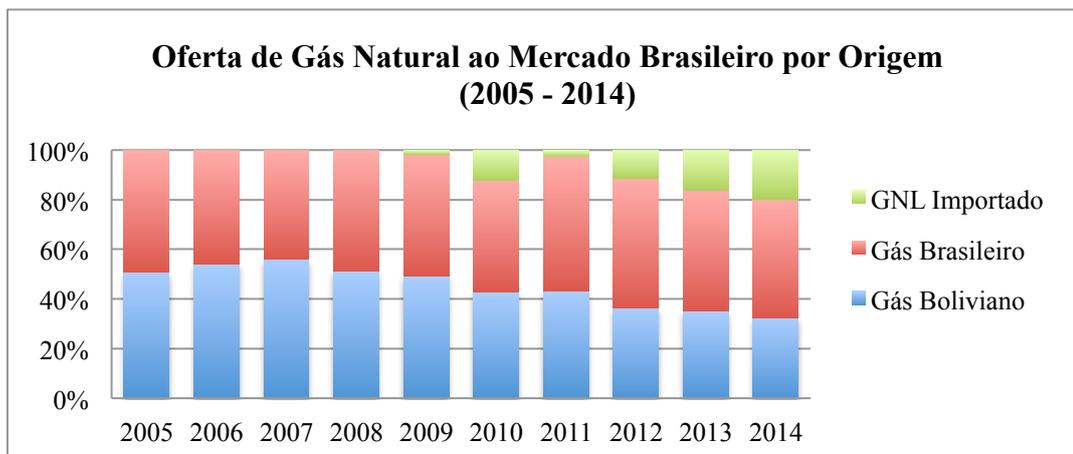


Fonte: do autor (2015), com base nos dados do Ministério de Minas e Energia

Portanto, é visível a crescente importância dada ao GNL no planejamento energético brasileiro que, em 2014, passou a contar com 20% do total do gás ofertado ao mercado brasileiro, ao passo que a quantidade comprada e negociada com a Bolívia permanece a mesma desde a negociação dos acordos da década de 1990. Deste modo, observa-se a tendência brasileira rumo à diversificação de parceiros energéticos – bem como de fontes gasíferas – tendo em vista a Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia operacionalizada via diversificação.

Diante do exposto no Gráfico 3, o Gráfico 4 revela uma série histórica, que representa quais as principais origens do gás natural consumido no Brasil desde 2005 no consumo total de gás natural. A partir dele, pode-se inferir que o gás natural importado da Bolívia, que em 2005 respondia por 50% do consumo brasileiro, em 2014 corresponde a 33%, significando uma redução da dependência brasileira do gás natural boliviano *pari passu* ao aumento da diversificação de suprimento gasífero. Esse aumento da diversificação é observado, sobretudo, pelo aumento do consumo de GNL, que em 2009 era de 2% e que, em 2014, atingiu 20%. O consumo do gás natural produzido domesticamente manteve-se no patamar dos 50% ao longo do período em questão.

Gráfico 4 - Oferta de Gás Natural ao Mercado Brasileiro por Origem



Fonte: do autor (2015), com base nos dados do Ministério de Minas e Energia

No que tangencia ao uso do GNL no Brasil, verifica-se que este energético “será importante mecanismo no atendimento da demanda flexível das térmicas e das regiões não atendidas por dutos, aumentando a oferta de gás natural e a confiabilidade do sistema elétrico nacional” (DUARTE, 2007, p. 1). Ressalta-se que a decisão de importar GNL foi uma decisão estratégica que, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (2010):

neste ambiente, ganhou importância a necessidade de aumentar a oferta de gás natural e a *segurança de seu suprimento*, de modo a atender à demanda nacional, conforme orientação emanada do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Assim, determinou-se a construção de duas instalações de regaseificação de GNL [...]. As instalações tornaram possível a importação de gás também de países mais distantes, como, por exemplo, Trinidad e Tobago e Nigéria⁶⁰ [...] (ANP, 2010, p. 9. Grifo nosso).

Além disso, a introdução do GNL à matriz energética brasileira foi adotada como medida emergencial em 2006, por meio da Resolução nº 4, de 21 de novembro de 2006 – no mesmo ano da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Segundo essa Resolução:

Art. 1º Declarar prioritária e emergencial a implementação de Projetos de Gás Natural Liquefeito – GNL, compostos pela importação de gás natural na forma criogênica, armazenamento e regaseificação, bem como a [infraestrutura] necessária, com o objetivo de: I – assegurar a disponibilidade de gás natural para o mercado nacional com vistas a priorizar o atendimento das termelétricas; II – facilitar o ajuste da oferta de gás natural às características do mercado nacional, por meio de suprimento flexível; III – mitigar riscos de falha no suprimento de gás natural em

⁶⁰ Sobre as relações entre Brasil e Nigéria, em 2013 ambos os países assinam a Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria, cujo décimo sexto ponto deste documento atesta que: “Ambos os Vice-Presidentes realçaram a importância da energia para os esforços de desenvolvimento e industrialização de Brasil e Nigéria. Mencionaram, nesse contexto, o Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia, que foi assinado em 2009 e estabeleceu Grupo de Trabalho a fim de promover a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e biocombustíveis” (MRE, 2013, *online*)

razão de anormalidades; IV – diversificar as fontes fornecedoras de gás natural importado; e V – reduzir o prazo para implementação de Projetos de Suprimento de Gás Natural (BRASIL, 2006, *online*).

A medida adotada em 2006 faz parte da estratégia de diversificação de fontes de suprimento, que é peça fundamental para mitigar os riscos de desabastecimento do mercado brasileiro. Outrossim, Oliveira (2009) esboça a situação brasileira de importar GNL, segundo o autor: “a insegurança energética gerada pelo aumento da demanda de gás importado de um único fornecedor, a Bolívia, que hoje fornece metade do gás consumido no país foi parcialmente contornada mais recentemente pela construção de dois terminais de liquefação de gás para importar GNL” (p. 30).

Portanto, o GNL torna-se, paulatinamente, uma importante alternativa ao transporte de gás natural por dutos, sobretudo nos casos em que: 1) há incerteza em relação à entrega de gás no volume negociado com o país exportador; 2) a malha de transporte via dutos é inexistente; 3) os dutos já atingiram a capacidade máxima de transporte; 4) a demanda total de gás natural de um país é suprida por mais de uma fonte exportadora, com diferentes modais de transporte (ANP, 2010).

Demais disso, Hurst (2009) aponta que o GNL garante a segurança energética de duas formas: 1) eliminando o país intermediário, ou seja, aquele país em que o gasoduto deve atravessar para atingir o consumidor final⁶¹; 2) aumentando a diversificação, uma vez que “através da diversificação, os países se tornam menos suscetíveis à coerção política ou econômica, ou ainda à chantagem” (HURST, 2009, p. 275. Tradução livre).

Em síntese, desde a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em maio de 2006, os articuladores de política energética no Brasil – sobretudo a Petrobras e ANP – aumentaram a percepção do risco do suprimento. Igualmente, aumentaram os riscos de uma nova crise energética no Brasil e, portanto, alternativas como o GNL foram avaliadas e colocadas em prática⁶². “Deste modo, desde o fim de 2006, a Petrobras executa o Plano de Antecipação da

⁶¹ “Por exemplo, o consumo de gás natural é esperado em aumentar significativamente tanto na Índia quanto no Paquistão. Com o vizinho Irã tendo amplas reservas de gás natural, uma solução ideal para assegurar o suprimento futuro da Índia e Paquistão é a proposta de um gasoduto Irã-Paquistão-Índia (IPI), que deveria conectar os três países. [...] Enquanto essa opção poderia contribuir potencialmente para melhorar a relação entre Índia e Paquistão, ela vai fazer com que a Índia se torne fortemente dependente do Irã e Paquistão, ambos que enfrentam desafios domésticos e internacionais” (HURST, 2009, p. 273).

⁶² Ademais, em que pese as alternativas ao gás natural boliviano, cogita-se a Venezuela, todavia este país não conta com nenhum campo de gás puro. Lampreia (2007) verifica que o gás encontrado na Venezuela é associado aos poços de petróleo. Além disso, se fosse explorar o gás venezuelano, deveria ser construída uma teia de aranha de gasodutos que se ligariam, todavia a custos alucinantes. Outrossim, e finaliza o autor, “a Venezuela não tem ainda campos de gás, por isso essa conversa, inclusive, de gasoduto é uma conversa muito teórica” (LAMPREIA, 2007, p. 81).

Produção de Gás Natural (Plangás)” (ANP, 2010, p. 17), com este intuito, a decisão de se adotar GNL na matriz energética e o estímulo a esta decisão podem ser sintetizados⁶³

[...] em virtude da grande dependência do gás da Bolívia (de cerca de 50%, em 2006) e da instabilidade político-institucional daquele país, somadas ao crescimento do mercado brasileiro de gás natural, tornou-se premente criar alternativas confiáveis de suprimento para o atendimento da demanda nacional. Assim, além do incremento da oferta doméstica, a importação de GNL assumiu importante papel na busca da garantia do abastecimento continuado de gás natural no Brasil (ANP, 2010, p. 18).

Ao passo que se adota da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia, busca-se a diversificação dos parceiros gasífero-energéticos do Brasil. Desta forma, sugere-se a busca de mais parceiros e não a eliminação da Bolívia como parceiro energético brasileiro, isto é verificado por Lampreia (2007) ao apontar que: “[...] não contar com o gás boliviano, em condições razoáveis, é uma má decisão estratégica, porque já tendo o gasoduto, já tendo uma presença lá, esta é uma opção natural” (LAMPREIA, 2007, p. 82). Outrossim, cortar o suprimento de gás natural do vizinho boliviano por causa de um excesso de hipernacionalismo não é uma decisão estratégica inteligente, uma vez que se observa uma dependência mútua entre Brasil e Bolívia (Idem). Destarte,

o Brasil só dispõe de menos de 5% das reservas sul-americanas de gás natural. As reservas, que nós temos, provadas, por hora, são reservas de gás associado, ou seja, de gás que vem à tona junto com o petróleo. [...] Temos, evidentemente, a perspectiva do campo de Mexilhão e de toda a Bacia de Santos, onde há grande confiança de que venham a surgir reservas importantes. Mas essas reservas ainda não estão provadas e são reservas em situação extremamente difícil de aproveitamento, porque são reservas que se encontram a seis/sete mil metros de profundidade. [...] Portanto é um feito hercúleo trazer o gás, nessas circunstâncias, em condições competitivas, exige um investimento e uma capacidade técnica, que não tenha dúvida que a Petrobras tem. Mas, de qualquer modo, não é dizer que se compare, com uma relativa facilidade, com o que se encontrou e que se explora gás na Bolívia e em muitos outros lugares do mundo. Não há alternativa de fornecimento comparável a da Bolívia (LAMPREIA, 2007, p. 80-81).

Apesar da observação de Lampreia (2007) de que não há alternativa de fornecimento comparável ao da Bolívia, verifica-se que o planejamento energético brasileiro em termos gasíferos tem buscado opções complementares ao gás boliviano, inclusive com a confirmação de reservas de gás natural advindas do Pré-Sal. O Plano Estratégico da Petrobras para o período 2007 – 2011, por sua vez, priorizava investimentos importantes a fim de antecipar a

⁶³ Especialistas da área energética brasileira “planejaram-se, assim, as eventuais construções do Anel Gasífero da América do Sul, que traria gás peruano até o Brasil, e o megagasoduto que disponibilizaria o gás da Venezuela para o Brasil e para a Argentina. Esse gasoduto representaria uma verdadeira coluna gasífera na América do Sul e teria em torno de 8 mil quilômetros. [Os mesmos reforçam também que] há também várias discussões sobre projetos de importação de gás natural liquefeito (GNL) (BARUFI et al., 2006, p. 192). Essa perspectiva corrobora a Estratégia de Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia, através de diversificação de parceiros gasíferos brasileiros, em via de articulação pela diplomacia energético brasileira.

produção do gás natural doméstico nas Bacias Santos, Espírito Santo e Campos (NEPOMUCENO FILHO, 2006).

Em que pese a utilização do GNL na matriz energética brasileira, verifica-se que:

a principal destinação do GNL no mercado brasileiro seria para o atendimento da demanda das termelétricas. Sua função no sistema elétrico é complementar a base do hidrelétrico, reduzindo o risco hidrológico. As térmicas movidas a GN apresentam a vantagem de ser menos dispendiosas e poluentes que as movidas a diesel ou óleo combustível. Adicionalmente, o GNL pode ser armazenado, permitindo o atendimento de necessidades sazonais (DUARTE, 2007, p. 6)⁶⁴.

Essa mudança traz à tona uma nova inserção de regiões energeticamente frutíferas que estão chamando atenção por isso. Uma dessas regiões é o Golfo da Guiné que, por sua vez, deve ser compreendido pela região geográfica que contém a Nigéria, ao norte; Angola, ao sul; Guiné Equatorial, Gabão e Congo-Brazzaville no intermédio (KLARE, 2008). O mapa abaixo (Figura 4) ilustra a região do Golfo da Guiné. Por fim, a próxima seção busca esboçar linhas gerais acerca da importância energético-estratégica do Golfo da Guiné sob a ótica da projeção brasileira no Atlântico Sul.

⁶⁴ “O fornecimento de GNL para as térmicas deverá ser feito mediante contratos denominados *preferenciais*. Através desta modalidade, elas têm a prerrogativa de interromper a compra quando não despacharem” (DUARTE, 2007, p. 6. Grifo no original).

Figura 4 - Mapa do Golfo da Guiné



Fonte: KLARE, 2008

4.2 O ATLÂNTICO SUL COMO PONTE ESTRATÉGICO-ENERGÉTICA RUMO AO GOLFO DA GUINÉ: DESENHANDO UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA

Diante da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia, faz-se mister diversificar os parceiros energéticos brasileiros. Neste sentido, “o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, em certa medida, a gestão Dilma Rousseff, praticariam a autonomia por um viés multilateralista, que privilegia as relações sul-sul, denominados por Vigevani e Cepaluni (2007) como *autonomia pela diversificação*” (GIMENEZ, 2015, p. 7. Grifo no original)⁶⁵.

Nesta perspectiva de diversificar os parceiros brasileiros a fim de acompanhar as mudanças do mundo em transformação pós-bipolaridade, insere-se uma gama de novos atores energéticos que emergem com importância geoestratégica para o Brasil. Diante disso, essa relevância geoestratégica em emergência pode ser percebida, no atual cenário internacional, ao se questionar, por exemplo,

[...] de onde vem o petróleo para os países consumidores? Quem são os grandes consumidores de petróleo no mundo? Os grandes consumidores são os Estados Unidos, a Europa e, hoje, a Índia e a China. Esses são os grandes consumidores, com crescente demanda pelo petróleo mundial. E quem são os grandes fornecedores? O Oriente Médio, o Leste Europeu, a África e a América do Sul. Isso gera, do ponto de vista geopolítico, uma diferença de papéis importante entre fornecedores de petróleo e gás natural e consumidores de petróleo e gás natural (GABRIELLI, 2010, p. 542).

Com o intuito de diversificação de parceiros *vis-à-vis* à cooperação Sul-Sul, após os acontecimentos com a Bolívia e diante da Resolução nº 4 de 2006, o governo brasileiro buscou fornecedores de GNL visando à consecução de uma estratégia tendo em vista a segurança energética brasileira. Observa-se na tabela abaixo (Figura 5), o aumento gradual dos parceiros brasileiros na importação de GNL, sobretudo os parceiros situados no Golfo da Guiné.

⁶⁵ Essa estratégia adotada pela política externa brasileira, sobretudo a partir do governo de Lula da Silva enfatiza “[...] a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa, [observados] com a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007 p. 283).

Figura 5 - Importações de GNL em Quantidade e por País

Mês	Valor Total (US\$ FOB)	Peso Líquido (Kg)	Volume de GNL* (m ³)	Volume GN regas* (m ³)	Preço FOB* (US\$/MMBTU)	Origem
Total 2008	26.270.651	31.904.700	69.966	41.979.868	15,93	Trinidad e Tobago
Total 2009	93.066.453	330.698.870	725.217	435.130.092	5,44	Trinidad e Tobago; Nigéria
Total 2010	777.457.112	2.168.100.111	4.754.606	2.852.763.304	6,94	Emirados Árabes Unidos; Nigéria; Peru; Trinidad e Tobago; Catar; Reino Unido; Estados Unidos; Guiné Equatorial
Total 2011	290.630.684	556.693.599	1.220.819	582.838.980	12,69	Trinidad e Tobago; Reino Unido; Estados Unidos; Catar
Total 2012	1.507.751.989	2.322.159.593	5.092.455	3.055.473.149	12,56	Nigéria; Estados Unidos; Catar; Bélgica; Noruega; Espanha; Trinidad e Tobago; França
Total 2013	2.835.082.921	3.723.940.591	8.166.536	4.899.921.830	14,73	Nigéria; Catar; Espanha; Trinidad e Tobago; Argélia; Bélgica; Noruega; França; Angola; Egito; Portugal
Total 2014	2.892.659.245	3.707.529.794	8.130.548	4.878.328.676	15,09	Catar, Estados Unidos, Noruega, Holanda, Nigéria, Trinidad e Tobago, Guiné Equatorial, Angola, Espanha, Portugal

Fonte: Ministério de Minas e Energia, 2015

Nesta tabela pode-se observar que dois países predominam como os maiores exportadores de GNL ao Brasil: Trinidad e Tobago e Nigéria. Diante do exposto e segundo dados da British Petroleum (BP), nos últimos dois anos (2013-2014), o Brasil diminuiu suas importações de GNL de Trinidad e Tobago (de 2,5 bilhões de m³ para 1,9 bilhões de m³), principal fornecedor brasileiro do gás, ao passo que aumentou a importação da Nigéria (de 0,9 bilhões de m³ para 1,9 bilhões de m³), que tem cinco vezes mais o número de reservas de gás provadas, se comparada com a Bolívia e Trinidad e Tobago. Ademais, a partir de 2010 o Brasil começou a importar GNL da Guiné Equatorial (0,5 bilhões de m³) (BP, 2015; BP, 2014). Lembra-se, ademais, que os dois países dos quais o Brasil aumentou a importação de GNL localizam-se no Golfo da Guiné.

O caminho em direção ao Golfo da Guiné, onde se situa a Guiné Equatorial e a Nigéria, parceiros gasíferos em potencial do Brasil, passa pelo Atlântico Sul, aqui compreendido como ponte estratégico-energética à segurança energética brasileira. De acordo com a perspectiva geopolítica de Meira Mattos (2011) de que o Brasil deve tirar proveito da posição geográfica, o Atlântico Sul situa-se nesta perspectiva de projeção estratégica brasileira ao passo que este oceano tem despertado atenção dos tomadores de decisão brasileiros, sobretudo os planejadores energéticos. De acordo com Pereira (2013) e Costa (2012):

o Atlântico Sul é responsável por ligar a América do Sul à África, mas ele é, primeiramente, também um espaço estratégico para trocas comerciais, políticas e técnicas entre os dois continentes. [...] Ademais, a incapacidade dos dois canais interoceânicos atuais – Suez e Panamá – em responder à demanda e receber navios importantes aumentou a pressão na área do Atlântico Sul (PEREIRA, 2013, p. 31).

Em síntese, há tensões, fricções, conflitos, busca por equilíbrio de poder e novas estratégias militares em curso, e com isso o Atlântico Sul está rapidamente deixando

de ser aquela periférica e plácida zona marítima para se juntar aos macro-espacos geopolíticos mais relevantes do mundo (COSTA, 2012, p. 19).

Em que pese a importância geoestratégica do Atlântico Sul, reconhece-se este oceano, *inter alia*, por conectar os EUA a três parceiros promissores de petróleo (Nigéria, Angola e Brasil); por ser o caminho europeu à Nigéria (sexto maior provedor de gás à Europa) e por conectar a China a importantes fornecedores de minérios e alimentos (BROZOSKI, 2013). Geoestrategicamente, o Atlântico Sul “se comunica diretamente com os oceanos Pacífico e Índico, enquanto que a conexão do Atlântico Norte com aqueles oceanos é feita através de canais artificiais – Panamá e Suez – suscetíveis de serem fechados através da ação do inimigo” (VIDIGAL, 1997, p. 107).

Demais disso, nas duas bordas do Atlântico Sul “estão localizadas as jazidas de petróleo e gás consideradas pelos especialistas como das mais promissoras do mundo” (COSTA, 2012, p. 16). Do ponto de vista da dimensão estratégico-energética do Atlântico Sul, justifica-se pensar estrategicamente esta rota energética rumo ao Golfo da Guiné pelo Atlântico Sul, verificando-se que:

para os principais consumidores importadores de energia e gás, torna-se estratégica a garantia de que seu fornecimento de petróleo não [possa] ser facilmente bloqueado em um estreito como do Golfo Pérsico ou do Golfo de Áden. Esse é um dos motivos que faz com que o fluxo de petróleo oriundo do Golfo da Guiné seja considerado mais seguro para os EUA⁶⁶ e Europa, do que, por exemplo, o do Golfo Pérsico, pois envolve apenas o mar aberto do Atlântico Sul, sem a passagem direta por grandes estreitos (OLIVEIRA, 2012, p. 98).

A costa marítima brasileira, de 7.408km de litoral (BROZOSKI, 2013), predominantemente debruçada sobre o Atlântico Sul; conduz o pensamento de Meira Mattos (2001) afirmando que “a realidade que o Brasil defronta hoje não é mais a da África longínqua, mas a de uma África próxima, com acesso mais fácil do que a fronteira amazônica com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia” (p. 257).

Diante disso, é pelo Atlântico Sul que se projeta a “ponte estratégica Natal-Dacar”, cunhada pelo presidente Roosevelt (MEIRA MATTOS, 2001), que começou a ser explorada após a celeuma energética dos anos 1970 com a reaproximação brasileira com o continente africano visando à busca de novas parcerias internacionais (SARAIVA; GALA, s/d). Segundo Pereira (2013), o continente africano é um elemento importante às coalizões da cooperação Sul-Sul, a qual desempenha papel relevante para a projeção brasileira.

A importância do Atlântico Sul, ademais, é integrada ao discurso político-estratégico contemporâneo brasileiro na forma da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

⁶⁶ “Nos últimos anos, até os Estados Unidos, com o seu imenso poder político-estratégico, têm dirigido um olhar mais atento para essa região e passaram a incluir o Atlântico Sul na sua “tela de radar global”” (COSTA, 2012, p. 18).

(ZOPACAS)⁶⁷, com ênfase nas suas “[...] dimensões econômico-estratégicas, em especial relativas ao aproveitamento de riquezas energéticas e ao elevado potencial do Atlântico Sul para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros [...]” (MRE, 2013). O mapa abaixo (Figura 2) mostra a dimensão geográfica do Atlântico Sul:

Figura 6 - Mapa do Oceano Atlântico Sul



Fonte: OLIVEIRA, 2009

Além disso, a importância estratégica do Atlântico Sul é notada por ser a rota de mais de 90% do comércio brasileiro transportado pelo mar (SARAIVA, 2011), por conter o Pré-Sal brasileiro e por ser incluído na II Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) e na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008) como espaço prioritário para os interesses brasileiros de

⁶⁷ “[...] tratado que inclui os países atlânticos da América do Sul e da África Ocidental e que preconiza, dentre outros, o compromisso de manutenção dessa região como *zona desnuclearizada*” (COSTA, 2012, p. 20). A ZOPACAS, demais disso, entra na lógica da desmilitarização e desnuclearização da região sul atlântica com vistas a recursos naturais, como explica Pereira (2013): “The idea of South Atlantic demilitarization and denuclearization did not flatter the developed countries, which have clear interests on the natural resources of the region” (p. 39).

segurança e defesa (VAZ, 2011)⁶⁸. O mesmo autor (2011) continua, sobre os matizes estratégicos do Atlântico Sul para o pensamento estratégico brasileiro:

em primeiro lugar, estão os relacionados à soberania sobre recursos no espaço marítimo sob jurisdição brasileira, com destaque para o fato de o comércio exterior brasileiro ser realizado fundamentalmente por via marítima e de 90% da produção de gás e de petróleo ser realizada na plataforma continental. Porém, ao introduzir o conceito de entorno estratégico brasileiro, estendendo-o à costa dos países limítrofes na África, os documentos, em particular a II Política Nacional de Defesa (PND), incorporam integralmente o Atlântico Sul como espaço de central importância para a segurança e defesa do país, ultrapassando assim as águas jurisdicionais como espaço de referência, o que implica incorporações também de temas e de preocupações condizentes com as de um ator que pretende irradiar influência e exercer protagonismo para além de seu imediato entorno regional (VAZ, 2011, p. 64).

Destarte, “a reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança oceânica requerida para a navegação e bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos através da ação de potências extra-regionais é necessária” (PEREIRA, 2013, p. 32. Tradução livre). Por isso, este oceano é percebido como “espaço indeclinável e privilegiado de articulação de interesses e de políticas cooperativas com os países da costa africana e também como espaço de disputa e oportunidades a ser preservado de contendas estratégicas entre países fora de seu contexto” (VAZ, 2011, p. 65), sendo o elo energético um exemplo de política cooperativa em voga entre o Brasil e o Golfo da Guiné, aproveitando-se da ponte estratégica do Atlântico Sul como dinamismo e variável interveniente desse mecanismo cooperativo.

Ademais, a reafirmação da soberania brasileira sobre as águas territoriais, a fim de impedir a ação de atores extra-regionais, é necessária (PEREIRA, 2013) e ajudam a minimizar os riscos de corte de suprimento gasífero do Golfo da Guiné ao Brasil, que passa pelo Atlântico Sul – área prioritária de projeção brasileira. Entre os riscos prementes pode-se citar a pirataria, que é um potencial desestabilizador do transporte marítimo do GNL e, por sua vez, é um vértice à insegurança energética brasileira.

O ponto de inflexão que a ZOPACAS – um dos elementos que, *inter alia*, demonstram o interesse brasileiro na área – representa é a sua revitalização em 2007. A revitalização do projeto da ZOPACAS, criada ainda no governo Sarney, em 1986, retoma as vicissitudes estratégicas deste oceano, abordado nesta pesquisa como potencial ponte garantidora do fluxo contínuo e seguro de GNL entre o Brasil e o Golfo da Guiné.

A revitalização da ZOPACAS, em 2007, coincide com os primeiros reflexos das consequências da nacionalização da Bolívia, em 2006, e com a Resolução Nº 4 de novembro

⁶⁸ “Likewise, the projection of maritime regional power becomes necessary, both in terms of defense and promoting an engagement between the countries of the region facing the great challenges and processes that make part of the South Atlantic strategic context” (PEREIRA, 2013, p. 32-33).

de 2006, ambas reveladoras de um perfil energético brasileiro rumo à África e em diálogo com a cooperação Sul-Sul (PEREIRA, 2013). Além disso, o interesse brasileiro neste oceano está dotado de intenções geopolíticas conjugadas com a segurança energética nacional.

Demais disso, a importação de gás da costa oeste africana é evidenciada pela mídia brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), o que consubstancia o interesse brasileiro nos países limítrofes africanos à medida que consolida sua projeção no Atlântico Sul. Nas palavras de Pereira (2013): “o grande potencial de transformar o Atlântico Sul em uma comunidade de segurança e fornecedora de energia como uma opção ao sistema Europeu-Norte Americano do Atlântico do Norte é percebida pela política externa brasileira” (p. 42. Tradução livre)⁶⁹.

Em termos de segurança do transporte do GNL, eminentemente naval, vale lembrar que o Brasil tem navios em rota por 40 dias continuamente, com uma frota de 130 petroleiros, estando 24 horas por dia no mar (GABRIELLI, 2010). Segundo o mesmo autor (2010), o principal problema de segurança dessa frota não está no Atlântico Sul, e sim na costa leste da África, que é a rota utilizada para ir ao Oriente Médio.

A dificuldade se revela à medida que a atividade da pirataria na Somália se expande. Desta forma, “o grande desafio, hoje, em termos de segurança de nossa frota, envolve portanto os navios em direção ao Golfo Pérsico” (GABRIELLI, 2020, p. 543). Além disso, a expectativa brasileira é de que o fornecimento para a China e para a Índia será atendido, majoritariamente, pelo Oriente Médio, o que sugere uma busca por uma rota alternativa em termos de petróleo e também de GNL. É neste quesito que o Atlântico Sul, segundo especialistas, vai suprir “os mercados consumidores com o dobro do que fornece hoje” (Idem), em grande medida por causa da competição em torno deste oceano rumo a uma corrida por energéticos.

Por sua vez, a intensificação da cooperação gasífera entre o Brasil e os países abarcados pelo Golfo da Guiné sustenta as ações da política externa brasileira no que tange a “promover parcerias e cooperação, especialmente Sul-Sul, a fim de buscar soluções criativas que atendam às necessidades locais e específicas dos países para ampliar o acesso a energia em prol do desenvolvimento socioeconômico” (MRE, *online*).

No que diz respeito às relações entre Brasil e África, Saraiva (2010) expõe que o Brasil saiu da Segunda Guerra Mundial decidido a expandir sua industrialização e a conquistar certa influência regional, sendo esta a base da inclusão da África na agenda internacional brasileira. De Jânio Quadros (1961) à administração Lula, o continente africano vem despertando o

⁶⁹ “The great potential to transform South Atlantic into a security and energy supplier community as an option to the Euro-North American North Atlantic system is perceived by the Brazilian Foreign policy”

interesse brasileiro, todavia “sem conhecimento estratégico não há tática que permita avançar de forma duradoura e consistente um programa de ação do Brasil na África nas próximas décadas” (SARAIVA, 2011, p. 301). Demais disso, é através de iniciativas como o IBSA e BRICS que “o novo Brasil combina com a ‘nova’ África renascida”⁷⁰ (PEREIRA, 2013, p. 36. Tradução livre)⁷¹.

Diante das perspectivas positivas acerca do renascimento africano à luz da geografia energética global, a África capturou recentemente a atenção da comunidade internacional (SARAIVA, 2010). O mesmo autor desenha outras linhas sobre o relacionamento contemporâneo entre Brasil e África:

a política externa brasileira para a África na administração Lula teve quatro princípios para justificá-la. Primeiramente, foi intimamente associada com a manutenção do projeto nacional desenvolvimentista (expansão e modernização encabeçada pelo Estado). Segundo, [...] a vulnerabilidade brasileira em recursos energéticos levou o Brasil a incluir uma política de suprimento de petróleo com a África. Terceiro, *o Brasil mantém, através da política africana, sua influência sobre a área do Atlântico Sul*. Quarto, o Brasil constrói novos laços com os países ao apresentar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SARAIVA, 2010, p. 176. Tradução livre. Grifo nosso).

Em vista disso, reconhecida a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil (sobretudo como entreposto ao continente africano e como grande baú energético), a revitalização da ZOPACAS⁷², em 2007, e a decisão brasileira de importar GNL a partir de 2006, articula-se a importância do GNL como vetor de aproximação energética, política, econômica entre países distantes geograficamente (HURST, 2009), sendo o Brasil e o Golfo da Guiné os vértices a serem ligados pela integração gasífera através do Atlântico Sul.

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo buscou arquitetar a introdução do GNL à matriz energética brasileira *pari passu* à consolidação do Atlântico Sul como área prioritária dos interesses brasileiros de

⁷⁰ “[...] *the new global Brazil ends up matching the “new” reborn Africa*” (PEREIRA, 2013, p. 36).

⁷¹ “Enquanto o BRICS dá mais importância à reforma da governança global e do sistema financeiro, o IBSA, atrás da ideia de contribuir à construção de uma nova arquitetura internacional, também visa a aprofundar o conhecimento mútuo em áreas específicas, a saber: [...] Defesa, Desenvolvimento Social, Educação, *Energia*, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas [...]” (PEREIRA, 2013, p. 40).

⁷² “Em 1986, durante o governo de José Sarney, o Brasil apresentou na AGNU a proposta de constituição da ZOPACAS entre os países da costa ocidental da África e da América do Sul, que hoje somados totalizam 24 nações. [...] O objetivo central do acordo, expresso na resolução 41/11, era a manutenção da paz e da segurança na região. Os interesses da ZOPACAS não se restringem à esfera da defesa, mas também de promoção social. Em mensagem oficial enviada ao Congresso Nacional, em 2012, a Presidência da República também enquadra a revitalização da ZOPACAS entre as estratégias para conquistar o posto brasileiro no CSNU” (BROZOSKI, 2013, p. 87).

defesa e como corredor estratégico-energético em direção ao Golfo da Guiné, o emirado gasífero protagonista da estratégia brasileira de diversificação de parceiros energéticos.

O que se buscou inferir é que, *inter alia*, “mesmo diante da descoberta do Pré-sal, a manutenção da integração energética com a Bolívia seguiu como prioridade política e, em 2008, o gás compreendia 10% da matriz energética nacional, atrás do petróleo e da hidroeletricidade” (VENTURA FILHO, 2009, apud GIMENEZ, 2015, p. 7). Todavia, gradualmente, reconhece-se a diminuição da dependência brasileira do gás natural boliviano, sobretudo após 2006⁷³.

O último acordo, entre a YPFB e a Petrobras vence em 2019, mas, segundo o presidente executivo da subsidiária de transportes da YPFB, a importação de gás boliviano pelo Brasil permanecerá necessária para equilibrar e dar segurança à indústria paulista, sobretudo. O mesmo afirma que, a despeito da perspectiva de autossuficiência brasileira em gás natural (com as descobertas do Pré-Sal), o custo da extração do gás boliviano torna-se quatro ou cinco vezes menor do que o preço de extração do gás do pré-sal (GOSMANN, 2011)⁷⁴.

Ainda, em 2019 vence o contrato entre a Petrobras e a YBFP: até lá o pré-sal estará mais claro, a infraestrutura brasileira mais consolidada o que implica uma redução do poder de barganha boliviano na negociação de continuação do contrato. O que se buscou clarificar é que a busca de GNL é uma alternativa de curto prazo à segurança energética brasileira, haja vista que o Pré-Sal brasileiro trará benefícios ao longo prazo para a segurança energética nacional. No que tange à utilização e implementação do GNL no Brasil, terminais de regaseificação já foram construídos na costa brasileira.⁷⁵

Neste panorama de busca de alternativas ao gás natural boliviano, Lampreia (2007) confirma seu argumento ao dizer que, “[...] para o Brasil é imperativo diversificar suas fontes de abastecimento e não depender exclusivamente da Bolívia” (LAMPREIA, 2007, p. 83).

⁷³ “Se o Brasil esquecer a Bolívia, ficará em maus termos com a sociedade interna, já que foram os governos federais que mais incentivaram o uso do carburante boliviano” (HAGE, 2008, p. 16). Todavia, o próprio governo da Bolívia reconhece que “o Brasil depende cada vez menos do gás boliviano e no futuro poderia até não precisar importá-lo, de acordo com os avanços e a produtividade das suas reservas do pré-sal [gás e petróleo], disse López [ex-vice ministro boliviano]” (CARMO, 2014, p. 3). Contudo, o que se sugere é a busca por mais parceiros gasíferos além da Bolívia, e não a exclusão do gás natural boliviano da matriz energética brasileira.

⁷⁴ Atualmente, a YPFB envia 2,24 milhões de metros cúbicos/dia para Cuiabá. Segundo a estatal brasileira (Petrobras), foi fechado também um acordo que garante o fornecimento de gás natural para viabilizar a operação da termelétrica de Cuiabá até dezembro de 2016. Além disso, Graça Foster reiterou, em 2010, que a compra do gás boliviano outorga flexibilidade ao Brasil, considerando ainda que é importante manter um contrato de gás com a Bolívia certamente depois de 2020. (ELECONOMISTA, *online*)

⁷⁵ Atualmente, o Brasil conta com três terminais de regaseificação, um em Pecém (CE), outro na Baía de Guanabara (RJ) e o último, inaugurado em 2014, na Bahia. “Além disso, a Petrobras está estudando a possibilidade de implantar outros dois terminais no país, São Luís (MA) e São Francisco do Sul (SC)” (BARUFI et al., 2006, p. 197). Os dois primeiros terminais de regaseificação instalados no Brasil – Guanabara (RJ) e Pecém (CE) – já permitiam o Brasil de “importar 21 milhões de metros cúbicos de gás transportados de navios tanque de GNL vindos de qualquer lugar do mundo” (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

Além de Lampreia (2007), Vidigal (2007), ao trabalhar com a negociação entre Brasil e Bolívia da década de 1970, também articula que:

podemos, embora talvez a custos mais elevados, substituir o gás boliviano em todas as aplicações a que se destinaria, seja com outras fontes energéticas de produção nacional, seja com gás natural que, em qualquer hipótese, deverá vir a ser importado em um futuro próximo, possivelmente da Nigéria (VIDIGAL, 2007, p. 19).

Uma vez traçado o estado da arte que o gás natural boliviano representa para a segurança energética brasileira atualmente, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, alerta à necessidade de aprofundamento da importação de outras fontes de gás natural, como o GNL, verificando que

em relação à expansão indicativa de gasodutos de transporte, terminais de regaseificação de GNL e unidades de tratamento/processamento de gás, os principais resultados dos estudos da EPE apontam que: a) a partir de 2015, há necessidade de reforço nas malhas do Gasbel⁷⁶ e Gasbol; b) nos períodos de 2013 a 2015, necessita-se aumentar a importação de GNL na Região Sudeste; e c) a partir de 2019, há necessidade de instalação de uma nova unidade de regaseificação de GNL na Região Nordeste (TOLMASQUIM, 2012, p. 257).

Dessarte, o Estado brasileiro reconhece a necessidade de aumentar e diversificar a oferta de gás natural ao mercado brasileiro. Este aumento, conforme visto, tem vindo através do GNL do Golfo da Guiné, região que se observa no horizonte do Atlântico Sul. “O Atlântico Sul, [por sua vez], será um novo centro produtor importante e, portanto, vai chamar uma atenção sem precedentes e desempenhar um papel que ele não teve no passado, como provedor desse recurso energético indispensável à vida como nós a conhecemos hoje” (GABRIELLI, 2010, p. 539).

A partir do exposto, observa-se que o Brasil já está arquitetando seu futuro gasífero e conta, além das projeções do Pré-Sal, com a ampliação da utilização do GNL como forma de diversificar os parceiros energéticos sob a égide da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia. Através dos indícios empíricos expostos, percebe-se a potencialidade do Atlântico Sul como corredor estratégico entre o Brasil e o Golfo da Guiné, este configurado como emirado gasífero em potencial.

À guisa de conclusão, nos últimos dez anos, conforme o MME, o gás importado da Bolívia representou, em média, 36% da oferta total ao consumo brasileiro. Em 2007, por exemplo, 57% do gás utilizado no Brasil vinha da Bolívia, enquanto que em 2014 essa porcentagem caiu para 33%. Esta diminuição veio acompanhada de um aumento da importação de GNL, que hoje ocupa cerca de 20% da oferta gasífera ao mercado brasileiro.

⁷⁶ Gasoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte. “O Gasoduto Reduc-Regap, também conhecido como Gasbel, viabiliza o transporte do gás natural proveniente da Bacia de Campos e processado na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) até o Estado de Minas Gerais” (PETROBRAS, *s/d, online*)

Dessarte, é possível observar a atuação estratégica que o GNL vem apresentando no planejamento energético brasileiro visando à garantia da segurança nacional energética (PAGLIARI; TASCA, 2015).

Por sua vez, Michael Klare (2008) lembra que a construção de plantas de GNL contribui para a criação de interesses na continuada estabilidade e amizade das nações supridoras de alto-mar. Deste modo, é com as credenciais de diversificação e competitividade energéticas no Golfo da Guiné e do aproveitamento da dinâmica do renascimento africano à nova geografia política internacional (SARAIVA, 2011) que se desenha o horizonte estratégico brasileiro face à geopolítica energética no Atlântico Sul (PAGLIARI; TASCA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, dotado da perspectiva geopolítica conjugada às Relações Internacionais, buscou explicar a operacionalização da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia no Atlântico Sul. Dessarte, objetivou-se apresentar a importação de GNL do Golfo da Guiné como pivô na consecução da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia após a encruzilhada energética dos anos 2000, situação que o Brasil enfrentou após acontecimentos na Bolívia.

A partir deste objetivo geral, ancorado na pergunta de pesquisa, três objetivos específicos foram desenhados e revelados nos três capítulos que compuseram este trabalho. Inicialmente, o diálogo epistemológico traçado entre a literatura geopolítica nacional e entre as teorias das Relações Internacionais permitiram edificar e trabalhar o conceito do interesse nacional. Este conceito está no cerne das teorias de Relações Internacionais uma vez que lida com motivações e aspirações dos agentes considerados centrais na análise das Relações Internacionais: os Estados.

Portanto, dotar de um diálogo epistemológico a construção do interesse nacional foi central tanto na abordagem das Relações Internacionais quanto na da Geopolítica, porque é partindo dele que os Estados buscarão a consecução do Poder Nacional através da Estratégia – e da sua vertente geográfica: a Geoestratégia. Desta forma, pensar geoestrategicamente o planejamento energético brasileiro ilumina o caminho brasileiro rumo ao Golfo da Guiné através do Atlântico Sul.

Ao compreender o interesse nacional, e sua vertente geopolítica dos Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais (ONP e ONA), verificou-se a importância dos ONA – derivados da conjuntura atual – para a consecução de uma Estratégia Energética brasileira. Dessarte, é a partir dos anos 1970 que a conjuntura energética global recebe novos desafios e que o planejamento energético brasileiro insere novos matizes à aquarela energética nacional que, portanto, revela a importância estratégica que a energia tem como sustentáculo ao desenvolvimento e crescimento nacionais.

Diante isso, ao setor energético ficou premente sua posição aos ONA, sobretudo após a crise de 1973. Em adição, verifica-se que o planejamento estratégico, a geopolítica e a segurança são os fatores essenciais para compreender a situação do país em um nível em que a energia se qualifica como elemento relevante à consecução do poder do Estado. Então, a adoção de uma Estratégia Energética se articula aos interesses nacionais a fim de garantir a segurança energética nacional. É a articulação desta estratégia que serve de amálgama entre a

narrativa da Geopolítica e com a das Relações Internacionais, uma vez que a Estratégia Energética é traçada com base no componente teórico essencial das Relações Internacionais: o interesse nacional.

Destarte, a estratégia trabalhada neste trabalho foi a Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia, operacionalizada através da diversificação de parceiros energéticos do Brasil. Esta estratégia fica mais evidente a partir do que se trabalhou no segundo capítulo desta pesquisa: a encruzilhada energética pós-2006. O segundo capítulo, por sua vez, dá forma ao segundo objetivo específico deste trabalho, o de apresentar os meandros da construção do elo gasífero Brasil-Bolívia até a deflagração da encruzilhada energética dos anos 2000.

Através do segundo objetivo específico, buscou-se esboçar a linha histórica que pauta o relacionamento bilateral brasileiro-boliviano desde os anos do Barão de Rio Branco – com o Tratado de Petrópolis de 1903 – até os recentes eventos do referendo autonômico boliviano em setembro de 2015. Em síntese, foram quatro grandes fases deste relacionamento, a saber: 1930 – 1960, com o período desenvolvimentista e o fim da Guerra do Chaco; 1960 – 1980, período ditatorial nos dois países até o início da consolidação dos acordos gasíferos; 1990 – 2010, gênese do Gasbol até a deflagração da encruzilhada energética.

Até desaguar na criação do Gasbol, no final dos anos 1990, as negociações foram intensas e os avanços e recuos notáveis por parte das duas diplomacias sul-americanas. Ao término das negociações, cujo acordo prevê até 2019 o fluxo de 30 milhões de m³ diários de gás natural boliviano ao Brasil, novos desafios apareceram e dotaram de incertezas o futuro do elo energético que liga o Brasil à Bolívia.

O mais notável evento veio com a Lei dos Hidrocarbonetos, promulgada por Evo Morales em 1º de maio de 2006, consolidando a nacionalização do setor de hidrocarbonetos boliviano. Neste ínterim, ocorre a ocupação do exército boliviano às instalações da Petrobras, implicando incertezas e configurando um cenário de insegurança energética brasileira. Em 2007, o Gasbol sofre com abastecimento e, em 2008, o Gasbol foi alvo de ataque de grupos separatistas, deixando o Brasil refém de um único supridor de gás natural – medida inconsistente em termos de segurança energética.

Essas evidências se juntam à instabilidade autonômica boliviana, que até o presente ano de 2015 apresenta um cenário político dividido e com grupos antagônicos aparentemente irreconciliáveis. É diante desses apontamentos que se buscou caracterizar a Bolívia como um “parceiro turbulento” e que, diante do exposto nas linhas acima, sugere que a Bolívia seja o elemento de insegurança energética no binômio proposto no título deste trabalho.

Conforme exposto no segundo capítulo, o planejamento energético brasileiro não sugere a desintegração do gás natural boliviano da matriz energética brasileira, mas mostra a necessidade de se ter alternativas complementares ao “parceiro turbulento” brasileiro. É nesta perspectiva que se pensa geoestrategicamente a busca de parceiros gasíferos brasileiros, cujo horizonte do Atlântico Sul permite avistar o Golfo da Guiné como potencial exportador brasileiro de uma modalidade de gás natural em ascensão global: o Gás Natural Liquefeito (GNL).

O terceiro capítulo revela o terceiro objetivo específico, caracterizando o Atlântico Sul como entreposto estratégico-energético entre o Brasil e o Golfo da Guiné e como passagem para o GNL na consecução de uma Estratégia Energética brasileira, notadamente a Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia. O que se observou neste capítulo é a diminuição da dependência brasileira do gás natural boliviano, evidenciando então a adoção da Estratégia Energética supracitada via diversificação de parceiros.

Após a encruzilhada energética dos anos 2000, sobretudo após 2006, ocorre o alerta brasileiro para o planejamento energético calcado em diversificação de fontes e parceiros energéticos. Não obstante a seara promissora gasífera do Pré-Sal, a busca de GNL do Golfo da Guiné é uma alternativa de curto prazo já aplicada no Brasil – com a construção de terminais de regaseificação – como alternativa de segurança energética brasileira.

Todavia, o que se objetivou apresentar é a busca de alternativas ao gás natural boliviano, e não a sua completa substituição. Neste ponto, observou-se, sobretudo no segundo capítulo, que é imperativo para o Estado brasileiro diversificar suas fontes de abastecimento, de forma a não depender exclusivamente da Bolívia. Portanto, o GNL é visto como a alternativa a curto prazo ao gás natural boliviano a fim de aumentar a oferta brasileira de gás natural ao mercado sem depender do aumento de gás natural boliviano importado, que ainda é incerto, sobretudo se depender das negociações do acordo de 2019.

Uma vez reconhecida a inserção do GNL à matriz energética brasileira, os dados do Ministério de Minas e Energia verificam o aumento da compra desse energético de países da costa oeste africana, principalmente do Golfo da Guiné, como Guiné Equatorial e Nigéria. Dessarte, entre o Brasil e o Golfo da Guiné está localizada uma área de projeção brasileira cujas vicissitudes saltam aos olhos da geopolítica brasileira: o Atlântico Sul.

O Atlântico Sul, cuja importância ao Brasil é notada pela sua presença na Política Nacional de Defesa (2005) e Estratégia de Defesa Nacional (2008) como área prioritária aos interesses brasileiros, é tratada neste trabalho como o corredor estratégico-energético por onde passa o GNL do Golfo da Guiné importado para dar sustentáculo à segurança energética

brasileira *vis-à-vis* às dificuldades enfrentadas pelo Brasil diante do “parceiro turbulento”. Deste modo, é possível reconhecer o Atlântico Sul como o amálgama estratégico à segurança energética brasileira que vai caracterizar o Golfo da Guiné como fator de segurança energética no binômio da (in)segurança energética brasileira, cujo primeiro fator – o de insegurança energética – foi considerado a Bolívia.

A despeito da necessidade de se diversificar tanto parceiros como fontes energéticas rumo a um futuro energético sustentável e seguro, a tônica que este trabalho buscou articular é a alternativa brasileira dada à encruzilhada energética pós-2006 tendo em vista as potencialidades geoestratégicas brasileiras no Atlântico Sul. Dessarte, o binômio geoestratégico à (in)segurança energética brasileira tem seus dois fatores escalonados e cimentados através da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia.

À guisa de conclusão, a pergunta de pesquisa é respondida à medida que o GNL importado do Golfo da Guiné explica a operacionalização da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia no Atlântico Sul após a encruzilhada energética que acometeu a segurança energética brasileira pós-2006. Além disso, o método escolhido foi aplicado à medida que, partindo de um conceito totalizante (a segurança energética brasileira) logrou-se sua correspondência na hipótese (GNL do Golfo da Guiné, através do Atlântico Sul, na consecução da Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia).

Não obstante a iniciativa brasileira em planejar o seu futuro energético com base no GNL importado de regiões como o Golfo da Guiné, é necessário conhecer esta região e suas implicações à segurança energética brasileira para que não se torne um segundo parceiro energético turbulento ao Estado brasileiro. As dinâmicas do Golfo da Guiné são importantes para a segurança energética do Brasil e, portanto, conhecê-las faz parte de um terceiro elemento, que configuraria o trinômio: Bolívia, Atlântico Sul e Golfo da Guiné.

Por sua vez, este trinômio foge da alçada deste trabalho, porém leva consigo as premissas e evidências preliminares traçadas nesta pesquisa. Deste modo, compreender com o estudo das dinâmicas regionais atuais do Golfo da Guiné, as variáveis que influenciam no suprimento contínuo e seguro de GNL ao Brasil é o embrião que germina a partir desta pesquisa, que buscou repensar a Bolívia como parceiro energético brasileiro com vistas à adoção da Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia a partir da introdução do GNL à matriz energética brasileira aproveitando-se do Atlântico Sul como ponte estratégico-energética entre Brasil e Golfo da Guiné.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **O Gás Natural Liquefeito no Brasil: Experiência da ANP na implantação dos projetos de importação de GNL.** Rio de Janeiro: ANP, 2010.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A Disputa Pelo “Coração das Terras” Sul-Americanas. **Contexto & Educação**, ano 28, nº 89, Unijuí, jan.-abr. 2013.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações.** Coleção Pensamento Político 7. 2ª Edição. Brasília. Universidade de Brasília, 1986.

BARUFI, Clara Bonomi; DOS SANTOS, Edmilson Moutinho; IDE, Cristiane Reis. Auto-suficiência Energética e Desenvolvimento: o Comércio de Gás Natural entre Brasil e Bolívia. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 5, vol. 2, p. 183 – 208, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/SvCKpe>>. Acesso em 05 nov. 2015.

BATISTA DA SILVA, Eliezer. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

BONANATE, Luigi. Estratégia e Política dos Armamentos”. In BOBBIO, Norberto et al. (org). **Dicionário de Política.** 10ª edição, vol. 1. Brasília. Universidade de Brasília, 1997.

BONÉ, Rosemarie Bröker; DUARTE, Bernardo P. M. C.; SARAIVA, Thiago C.. Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em 2006. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, vol. 36, n. 1, p. 87 – 98. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/CZcOiQ>>. Acesso em 05 de nov. 2015.

BRASIL. **Resolução Nº4, de 21 de novembro de 2006.** Disponível em: <<http://goo.gl/KNuE0n>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa.** Ministério da Defesa: Brasília, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/2QW233>>. Acesso em 08 nov. 2015.

_____. **Política Nacional de Defesa.** Ministério da Defesa: Brasília, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/1rsl13>>. Acesso em 08 nov. 2015.

BRITISH PETROLEUM. **BP Statistical Review of World Energy June 2015.** Ed. 64. Disponível em: <<https://goo.gl/93t7FP>>. Acesso em 10 nov. 2015.

_____. **BP Statistical Review of World Energy June 2014.** Ed. 63. Disponível em: <<http://goo.gl/0nQpNx>>. Acesso em 10 nov. 2015.

BROZOSKI, Fernanda P. C.. **A Revalorização Geopolítica e Geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 115 f. Rio de Janeiro, 2013.

CANESIN, Carlos Henrique. A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais – em busca de uma possível francofonia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (1), p. 123 – 136, 2008.

CARMO, Maria. Por que as eleições na Bolívia interessam ao Brasil? **BBC Brasil**, 13 out. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/E0hUsz>>. Acesso em 07 nov. 2015.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p. ISBN 85-230-0661-3.

CEPIK, Marco Aurélio; CARRA, Marcos. Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul. **Análise de Conjuntura OPSA**. No. 4, abr. 2006.

CHILD, Jack; KELLY, Philip. **Geopolítica del Cono Sur y la Antártida**. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1990.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Prefácio de Anatole Rapoport. São Paulo. Martins Fontes, 1979.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern R. **A geopolítica energética**. BIBLIEX, 1981.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. **Revista USP**, São Paulo, nº 95, p. 9 – 22, set – nov. 2012.

COSTAMILAN, Luiz Carlos. Gás Natural: Evolução e Perspectivas. **Interesse Nacional**. Ano 2, nº 2, jan.- mar. 2009.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & geopolítica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. XIV, 273 p.

DUARTE, Cristiano Boaventura. Perspectivas para o Mercado de GNL no Brasil e no Mundo. **Jornada Científica em Economia da Energia**. Associação Brasileira de Estudos em Energia: Rio de Janeiro, abr. 2007.

ELECONOMISTA. **Un gasoducto que interconecta Brasil da nuevas perspectivas a gas de Bolivia**. Disponível em: <<http://goo.gl/ZzF7g2>>. Acesso em 13 nov. 2015.

EPE. **Balanco Energético Nacional**. Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério de Minas e Energia. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://goo.gl/i7bvYA>>. Acesso em 18 out. 2015.

ESTADÃO. **Oposição da Meia-Lua perde força na Bolívia**. 05 dez. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8yEyBZ>>. Acesso em 07 nov. 2015.

FIERKE, K. M. **Critical Approaches to International Security**. Reino Unido, Cambridge: Polity, 2007.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

_____. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAZETA DO POVO. **Região mais rica da Bolívia fica a um passo da independência**. 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/M86TZi>>. Acesso em 07 nov. 2015.

GHIRARDI, André. Gás natural na América do Sul: do conflito à integração possível. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2440>>. Acesso em 10 nov. 2015.

GIMENEZ, Heloisa Marques. As relações bilaterais Bolívia-Brasil e a integração energética de hidrocarbonetos. **Meridiano 47**, vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015, p. 3 – 9.

GOSMANN, Hugo Leonardo. **Integração gasífera na América do Sul: Estudo dos casos dos gasodutos Bolívia-Brasil (GASBOL) e Lateral-Cuiabá no contexto das relações bilaterais Bolívia-Brasil**. 53 f. Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

HISPANTV. **Bolivianos preparam para referendums autonômicos departamentais**. 17 set. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/D9UDkY>>. Acesso em: 07 nov. 2015. (2015a)

_____. **Morales: Pueblo boliviano relaciona separatismo con la derecha**. 4 out. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/yRLxdB>>. Acesso em 06 nov. 2015. (2015b).

_____. **Gana el no con 66% en referéndum automático de Bolivia**. Disponível em: <<http://goo.gl/LYGdiL>>. Acesso em 07 nov. 2015 (2015c).

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás**. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. O poder político na energia e relações internacionais: o difícil equilíbrio entre o direito e a busca de segurança do Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ed. 51, vol. 1, 169 – 186, 2008.

_____. Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 2, nº 1, jan.-jun. 2008.

HOFMEISTER, Wilhelm. Bolívia: a construção da democracia e a evolução do processo político. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena (Org.). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, vol. 2, 2004.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. **O gás natural no Mercosul: uma perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2001.

HURST, Cindy. Liquefied Natural Gas: the next prize? In: LUFT, Gal; KORIN, Anne. **Energy Security Challenges for the 21st century**. Santa Barbara, California, 2009.

HUSAR, Jörg; MAI HOLD, Günther. Gás Natural, Matéria contenciosa na América do Sul. In: **Energia: da Crise aos Conflitos**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

GABRIELLI, José Sergio. O Atlântico Sul e a costa ocidental da África: os interesses brasileiros e a questão energética. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (Orgs). **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2010.

KLARE, Michael T. Energy Security. In: WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: An Introduction**. Ed. Routledge, New York, EUA, 2008.

_____. **Resource Wars: the new landscape of global conflict**. New York: Owl Books, 2001.

_____. **Sangre y Petróleo: Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo**. Barcelona: Ediciones Urano, 2006.

KRASNER, Stephen D. **Defending the National Interest: Raw Materials Investments and U.S. Foreign Policy**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1978.

LAHOUD, Gustavo. **Una Aproximación Teórica a la Soberanía Energética e Integración Regional Sudamericana**. Buenos Aires: Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (IDICSO) de la Universidad del Salvador, 2005.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Bolívia, um parceiro turbulento. **Carta Mensal**, vol. 52, nº 624, p. 66 – 87, mar. 2007. Rio de Janeiro.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica**. Ed. 1, Coleção Geopolítica: FGV. ISBN: 978-85-225-0818-1. 315 p. São Paulo, 2011.

_____. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MEIRA, Rodrigo Santos. **Brasil, Bolívia, Hidrocarbonetos e o Processo de Integração Energética na América do Sul**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria**. Disponível em: <<http://goo.gl/10SrUv>>. Acesso em 14 nov. 2015.

_____. **Energia**. Disponível em: <<http://goo.gl/wY4AqJ>>. Acesso em 07 nov. 2015.

_____. **Texto-base do discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Montevideu. 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/AO4umf>>. Acesso em 31 out. 2015.

MOREIRA, Bruna Bosi. **A Rússia como supridora de hidrocarbonetos: superpotência energética?**. 2014. 92 p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/q5E8C5>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MORGENTHAU, Hans. **Política Entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson. Petróleo – Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI. **Política Externa**, vol. 12, nº 1. São Paulo. Paz e terra. Universidade de São Paulo, 2003.

_____. FAGÁ, Murilo Tadeu Werneck; BARUFI, Clara Bonomi; PUOLALLION, Paul Louis. Gás natural: a construção de uma nova civilização. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007, vol. 21, nº 59, jan.-abr. 2007.

NEPOMUCENO FILHO, Francisco. Exploração de petróleo e gás: investimentos e obstáculos para os próximos anos. In: **Congresso Brasileiro de Planejamento Energético**, 5 ed., Brasília: SBPE, junho de 2006.

NOGUEIRA, Danielle. **Diplomacia do gás**: A Petrobras na Política Externa de Cardoso para a integração energética com a Bolívia (1995-2002). Dissertação (Mestrado) – Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). 223 f. Rio de Janeiro, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p. ISBN: 9788535216875.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional**: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética. 2012. 400f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. **Segurança Energética no Atlântico Sul**: Análise comparada dos conflitos e disputas em zonas petrolíferas na América do Sul e África. XXXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, MG, 2009

PAULO NETO, Flávio José Régis. **Marcos da aproximação energética entre o Brasil e a Bolívia**: 1930 - 1990. 2007. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/JNRKEs>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. The South Atlantic, Southern Africa and South America: Cooperation and Development. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v.2, n.4, jul/dec. 2013, p. 31 – 45.

PETROBRAS. **Gasoduto Bolívia-Brasil**: rota de progresso para a América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, Petrobras, 78 p., 1999.

_____. **Conceito e significado da autossuficiência**. Disponível em: <http://agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=1328>. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

_____. **Inauguração do Gasoduto Gasbel I.** Disponível em: <<http://goo.gl/hvU5nr>>. Acesso em 13 nov. 2015.

PIMENTEL, Fernando. **O fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira.** FUNAG, Brasília. ISBN: 978-85-7631-308-3. 2011.

PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz (Org.). **Economia da Energia: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O heartland sul-americano – a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul. **Oikos**, vol. 13, nº 1, Rio de Janeiro, 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992. 275 p. (Trajectos, 17).

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul: Uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul.** Disponível em: <<http://goo.gl/M1K4vU>>. Acesso em 07 de julho de 2015.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. Uma nova África Atlântica nas relações internacionais do Século XXI. **Relaciones Internacionales**, nº 40, 2011.

_____. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Vol. 53, ed. 1 (Edição Especial), p. 169 – 182, 2010.

TASCA, Tiago Gabriel; SCHWETHER, Natália Diniz. A Dialética do Desenvolvimento e Segurança Energética Brasileiros sob o Prisma de Itaipu Binacional. **Anais do VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar.** Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/34rEZW>>. Acesso em 22 out. 2015.

_____; PAGLIARI, Graciela De Conti. Bolívia-Atlântico Sul: binômio geopolítico à (in)segurança energética brasileira. **Boletim Mundorama**, nº 96, ago. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/kwPqRE>>. Acesso em 16 nov. 2015.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 26, nº 74, pp. 249 – 250, 2012.

UDAETA, Miguel Edgar Morales. Bolívia. In: PAULA, Ericson de. **Energía para el desarrollo de América del Sur.** São Paulo: Editora Mackenzie. 2002.

VALOR ECONÔMICO. **Bolívia sinaliza pressa para negociar gás com o Brasil.** 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/conteudo/15538>>. Acesso em 07 nov. 2015.

VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional.** Dinte (Ipea), p. 63 – 68. Nº 6, abr/jun. 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Relações Brasil – Bolívia (1973 -1974): o Gás e a Geopolítica Regional. **Cena Internacional**, vol. 9, nº 2. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL), Brasília, 2007.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Atlântico Sul: uma visão brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, ano XII, nº 34. Rio de Janeiro, 1997

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, vol. 29, nº 2, p. 273 – 335. Rio de Janeiro, julho/dezembro 2007.

VILLAMÉA, Luiza. O risco do apagás. Crise interna da Bolívia expõe vulnerabilidade do Brasil em relação ao abastecimento do gás. **IstoÉ**. 2010. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2028/imprime102003.htm>>. Acesso em 20 abr. 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. **Foreign Affairs**, vol. 85, n. 2. March/April 2006.

_____. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Editora Intrínseca: Rio de Janeiro, 2011.